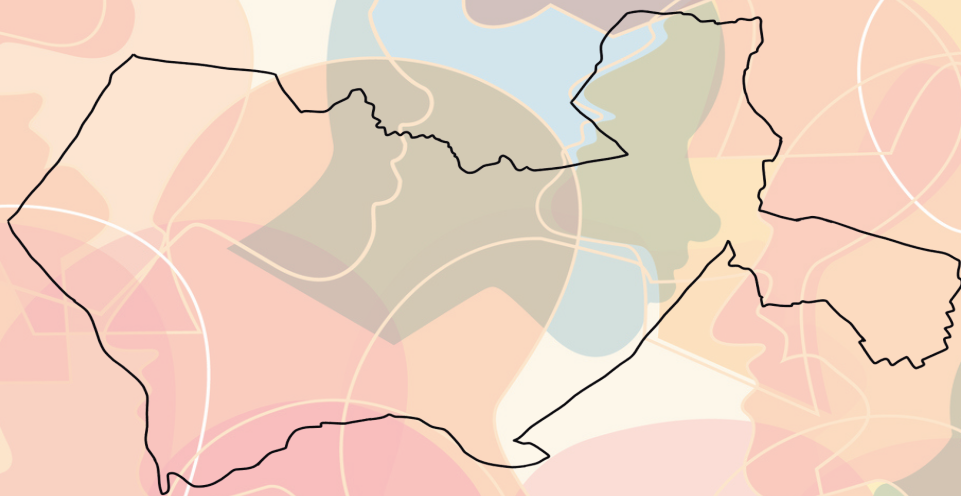


SILVIA HELENA RIBEIRO CRUZ

Organizadora

**TURISMO COMUNITÁRIO E
SUSTENTABILIDADE NA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELÉM/PA**





Universidade Federal do Pará

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitor de Administração: Raimundo da Costa Almeida

Pró-Reitor de Ensino de Graduação: *Loiane* Prado Verbicaro

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Pró-Reitor de Extensão: Nelson José de Souza Júnior

Pró-Reitora de Relações Internacionais: Edmar Tavares da Costa

Pró-Reitor de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal: Ícaro Duarte Pastana

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional: Cristina Kazumi Nakata Yoshino

Prefeito do Campus Universitário: Eliomar Azevedo do Carmo



Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Diretor Geral: Armando Lírio de Souza

Diretor Adjunto: Paulo Moreira Pinto

Coordenadoria de Planejamento, Gestão e Avaliação: Valda Helena da Cunha Andrade

Coordenadoria de Informação: Ysa Almeida Brasil

Faculdade de Turismo

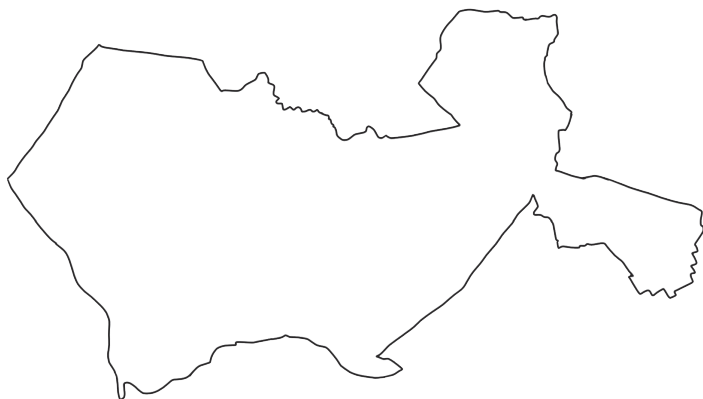
Direção: Sílvia Helena Ribeiro da Cruz

Vice-Direção: Fabrício Lemos de Siqueira Mendes

SILVIA HELENA RIBEIRO CRUZ

Organizadora

**TURISMO COMUNITÁRIO E
SUSTENTABILIDADE NA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELÉM/PA**



Belém • 2024

©2024

Conselho Editorial

Gilberto de Souza Marques

Armando Lírio de Souza

Paulo Moreira Pinto

Luiz Otavio Maciel da Silva

Rubens da Silva Ferreira

Silvia Helena Cruz Ribeiro

Wanderlino Demétrio Castro de Andrade

Capa

Nairon Gaia

Projeto gráfico e diagramação

Ione Sena

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)

T938t Turismo comunitário e sustentabilidade na região Metropolitana de Belém-PA [recurso eletrônico] / Silvia Helena Ribeiro Cruz (org.). – 1. – dados eletrônicos. – Belém : ICSA, 2024.

Modo de acesso: World Wide Web.

ISBN: 978-65-982137-5-6.

1. Turismo - Pará. 2. Turismo sustentável. 3. Sustentabilidade. I. Cruz, Silvia Helena Ribeiro (org.).

CDD – 23. ed.: 338.4791098115

Luiz Otavio Maciel da Silva
Bibliotecário CRB-2/771



Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Universidade Federal do Pará

Rua Augusto Corrêa, n. 1 – Guamá

Cep.: 66075-110 – Belém – Pará – Brasil

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
<i>Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo</i>	
APRESENTAÇÃO	10
<i>Silvia Helena Ribeiro Cruz</i>	
A VIA PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: trajetórias, perspectivas e frustrações acadêmicas	13
<i>Eduardo Lima dos Santos Gomes</i>	
ANÁLISE DO CORPO TEÓRICO SOBRE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: do mundo para a Amazônia	24
<i>Silvia Helena Ribeiro Cruz • Arcanjo Miguel Garcia Maia • Franciele Rodrigues Carneiro</i>	
TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA, REDES DE COLABORAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL NA ILHA DE COTIJUBA EM BELÉM/PA: a rede açaí e o roteiro Vem Viver Cotijuba	38
<i>Silvia Helena Ribeiro Cruz • Arcanjo Miguel Garcia Maia</i>	
PLURIATIVIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR E TBC NA AMAZÔNIA: as potencialidades da colônia Chicano, Pará, Brasil	87
<i>Amália G. R. Aguiar • Silvia Helena Ribeiro Cruz • Aquiles Simões</i>	

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: Análise a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na Comunidade do Caruaru – Mosqueiro - PA	126
<i>Alex Rubens Pereira da Silva • Marcielle Monteiro de Sousa • Silvia Helena Ribeiro Cruz</i>	

OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS PRÁTICAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM UMA RESERVA DA VIDA SILVESTRE: análise do roteiro em Santo Amaro/Benevides/Pará	207
<i>Silvia Helena Ribeiro Cruz • Milene de Cássia Santos de Castro, Gleiciane de Melo Alves</i>	

PREFÁCIO

Convidada a prefaciá-lo livro “Turismo comunitário, inclusão social e redes na Região Metropolitana de Belém (RMB)” me sinto honrada e profundamente feliz por mais uma obra sobre essa temática na Amazônia. Pensar criticamente o turismo enquanto fenômeno social e suas diferentes maneiras de acontecer nessa região é um desafio dos pesquisadores que atuam nesse lugar.

A publicação deste livro organizado pela professora Silvia Helena Ribeiro Cruz do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Pará (UFPA) é de extrema importância por diferentes fatores. Destaco dois: o papel da universidade na produção de conhecimento científico na e para a Amazônia fortalecendo a episteme do turismo, e a força dos povos tradicionais que decidem trabalhar com o turismo comunitário não apenas como atividade econômica, mas como ato de resistência cultural em seus territórios. Destaco ainda que Silvia Helena foi a organizadora do “8º Encontro de Turismo Comunitário na Amazônia: protagonismo das populações tradicionais e povos indígenas”, realizado na Faculdade de Turismo da UFPA no período de 12 a 14 de agosto de 2019 e sua relação com a temática vem antes mesmo do evento citado e foi no referido evento a criação da Rede de Estudos e Pesquisas em Turismo na Amazônia (RedTur Amazônia), na qual é uma das líderes deste grupo de pesquisa.

Importante ressaltar ainda que a UFPA é pioneira na criação do primeiro curso de Turismo em uma universidade pública na região Norte do Brasil, precisamente em 1975. A graduação e as pesquisas desenvolvidas por meio de projetos de iniciação científica colaboram para um legado de conhecimento científico produzido e publicado por

esta universidade e seus pesquisadores, e acredito que esta obra seja mais uma contribuição para refletir essa prática social e econômica para a região, em especial, na Região Metropolitana de Belém (RMB).

Trata-se de uma obra com diferentes visões sobre a prática do turismo comunitário e da inclusão social e está assim organizada. O capítulo 1 *“A via para o turismo de base comunitária: trajetórias, perspectivas e frustrações acadêmicas”* apresenta a narrativa sobre a trajetória, perspectivas e frustrações de um ator-rede na temática do TBC, no âmbito acadêmico, mais precisamente no recorte temporal de 1999 a 2012. O capítulo 2 *“Análise do corpo teórico sobre turismo de base comunitária: do mundo para a Amazônia”* traça uma linha de raciocínio sobre os diversos estudos que surgiram dentro dessa da região amazônica, desde um contexto internacional até o local. Por sua vez o capítulo 3 *“Turismo de base comunitária, redes de colaboração e inclusão social na ilha de Cotijuba em Belém/PA: a rede açaí e o roteiro “Vem Viver Cotijuba”* analisa a relação entre turismo de base comunitária, redes de turismo e inclusão social na Ilha de Cotijuba, especificamente a Rede Açaí e o produto turístico ofertado por ela, bem como identifica os aspectos que tornam o fruto um produto de turismo de base comunitária. A *“Pluriatividade da agricultura familiar e TBC na Amazônia: as potencialidades da colônia Chicano, Pará, Brasil”* é o tema discutido no capítulo 4 e identifica o potencial turístico, bem como o perfil rural da comunidade colônia Chicano (localizada no distrito de Genipaúba, no município de Santa Bárbara do Pará, a 10 km da PA-391) a partir das práticas agrícolas e não agrícolas efetuadas pelos atores locais.

E finalizando esta obra os capítulos 5 e 6 discutem a relação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) com o turismo de base comunitária. O capítulo 5 *“Turismo de base comunitária: análise a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na Comunidade*

do Caruaru – Mosqueiro - PA” identifica a inserção dos ODS com base na organização social, cooperação e geração de renda pelo turismo comunitário, na perspectiva de verificar quais são os principais indicadores resultantes desta iniciativa para o desenvolvimento do turismo na Região Metropolitana de Belém (RMB), e quais suas contribuições para o avanço das políticas públicas de cooperação focadas no desenvolvimento do Turismo, mais especificamente na Comunidade de Caruaru, localizada no Distrito de Mosqueiro, Município de Belém - Pará. E por fim, “*Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável nas práticas de turismo de base comunitária em uma Reserva da Vida Silvestre: análise do roteiro em Santo Amaro/Benevides/Pará*” que teve o objetivo de analisar se o turismo de base Comunitária (TBC) em Santo Amaro/PA está em consonância com dois, dos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo eles o ODS 8 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável e o ODS 12 - Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis, na perspectiva dos operadores e residentes.

Este livro insere-se também em um momento único para a Universidade Federal do Pará, tendo em vista os 50 anos de existência do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) na qual alguns dos autores desta obra desenvolveram suas pesquisas de mestrado e doutorado.

Por fim, esta obra é mais um marco para a produção do conhecimento científico sobre o turismo a partir do olhar dos amazônidas.

Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo
Professora do Curso de Turismo
da Universidade do Estado do Amazonas

APRESENTAÇÃO

O Turismo de Base Comunitária é um modelo de gestão no qual a inclusão social, a participação e o desenvolvimento local tem sido o eixo central das práticas turísticas na Amazônia. Apresenta-se como alternativa contributiva ao desenvolvimento socioeconômico e sustentável comprometido com o protagonismo das populações de regiões remotas e sem possibilidades históricas de acesso ao modelo clássico de desenvolvimento proposto pelos governos locais e nacionais. É a mais recente tendência do turismo e que propicia às comunidades incluírem-se nos processos de desenvolvimento.

O Turismo de Base Comunitária (TBC), a partir do ano 2021, agrega-se às teorias de sustentabilidade e passa a ser denominado de Turismo Sustentável de Base Comunitária (TSBC), unindo conceitos e práticas responsáveis, inclusivas e de gestão compartilhada. Inserindo, dessa maneira, a sustentabilidade como eixo central nas práticas turísticas, e, desse modo, contribuindo para a conservação ambiental e o controle das mudanças climáticas.

Assim, desde o ano de 2010, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFPA), professores e discentes da Faculdade de Turismo (FACTUR/UFPA) têm pesquisado e refletido sobre o TSBC no âmbito da Região Metropolitana de Belém (RMB). Tais pesquisas têm como loci no município de Belém: a ilha de Cotijuba e a ilha de Mosqueiro; no município de Santa Barbara: a Colônia Chicano; no município de Benevides: a Comunidade Santo Amaro. Esses estudos

produziram reflexões que demonstraram o papel transformador do turismo, os desafios, as mudanças sociais e o trabalho em rede.

O livro, em seu primeiro capítulo, apresenta a trajetória, perspectivas e frustrações do TSBC, a partir da experiência precípua em analisar o conceito e as práticas extensionistas na ilha de Cotijuba, Belém-PA. No segundo capítulo, discorre sobre o corpo teórico-conceitual do TSBC em nível amazônico e mundial. Nesse capítulo, a pesquisa de cunho teórico apresenta a matriz conceitual do TSBC (2010/2022).

O terceiro capítulo analisa as redes de colaboração e o papel estratégico do TSBC enquanto alternativa de inclusão e desenvolvimento local. A análise foi realizada a partir da experiência da Rede Açaí de Turismo de Base Comunitária e do Roteiro Vem Viver Cotijuba, organizado pelo Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém.

No quarto capítulo, os autores relacionam a problemática do turismo com a agricultura familiar, destacando as potencialidades da Colônia Chicano no município de Santa Barbara. Ressalte-se que essas atividades reforçam o papel de cooperação para o desenvolvimento de comunidades.

No quinto capítulo, os autores preocupam-se com as práticas do TSBC na comunidade Caruaru, na ilha de Mosqueiro, e de como essa atividade posiciona-se frente à sustentabilidade, e propõem uma análise, a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que constate qual o nível de percepção dos moradores quanto aos ODS.

O sexto capítulo traz uma análise do TSBC na comunidade de Santo Amaro, município de Benevides, verifica-se como essas práticas estão relacionadas às variáveis dos ODS, e de como se processa a prática do TSBC em um Refúgio de Vida Silvestre (REVIS).

A presente obra, ao congrega as discussões sobre o TSBC na Região Metropolitana de Belém, desvela que há iniciativas isoladas que

se direcionam ao TSBC e traz a público a preocupação dos pesquisadores em verificar a condução dessa atividade, se ela está atendendo aos princípios fundamentais de sustentabilidade, responsabilidade e inclusão social. Tal perspectiva, reveste-se de significativa importância devido aos estudos do TSBC na Região Metropolitana de Belém serem neófitos, principalmente quando se trata de investigação realizada de modo sistematizado e organizado. Assim, o objetivo dessa obra é socializar esse conhecimento elaborado de maneira coletiva para servir de fonte de inspiração para que outros pesquisadores, professores e estudantes, possam continuar na tarefa permanente de acompanhar o decurso do Turismo Sustentável de Base Comunitária na RMB.

Profa. Dra. Silvia Helena Ribeiro Cruz

A VIA PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: trajetórias, perspectivas e frustrações acadêmicas

Eduardo Lima dos Santos Gomes

INTRODUÇÃO

Historicamente, as populações residentes tradicionais, por meio de seus comportamentos espaciotemporais, já estabelecem as suas relações socioeconômicas com o território construído. Muitas vezes, estes territórios estão em áreas desmanteladas de políticas públicas desenvolvimentistas, favorecendo o delineamento de um quadro de “sítio de pertencimento”, com baixo desempenho para a formação de capital social (MATOS, 2009; PUTNAM, 2002; ALBAGLI e MACIEL, de T2002), ocasionando um subaproveitamento da valoração econômica dos recursos naturais, dificultando o surgimento de processos produtivos de atividades econômicas com a pegada da sustentabilidade socioambiental, que possa gerenciar o processo de desenvolvimento territorial regional, por meio de modelos de inovação e tecnologia social (SILVA *et al.*, 2020; MORAES, ASSIS e SÁ, 2021; MIRANDA *et al.*, 2017).

Não obstante, salienta-se que conceber as novas territorialidades, a partir de uma perspectiva “decolonialista”, para explicar o desenvolvimento tardio, muito característico na Amazônia Brasileira e existente nos territórios residentes das comunidades tradicionais, oportuniza o alinhamento estratégico, na gestão de processos “endógenos” de organizações, considerando o paradigma da sustentabilidade na pegada da ecossocioeconomia.

A resiliência socioambiental dos territórios, ao introduzir ferramentas de gestão/autogestão para o desenvolvimento de soluções inovadoras, escaláveis, reaplicáveis e de baixo custo, de tecnologia social capaz de desenvolver produtos, processos e/ou serviços inovadores, visa à promoção de trabalho e rendas que impulsiona a economia local (produção, transformação, gestão de unidades produtivas, comercialização, elaboração da renda familiar). Com isso, ela orienta a gestão pública a potencializar as áreas de interesse para o desenvolvimento territorial sustentável, com vistas ao turismo, na perspectiva da ecossocioeconomia que desenvolva a Tecnologia Social (TS) do Turismo de Base Comunitária (TBC).

Nessa via, percebe-se a importância do papel das Universidades por meio de suas práxis extensionistas que orientam as organizações sociais comunitárias a gerenciarem o processo, desde a fase embrionária até o posicionamento estratégico no mercado, das experiências de TS de TBC.

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo apresentar a narrativa sobre a trajetória, perspectivas e frustrações de um ator-rede na temática do TBC, no âmbito acadêmico, mais precisamente no recorte temporal de 1999 a 2012. Para tanto, o procedimento metodológico adotado foi a pesquisa teórica descritiva, por meio do memorial reflexivo. Os resultados apontam a importância do papel das Universidades, principalmente as com a perspectiva decolonialista, uma vez que o mercado e as políticas públicas não têm a responsabilidade afetiva da aprendizagem continuada do acompanhamento e monitoramento da TS do TBC.

ECOSSOCIOECONOMIA, TECNOLOGIA SOCIAL E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: recortes epistemológicos reflexivos necessários

O termo Ecosocioeconomia (EcoSocioEcon), por sua vez, emerge por meio da obra de Karl William Kapp (1963). A derivação explicada por ele – ecosocioeconomia das organizações – pode ser mais bem compreendida no livro “Gestão que privilegia uma outra economia: ecosocioeconomia das organizações”, do Prof. Sampaio. Este pode ser interpretado como um esforço teórico e, sobretudo, empírico-metodológico de compreender experiências que abrangem o desenvolvimento territorial sustentável (Rev. Tur. & Cid., São Luís, v.3, n. 6, p. 188-193, jan./jun. 2021).

A considerar, percebe-se a EcoSocioEcon como o processo de engenharia com técnicas e metodologias de aprendizagem empreendedora das práxis de desenvolvimento sustentável, com foco nas organizações que estabelecem e priorizam o capital relacional e ação coletiva, criando estruturas de sistemas organizados com vistas ao planejamento e à gestão de desenvolvimento territorial.

A TS, de acordo com Dagnino (2011), é o perfilamento de produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis desenvolvidos com a pegada interativa entre as partes interessadas e que representem efetivas soluções de transformação social. Nessa acepção, arrisca-se a ter a TS como o aporte para a aplicabilidade de conhecimentos para o desenvolvimento da EcoSocioEcon, impulsionando a comercialização de Negócios Comunitários (NC), isto é, i.e., o consumo e a experiência de uma demanda de visitantes/turistas, gerando efeitos diretos, indiretos e induzidos que beneficiam a economia local.

De acordo com os Negócios pela Terra (2020), os NC são negócios sociais (NS) ou outras formas associativas que geram receita, trabalho

e renda para as comunidades envolvidas, constituindo muitas vezes alternativa ao uso predatório dos recursos naturais. Ainda, segundo os Negócios pela Terra (2020), os NC favorecem a economia do baixo carbono, na perspectiva de novas formas de se pensar e se fazer negócios com foco em Desenvolvimento e Sustentabilidade – D & S.

Nesse sentido, a TS pode ser compreendida como o meio para a resolução de um problema socioambiental, em um dado território. Arrisca-se, por exemplo, a mencionar que a demanda de visitantes/turistas é um ator-rede importante para o escoamento da oferta dos NCC, que têm na hospitalidade e na prestação de serviços, i.e., na dádiva do bem acolher, no acolhimento aos visitantes, na experiência “acolhedora” da visita (gastronomia agroextrativista, comercialização de produtos agroalimentares e artesanatos, passeios guiados nas rotas turísticas, plantas alimentícias não convencionais, etc.), as vantagens competitivas para impulsionar a economia com base comunitária.

Outrossim, percebe-se que o turismo, enquanto a estratégia de desenvolvimento territorial e sua economia, pode contribuir para aumentar as exportações dos NCC para mercados locais, regionais, nacionais e, em última instância, para o mercado internacional (MADALENO, EUSÉBIO, VARUM, 2017), uma vez que a experiência dos visitantes e turistas com estes produtos locais oriundos dos NCC pode despertar o interesse de repetir a compra desses produtos quando regressarem às suas cidades, regiões, estados e países, ou de os recomendar aos seus grupos de familiares e amigos.

E, nessa direção, o TBC é uma TS que impulsiona a comercialização de NC, para fomentar a microeconomia turística local, por meio de um Modelo de Gestão de Organizações Sociais Comunitárias (MGOSC) com o pré-requisito do estoque de capital social.

É interessante destacar que no Estado do Pará a Lei nº 9.773, de 27 de dezembro de 2022, instituiu a Política Estadual de Turismo

em Base Comunitária (PETBC), de autoria da Ex-Deputada Estadual Ana Paula Gomes (MDB), da Comissão de Turismo da Assembleia Legislativa do Estado do Pará - ALEPA. A partir da promulgação da Lei, o TBC torna-se uma política pública prioritária para o fomento do Turismo no Estado do Pará e as ações previstas serão implementadas pelo Estado em articulação com órgãos, entidades municipais e demais agentes públicos e privados que têm atuação na área turística e de desenvolvimento sustentável.

Em se tratando da questão conceitual, percebe-se que o conceito de TBC foi ampliado ao logo dos tempos, a partir da perspectiva da necessidade imperiosa da sustentabilidade. A isto posto, o Turismo Sustentável de Base Comunitária (TSBC) surge como a orientação metodológica para o fomento do TBC. De acordo com o Programa de Paisagens Sustentáveis da Amazônia (PPSA), o TSBC é um modelo de turismo que tem como protagonistas as comunidades locais, que gerenciam e empreendem neste setor para obter renda e ao mesmo tempo alcançar objetivos comuns. O diferencial do TSBC é estar baseado em produtos e serviços locais de modo que o benefício econômico prioritário resultante do turismo seja direcionado às comunidades.

O TSBC valoriza a conservação de recursos naturais e culturais, as tradições locais e o estilo de vida das comunidades, além de promover oportunidades de aprendizado e interações equitativas e mutuamente benéficas entre os turistas e a população local. Portanto, o TSBC não se resume apenas a uma relação comercial entre turistas e empreendimentos de turismo de um território ou localidade. Trata-se de um mecanismo integrado de desenvolvimento local sustentável por meio da atividade do turismo. O TSBC tem, assim, o potencial de fortalecer as comunidades na posição de determinar e garantir seus futuros socioeconômicos por meio de atividades produtivas sustentáveis que envolvem a prestação de serviços turísticos – hospedagem,

gastronomia/cultura alimentar, artesanato, passeios, interpretação do patrimônio e transportes – e contribuir para o desenvolvimento local, bem-estar social e sustentabilidade.

O EFFECTUATION TBC DE UM ATOR-REDE: trajetórias, perspectivas e frustrações acadêmicas

Para o perfilamento de resultados assertivos alinhados à trajetória pessoal e profissional articulada do autor, optou-se pela pesquisa teórica descritiva por meio do memorial reflexivo. Segundo Feldmann (p. 393, 2015):

Escrever a memória dos fatos ocorridos, experiências profissionais é sempre uma tarefa complexa, árdua e instigante. Requer o ato de entrar e sair de coisas passadas numa relação contraditória constante: quanto mais se afasta do objeto investigado, mais se observa com nitidez as cores, as formas e o movimento do acontecido. Este momento se coloca como especial no sentido de rememorar de uma forma mais sistemática caminhos percorridos, utopias perseguidas, enfim encontros e desencontros.

A trajetória do autor no TBC iniciou-se em meados da década de 1990, especificamente, no ano de 1998, quando ele estava a concluir o Curso de Turismo Bacharelado, do antigo Centro Socioeconômico (CSE), da Universidade Federal do Pará (UFPA). É interessante ressaltar que a temática do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do autor não era propriamente o TBC naquela altura de tempo, até porque não existia o conceito e tampouco a categoria teórica do TBC nas Universidades, mas sim uma articulação de ideias que levava para a compreensão da necessidade de um turismo produzido pelas comunidades, escola e meio ambiente. O título do TCC era inocente, sublime e desafiador para a época, uma vez que não se produzia algo

com teor crítico e reflexivo no Curso de Turismo Bacharelado (UFPA), no âmbito de um TCC que instigasse o debate para um turismo protagonizado por comunidades locais.

E, não a conformar-se com a embrionária pesquisa iniciada no TCC sobre a temática do turismo, o autor iniciou os seus estudos, nos anos 2000, na Pós-Graduação, ao nível Lato Sensu no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), NAEA/UFPA, no Curso de Formação Internacional de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas, o FIPAM.

Nota-se que durante o FIPAM o autor teve a oportunidade de ampliar os seus conceitos acerca das possibilidades do desenvolvimento sustentável e Amazônia no tocante ao turismo, enquanto uma estratégia de desenvolvimento para as comunidades locais, principalmente no estuário amazônico. E, nessa perspectiva, ele percebeu que a pesquisa iniciada no TCC poderia ser ampliada a partir do contexto dos estudos *lato sensu*.

E, desta forma, o autor com a sua pesquisa sobre a experiência de turismo a partir de um coletivo de mulheres no estuário amazônico fez parte do Projeto Mudanças no Estuário Amazônico, por meio das Ações Antrópicas e Gerenciamento Ambiental (MEGAM), coordenado pela Prof.^a Dr.^a Edna Castro, do NAEA/UFPA, que orientou a pesquisa do autor nos estudos *lato sensu*, da concepção teórica até a defesa da monografia.

E, nisso, o autor, após a defesa da monografia, seguiu a sua trajetória em outros projetos de sustentabilidade pela Amazônia Brasileira, sempre a levantar a bandeira do turismo pelo e para as comunidades locais, mesmo com as dificuldades ao longo do caminho, uma vez que não era tão fácil sensibilizar pesquisadores e professores dos ambientes acadêmicos de que o turismo pela e para as comunidades locais poderia ser uma estratégia de desenvolvimento.

O TBC propriamente construído e já enquadrado como categoria importante, para o autor, deu-se a partir do seu ingresso ao quadro efetivo do Magistério Superior da UFPA, lotado no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), o antigo CSE. E, na condição de docente, apresentou dois projetos de extensão entre os anos de 2010 e 2012, para retomar a sua trajetória no TBC e marcar o território na discussão, no âmbito da UFPA, da Faculdade de Turismo (FACTUR). Pode-se arriscar que esta foi a primeira Subunidade Acadêmica da UFPA a discutir o TBC, na perspectiva do desenvolvimento comunitário, por meio destes dois projetos de extensão do autor.

O primeiro projeto de extensão foi o “Desenvolvimento Comunitário para o Ecoturismo no Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB”, no ano de 2010. Este projeto retomou o TBC do MMIB, iniciado pelo autor, no vindouro recorte temporal de 1998 a 2001, que culminou na graduação e foi até a pós-graduação *lato sensu*. Neste projeto extensionista, contou-se com a participação de alunos voluntários que, juntamente com o coordenador, facilitaram os conteúdos relacionados à formação de capital social e perspectivas de desenvolvimento comunitário.

O segundo extensionista projeto foi o “Agência Comunitária de Ecoturismo do MMIB”, nos anos de 2011 e 2012, que lançou definitivamente o TBC do MMIB, ao contribuir com a estruturação orgânica institucional do modelo de gestão deste Movimento de Mulheres a priorizar uma Coordenação para o fazimento effectuation1 do TBC. Salienta-se que este segundo projeto extensionista foi o que colocou o TBC como prioridade no MMIB e reforçou ainda mais o compromisso da FACTUR no fazimento do TBC.

CONCLUSÃO

As Universidades têm o papel ativo de contribuir para o processo de desenvolvimento na sociedade. Embora se saiba que elas foram criadas no seio das elites colonialistas como forma de fortalecer os seus poderes econômicos, o seu papel de desconstruir um passado de opressão às minorias é a atual máxima reflexiva esperada, principalmente no que tange aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). É a teoria de Sara Sarasvathy (2001) do empreender sem a lógica do pré-fabricado modelo de gestão.

Desta maneira, os resultados apontam a importância do papel das Universidades, principalmente as com a perspectiva decolonialista, uma vez que o mercado e as políticas públicas não têm a responsabilidade afetiva da aprendizagem continuada do acompanhamento e monitoramento da TS do TBC.

E, por fim, o autor se afastou da discussão do TBC, logo nos anos seguintes, a partir de 2013, por não conseguir mais ver-se no processo, em face da banalização conceitual e da disputa pelo poder sobre o TBC nas mais diversas perspectivas das áreas do conhecimento.

Não obstante, ressalta-se que o TBC é uma TS e quem tem a supremacia no saber, fazer e efetuar ainda são as Universidades, uma vez que verdadeiramente espera-se o compromisso com a construção de epistemes despidas de vaidades e colonialismo. Tais condições reunidas ainda são inerentes aos ambientes acadêmicos, mas dependem da garantia ética de quem pensa, reflete e age despido das vaidades de uma elite colonialista intelectual, que nestes tempos tão incertos de moralidade dominam as Universidades.

REFERÊNCIAS

SARASVATHY, Saras D. Causation and effectuation: Toward a theoretical shift from economic inevitability to entrepreneurial contingency. *Academy of management Review*, v. 26, n. 2, p. 243-263, 2001.

MADALENO, A., EUSÉBIO, C., & VARUM, C. (2017). A influência do turismo internacional nas exportações de produtos agroalimentares: o caso de Portugal. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 1(27/28), 1205-1219. <https://doi.org/10.34624/rtd.v1i27/28.9851>.

DAGNINO, R. “Tecnologia social: base conceitual.” *Ciência & Tecnologia Social* 1.1 (2011): 1-12. MATOS, H. *Capital social e comunicação: interfaces e articulações*. São Paulo: Summus, 2009.

MIRANDA, Katuscia et al. *Embarca Marajó: Estratégias locais de inovação, fortalecimento institucional e desenvolvimento sustentável*. Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2017.

MORAES, Lucivando, B. De; ASSIS, William, S. De; SÁ, Tatiana Deane de A. *Comunidade Ribeirinha Santo Ezequiel Moreno: inovações sociais em torno do açaí relacionadas à organização*. *Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, v. 10, n. 2, 2021.

NEGÓCIOS PELA TERRA: inteligência de mercado para empreendimentos comunitários / coordenação Gabriel Leão ... [et al.]. -- 1. ed. -- Belém: CONEXSUS, 2020.

PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Lei nº 9.773, de 27 de dezembro de 2022. Política Estadual do Turismo em Base Comunitária. Belém, PA: Diário Oficial do Estado do Pará, nº 35.236, 28 de dezembro de 2022.

PROGRAMA DE PAISAGENS SUSTENTÁVEIS DA AMAZÔNIA.
Turismo Comunitário: intercâmbio amazônico, 2022.

PUTNAM, R. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

REVISTA TURISMO & CIDADE. São Luís, MA: v. 03, n. 6, p. 188-193, jan/jun., 2021.

FELDMANN, Marina Graziela. Memorial reflexivo: Paixões revisitadas. Revista e-Curriculum, v. 13, n. 3, p. 391-417, 2015.

ANÁLISE DO CORPO TEÓRICO SOBRE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: do mundo para a Amazônia

Silvia Helena Ribeiro Cruz

Arcanjo Miguel Garcia Maia

Franciele Rodrigues Carneiro

INTRODUÇÃO

O Turismo de Base Comunitária não é apenas mais uma segmentação no mercado turístico, mas sim um método diferente de fazer turismo. (MIELKE e PIEGAS, 2012), e tem sido um dos métodos usados em várias comunidades tanto na Amazônia, quanto no Brasil ou ao redor do mundo como uma estratégia de resistência cultural, política, tal qual quanto como um “refúgio” ao homem urbano atual convivente com uma crise de identidade em meio a globalização (URANO, 2016; ZAOUAL 2009). Visto isso, é relatado a certa discrepância entre o que se prega na teoria e o que ocorre na prática (FABRINO, 2011.). Tendo em vista este contraste, o artigo busca “dissecar” o corpo teórico do TBC e concluir com algumas observações.

A metodologia aplicada foi pesquisa bibliográfica em sites de artigos científicos, também de material acadêmico como teses e relatórios, disponíveis na internet. O artigo possui uma linha cronológica que começa com os pressupostos do Turismo de Base Comunitária para então adentrá-lo num contexto tanto internacional, quanto à realidade mais próxima da realidade dos autores, no caso, a região amazônica. O artigo é resultado de pesquisa bibliográfica e um aproveitamento da

parte teórica em que se inicia o projeto de redes de turismo comunitário na Região Metropolitana de Belém – RMB – projeto este que ainda se apresenta em desenvolvimento.

Pressupostos do TBC: comunidade, sustentabilidade, e inclusão social

É importante que antes de adentrar o tema de TBC explicitar valores que estão subentendidos neste. Neste caso, os valores de comunidade, da sustentabilidade e inclusão social. Anteriormente ao se discutir Turismo de Base Comunitária, é preciso entender dois valores sub-contidos neste termo: como o próprio nome diz, este trabalha a comunidade, então é preciso apresentar este termo teoricamente. Importante também é reassaltar o fato de serem teorias internacionais.

Na literatura clássica, o conceito de comunidade nasce junto ao conceito de sociedade. Creditado como um dos fundadores da sociologia, o conceito de comunidade a partir de Ferdinand Tönnies (1995), segundo Mocelim (2011), os grupos comunitários

contam com elevado grau de integração afetiva e também com alto grau de coesão – e mesmo de homogeneização – entre seus membros, e isso inclui conhecimentos, objetivos, práticas cotidianas e formas de agir e pensar. As normas ocorrem especificamente por meio dos costumes, hábitos e tradições, e as formas de relacionamento social são predominantemente pessoais, o que significa o compartilhamento de valores e também maior grau de intimidade. (p. 110)

Assim, as comunidades seriam guiadas por afetos entre e através de valores e crenças compartilhadas. A comunidade nasce em contraste da sociedade, a segunda já sendo impessoal, heterogênea onde os sujeitos

são guiados por valores individuais. (MOCELIM, 2011). Podendo aplicar uma visão Marxista, as relações sociais dentro da sociedade se dão por modos de produção, pois “na sociedade capitalista o objetivo passa a ser a produção de valores de troca, ou seja, a produção, a reprodução e a valorização do capital. (COMÁN e POLA, 2009).

Outra notável contribuição foi de Thompson (1991), que, lembrando estes contrastes, vai discutir em a Teoria dos comuns a partir da análise do comportamento da sociedade camponesa inglesa do século XVIII se estreita para a mudança gradual do sistema capitalista industrial prestes a dominar o país. No contexto da época onde a terra tinha um valor fundamental, o costume se trata de um direito não colocado juridicamente, mas praticamente pressuposto no que se remete a algo que se é ou tem por direito, “usos que podiam ser reduzidos a regras e precedentes, que em certas circunstâncias eram codificados e podiam ter força de lei.” (p. 16).

De acordo com seus estudos, a comunidade mais popular da época (plebe), mesmo que tradicional ao patriarcalismo e paternalismo, quando estabelecia negociações de trabalho com a *gentry*, era rebelde quando se tratava das pressões e apropriações, no período da complexa implementação dos direitos a terras comuns ou às fases iniciais da mudança de sistema laboral mais disciplinado. É a partir desse comportamento rebelde, isto é, de resistência, que Thompson fala da “economia moral dos pobres”. Em outras palavras, ações populares exercidas de forma espontânea à vista que um pressuposto da cultura plebéia estava sendo desrespeitada, como no caso dos motins de fome realizados quando se percebia o aumento dos preços no comércio ou uma postura do comerciante não vista como aceitável. (p. 152).

Discorrer sobre Comunidades tradicionais ainda é um assunto

recente e é advento do processo das discussões a respeito dos recursos de áreas naturais e conflitos (Calegare, 2014). Portanto, é fundamental que se fale da questão do levantamento da discussão sobre a sustentabilidade, que ainda é uma discussão relativamente recente.

Um marco inicial neste sentido foi posto por Thomas Malthus e Garret Hardin. Malthus (1996), ainda na fase da revolução industrial, em 1798 publicou sua teoria a respeito do que é chamado a Teoria da População, onde ele argumenta que, dado a tendência da população é sempre crescer, e o alimento sendo condição obrigatória para a vida humana, chegar-se-á em um ponto onde haverá um colapso de fome. (PEREIRA, 2013). Na segunda metade do séc. XX, Hardin (1968) volta a tocar nesse ponto sob o nome Tragédia dos Bens comuns, onde ele coloca a questão da indisponibilidade dos recursos para todos como uma tragédia que vai destruir valores de comunidade em torno da disputa individual. (ENRÍQUEZ, 2008)

No que diz respeito à inclusão social, este é um termo de difícil domínio dado sua ampla utilização muitas vezes generalizada, o que dificulta a conceituação por outros campos do conhecimento que não as ciências sociais. Na obra que aborda turismo e inclusão social pela fundação CECIERJ, segundo Santos (2012), o termo inclusão social está ligado à cidadania e sua construção:

“Essa noção de inclusão social dialoga estreitamente com o conjunto dos direitos individuais que propiciam a construção da cidadania, isto é, uma vez que um indivíduo excluído passa a exercer os seus direitos, o “mecanismo” da inclusão é realizado e ele é reconhecido como cidadão.” (p.8)

A autora posteriormente aponta três princípios da inclusão social, sendo: 1) celebração das diferenças, estas são vistas com caráter positivo os diferentes modos de fazer; 2) direito de pertencer, onde não é preciso “provar” algo de qualquer natureza por obrigação para que seja aceito para ser parte da sociedade; e 3) valorização da vida humana, onde as particularidades destes diferentes grupos, por fim somando positivamente para o “enriquecimento da qualidade de vida de todos.”.(SANTOS, 2012, p. 19).

Visto estes aspectos, a inclusão social no turismo se torna um desafio desde que o nascimento do capitalismo enquanto fenômeno social e econômico se dá nas bases da economia capitalista. O caráter excludente do capitalismo torna o turismo uma área que precisa, também, de intervenções do poder público, que pode atuar sendo omissa ou não. O engajamento da própria população excluída do processo de turismo pressionando o poder público é fundamental para a mudança desse quadro. (SANTOS, 2012.).

É neste contexto que o TBC tem importância no desenvolvimento da inclusão social. Ao ir contra a chamada corrente hegemônica, o TBC se configura como um modelo de resistência, e empoderamento, para comunidades que se encontram em marginalização e exclusão social. Nas palavras de URANO et. Al. (2015), O Turismo de Base Comunitária: “surge a partir da necessidade de construção de um modelo de turismo alternativo ao turismo convencional, que tenha como prioridade a comunidade receptora através da afirmação da sua identidade, valorização da cultura e proteção ambiental. Ele constitui um mecanismo de resistência de comunidades tradicionais frente a um processo de desenvolvimento que prioriza o mercado privado. (p.1)”

Turismo de Base Comunitária: do mundo para a Amazônia Internacional

No contexto internacional, o economista marroquino Hassan Zauoal é um dos teóricos mais usados para embasamento de estudos em relação a TBC (FABRINO,2013.) Sua teoria chamada de Teoria dos sítios simbólicos, alega o TBC como uma reação ao Turismo ‘pós-industrial, massificado – que causou uma “sufocação” do pronto e uniforme – que culminou no declínio desse antigo modelo de turismo, onde o homo situs (homem que busca pela nova experiência) se sobrepõe ao homo economicus (homem que busca o consumo pelo consumo). De acordo com o mesmo autor:

“os sítios, como pátrias imaginárias, alimentam e dão sentido aos modelos de ação individuais e coletivas. Sendo únicos, eles são abertos sobre seus ambientes imediato, local, regional, nacional e internacional. As interações nesta matéria são incontáveis e complexas.”(2009, p.12)

Percebe-se o enfoque subjetivo do objeto, atentando-se a adjetivos como “imaginária” “únicos” e de “interações contáveis e complexas”.

Região Latino-americana

No âmbito exterior o mercado de turismo vem passando por importantes transformações nos últimos anos. Os produtos pasteurizados e homogeneizados que caracterizam o turismo em sua fase industrial começam a perder espaço para experiências que promovem um turismo mais personalizado, tanto no sistema de produção como de consumo (BURSZTYN,2014).

O TBC na América Latina e no Brasil organizam-se em redes de turismo comunitário com o objetivo de articular redes que vem sendo construídas em diferentes escalas, com a finalidade de diversificar a possibilidade de emprego e renda, de valorizar a cultura local e de fomentar o associativismo. (CORIOLANO,2011) destacando-se: Rede de Turismo Comunitário da América Latina-REDTURS; Rede de Turismo Comunitário da Costa Rica-COOPRENA; Rede Boliviana de Turismo Solidário Comunitário-TUSOCO, Rede Brasileira de Turismo Solidário- TURISOL.

Para a REDTURS, a mais abrangente de todas, os eixos norteadores se baseiam de acordo com o seu website, na “solidariedade, cooperação, respeito a vida, conservação e aproveitamento sustentáveis dos ecossistemas e da diversidade biológica que estes carregam.” A TURISOL, especificamente atuando no Brasil, possui princípios que enfatiza o protagonismo da comunidade na gestão dos seus empreendimentos, a questão do turismo como instrumento de empoderamento de comunidades e sua cultura, e os costumes culturais da comunidade como principais atrações turísticas. (UNISOL, 2017).

Região Nacional

Adentrando o Brasil, as definições conceituais-teóricas de Turismo de Base Comunitária são muito abrangentes, devido às peculiaridades de cada território e ao processo individual de cada projeto e comunidade. De fato, uma das características da pesquisa no Brasil é a importância dada aos estudos de caso, pois a partir destes se fazem relatos da experiência de cada comunidade.

No entanto é necessário organizar estas experiências a partir de uma visão macro. É possível elencar 6 elementos chaves que o TBC abrange, segundo a análise sistemática teórica constituída por ONGs, setores públicos, projetos de TBC e teóricos da área (CORIOLANO; SAMPAIO; MALDONADO) de Fabrino (2013) que constitui em: 1) Dominialidade; 2) Organização comunitária; 3) Democratização de oportunidades e repartição dos benefícios; 4) Integração econômica; 5) Interculturalidade e 6) Qualidade ambiental.

Na conclusão da pesquisa, a autora aponta que os elementos chaves que mais convergem com os casos estudados seriam principalmente a dominialidade e organização comunitária; elementos secundários seria a interculturalidade e qualidade ambiental; por fim, como conceitos inconsistentes, a autora pontua a Democratização de oportunidades e repartição e benefícios e integração econômica, pontuando que estes últimos surgem como efeitos desdobrados da dominialidade, sendo considerado maiores efeitos/intenções da dominialidade.

Região Amazônica

Iniciativas de TBC também tem crescido na Amazônia por ser uma região considerada berço de grande diversidade ambiental e cultural. Assim considera a autora Costa Novo (2014,p 79).

“A Amazônia brasileira com sua grande extensão territorial e sua sociodiversidade, tornou-se um lugar cobiçado, exercendo verdadeiro fascínio sobre o imaginário dos turistas brasileiros e estrangeiros.”

No entanto, muito ainda precisa ser feito para que o TBC realize todo o seu potencial em prol do desenvolvimento social das comunidades locais. Para Bursztin(2014) o processo de comercialização de iniciativas e roteiros de TBC na Amazônia brasileira ainda precisa de sérios investimentos em promoção no cenário econômico e social da atividade

turística junto as comunidades que promovem iniciativas de TBC. Para tal foi idealizado a Central de Turismo Comunitário da Amazônia (CTCA). Pensado para ser um empreendimento coletivo, autogerido pelas iniciativas de TBC envolvidas e pelos seus parceiros. É composto por ONGs, associações de moradores e universidades que buscava fortalecer um modelo de turismo mais sustentável em escala regional.

A CTCA concentra suas atividades na facilitação do processo de consulta e reserva, mediando a comunicação entre os empreendimentos comunitários e os visitantes interessados em visitá-los. (BURSZTYN, 2014.).

RESULTADOS

Os resultados apontaram para uma divisão entre o corpo teórico de Turismo de Base Comunitária. Pois uma apontando para a aplicação mais prática de conceitos de negócio para os casos de TBC, e a outra defendendo uma resistência maior para a adaptação destes casos, acreditando que é possível conciliar a prestação de serviços alinhada com os valores de origem da comunidade. Algumas destas posições são apresentadas na matriz a seguir.

Autores (ano)	Citação	Interpretação
Urano et. Al (2008)	“[redes de TBC] constituem redes sociais que se assemelham as redes de movimentos sociais por constituírem uma organização coletiva para o fortalecimento de comunidades na busca por uma atividade turística contra-hegemônica.” (p. 12-13)	A autora assemelha o TBC com movimentos sociais, agregando a este um caráter ideológico, e contra hegemônico.

<p>Mielke e Pegas (2012)</p>	<p>“devem ter como princípio básico a melhora da condição de vidas das pessoas que residem em regiões onde, via de regra, são excluídas do sistema econômico. [...] Uma das poucas possibilidades de incremento de renda e geração de emprego se dá através justamente de iniciativas onde a atividade econômica de fundo é o turismo” (p.173-174)</p>	<p>Enxergando o TBC dentro de um contexto de geração de renda e emprego em um contexto de exclusão social.</p>
<p>Holanda (2016)</p>	<p>“ao transplantar os métodos e procedimentos de gestão empresarial, de forma acrítica, para o âmbito de organizações que cultivam objetivos estranhos à lógica do mercado, há o perigo potencial de gerar distorções na natureza das organizações substantivas e desvirtuar suas ligações com transformações sociais mais amplas[...]” (p. 260)</p>	<p>Exercendo críticas a relatórios e casos em que o TBC pode estar distorcendo suas origens em prol da “empresarização” das iniciativas.</p>
<p>Fabrino (2013)</p>	<p>“o arcabouço teórico do TBC tende a caracterizar e descrever um cenário adjetivado e idealizado incondizente com a realidade estudada e descrita neste trabalho. Defende-se, aqui, que o turismo comunitário deve ser percebido antes como uma atividade econômica desenvolvida por um determinado grupo de atores e resultado de suas escolhas racionais”. (p.167).</p>	<p>RACIONAL: Inferindo que a base teórica se encontra romantizada e prezando o TBC pela viés econômica, através dos resultados se sua pesquisa, em que elementos como democratização de oportunidades e integração econômica se mostraram inconsistentes..</p>

<p>Burztyn (2012)</p>	<p>“O turismo responsável e o TBC representam novas utopias para as práticas de turismo e não segmentos de mercado [...]. São práticas que devem ser incorporadas aos segmentos já existentes e influenciar o mercado em sua totalidade, a fim de torna-lo mais reponsável.</p>	<p>HUMANA: exercendo críticas a abordagens de TBC como produtos segmentados, questionando suas formas de comercialização, inferindo que o TBC tem valores diferenciados destes.</p>
<p>Maldonado (2014)</p>	<p>“Estes três elementos: a propriedade e a auto-gestão dos recursos patrimoniais da comunidade; as regras de jogo democráticas e solidárias; e o bem-estar da comunidade como último fim distinguem a Turismo Rural Comunitário de qualquer outra forma de negócio.” (p. 19) “Sintentizando, se pode afirmar que TRC é um turismo de quatro A’s: Aprendizagem, Turismo Ativo, Autêntico e de Antepassado.” (p.20)</p>	<p>Destacando o viés democrático do TRC como distinção de outros modelos de negócio e também a partir de conceitos dos quatro A’s, que destacam fatores humanos.</p>
<p>Zenz (2011)</p>	<p>Turismo comunitário e arranjo socioproductivo referem-se a metodologias interorganizacionais que procuram incorporar em seus processos de gestão princípios como associativismo, cooperativismo e desenvolvimento sustentável [...] (p. 46)</p>	<p>Relacionando princípios do TBC a conceitos administrativos como associativismo e cooperativismo, incrementando uma visão empreendedora.</p>

Pode-se perceber que há duas visões que inclinam a lados diferentes: um visando a partir da importância subjetiva e política do TBC, enquanto outro visando a questão do desenvolvimento da comunidade preparadora do produto. Embora uma não esteja necessariamente contra a outra, a partir da leitura dos textos, interpreta-se que elas estão apenas isoladas. Um dos poucos que fazem um conexão visível entre os dois é o texto de Zenz (2011), ao relacionar valores do tbc com princípios originais da teoria administrativa, o de Fabrinho, que em tom de advertência fala sobre a “teorização abstrata” dos princípios do TBC, e o de Holanda (2016), que tece seus comentários a partir do que ela vê como um exagero da visão de negócio no TBC. Burztyń (2014) se atenta ao fato de que os métodos de comercialização atuais como parcerias com agência não refletem o princípio do TBC, informando que é preciso inovação por parte da gestão e comercialização do produto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto quanto necessário conseguir exercer uma gestão efetiva do TBC na comunidade é verificar como a teoria vem se construindo. Mais do que um engajamento político, o TBC tem seu núcleo na comunidade em si. Por mais que seja significativo a representação política implícita de uma gestão que prioriza a equidade social, é preciso levar em consideração que este não é o centro da proposta do TBC, e que por mais positivas que sejam as expectativas em torno da gestão comunitária do turismo, é necessário lembrar que a velocidade da exclusão social presente atualmente é mais veloz do que a construção de um sistema de gestão perfeito. Sem contar que a ideologia predominante do individual tem também alcançado estes meios.

Estamos lidando com um grupo de pessoas que colocarão expectativas em cima de um negócio. É necessário uma visão organizada e realista dos riscos de um empreendimento. A única coisa que diferencia de uma gestão comum é o fato de isso ser discutido de modo coletivo. Os erros são inevitáveis e precisam ser aprendidos.

Aqui não se propõe aqui uma “revolução teórica”, mas uma reflexão de que o melhor caminho seja a adoção de uma corrente que dialogue as duas interpretações, para que assim se evite a romantização do termo, mas também estabelecendo preceitos entre os casos de serviços de comunidades para com fatores externos, visto que é a preservação socioambiental e cultural destas sociedades o objetivo prático destes estudos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURZTYN, Ivan. Comercialização no Turismo de Base Comunitária: inovar é preciso! In: NOVO, Cristiane Barroncas Maciel Costa. CRUZ, Jocilene Gomes da. (Org.). **Turismo comunitário: reflexões no contexto amazônico**. Manaus: Edua, 22 ed., 2014.

FABRINO, Nathália Hallack. **Turismo de Base Comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos**. Brasília, 2013. 185 p.: il. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

HOLANDA, L. A Empresarização do turismo de base comunitária. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 249-262, ago. 2016.

MALDONADO, Carlos. Turismo Rural Comunitario em América Latina: las experiências de REDTURS. In: NOVO, Cristiane Barroncas Maciel Costa. CRUZ, Jocilene Gomes da. (Org.). **Turismo comunitário: reflexões no contexto amazônico**. Manaus: Edua, 22 ed., 2014.

MIELKE, Eduardo Jorge Costa; PEGAS, Fernanda Vasconcellos. Turismo de base comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma questão de gestão. **Revista Turismo em Análise**, Brasil, v. 24, n. 1, p. 170-189, apr. 2013. ISSN 1984-4867. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/rta/article/view/64176/66863>>. Acesso em: 26 apr. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v24i1p170-189>.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. et al. Perspectiva do turismo comunitário solidário e sustentável. In: _____(Org.) **Turismo comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática**. Blumenau: Edifurb, 2011.

SANTOS, Patrícia Carmo. **Turismo e Inclusão Social**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2012, v. 1 / 2 ed.

URANO, Débora Goes; SIQUEIRA, Felipe de Souza; NÓBREGA, Wilker Ricardo de Mendonça. Enfoques teóricos sobre Redes de Turismo Comunitário. In: **Anais... SEMINARIO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, XII**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (RN), 2015.

ZENS, Talita Cristina Zechner. Arranjo socioprodutivo de base comunitário e turismo comunitário: delineando aproximações. SAMPAIO, Carlos. HENRIQUE, Christian. MANSUR, Henrique (Org.) in: **Turismo comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática**. p.39-46. Blumenau: Edifurb, 2011. <http://www.redturs.org/documentos/Trifoliar-Spanish-p1-p2.pdf> último acesso em 21 de setembro de 2017.

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA, REDES DE COLABORAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL NA ILHA DE COTIJUBA EM BELÉM/PA: a rede açáí e o roteiro Vem Viver Cotijuba

**Silvia Helena Ribeiro Cruz
Arcanjo Miguel Garcia Maia**

1 INTRODUÇÃO

O Turismo de Base Comunitária (TBC) é uma prática de turismo que posiciona o morador da localidade turística no protagonismo do fenômeno. Além da mudança no modo de planejamento, o turismo comunitário tem adotado as chamadas Redes de Colaboração, estratégia que visa fortalecer estes empreendimentos geridos por comunitários (URANO, 2016). O que essas novas formas da atividade colocam em seus princípios é, sobretudo, a inclusão social de comunidades antes invisibilizadas no processo de desenvolvimento turístico, principalmente pelo turismo convencional.

Colocadas tais considerações, a justificativa deste estudo está apoiada na necessidade de abordar o TBC pelo viés da gestão empreendedora e de inclusão social, com o propósito de auxiliar no crescimento da Rede Açáí em relação ao exercício do TBC na Ilha de Cotijuba que se encontra gradativamente em processo de massificação de turismo.

As hipóteses do estudo são: a) há empreendimentos de Turismo de Base Comunitária na Ilha de Cotijuba/PA; e b) os empreendimentos de TBC na Ilha de Cotijuba têm seus princípios ligados ao turismo de base comunitária.

Em relação aos objetivos deste estudo, estes são: a) analisar a relação entre Turismo de Base Comunitária, Redes de turismo e inclusão social no ambiente da Rede que opera na Ilha de Cotijuba; e b) analisar o produto turístico ofertado pela Rede e identificar o que a torna um produto de turismo de base comunitária.

A estratégia metodológica escolhida que guiou este estudo foi a pesquisa-ação. De acordo com Thiollent (2011), a pesquisa-ação é uma pesquisa feita de base empírica, que busca a resolução de um problema prático “no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação e do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (p. 20). Desse modo, essa estratégia utiliza-se da teoria para implementar as ações necessárias no ambiente da pesquisa, para não ser mera razão instrumentalista.

Em tal sentido, destaca-se a importância do uso e adequação de ambos os procedimentos metodológicos de abordagem: qualitativo e quantitativo. A abordagem qualitativa, segundo Oliveira (2007, p. 37), se define como “processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação”. Dessa forma, a abordagem qualitativa preza pelo contexto do pesquisado, e a compreensão da complexidade subjetiva do mesmo, adequado para os estudos de ciências sociais ao qual este trabalho está inserido.

A pesquisa teve objetivo exploratório, coletando dados e levantando informações sobre uma determinada área, e objetivo explicativo, que se trata de analisar tais dados à luz dos resultados das pesquisas qualitativas, como relata Severino (2016). Desse modo, na fase exploratória, fez-se levantamento bibliográfico sobre as variáveis que abrangem o tema, a fim de se construir um referencial teórico comum. É importante que se ressalte o caráter interdisciplinar de tal bibliografia, algo comum nas ciências sociais no tocante à pesquisa de turismo, pois se tratando de uma pesquisa pautada na construção humana e abrangência do tema, é fundamental que se articulem diferentes tipos de saberes para um melhor aproveitamento teórico.

Houve levantamento documental em relação à unidade específica estudada, na percepção de que esta contextualizará o local como território, que se dá em um campo concreto e que é sujeito de Políticas Públicas. Após isso, foi feita pesquisa de campo, na qual foi usada a técnica de observação direta, em duas visitas, uma à Cotijuba e outra no roteiro Vem Viver Cotijuba, alvo de estudo da referida pesquisa. Também foi usada a técnica de questionários e entrevistas fechadas, a fim de que se saibam as observações dos próprios sujeitos participantes da pesquisa.

A observação direta é importante na pesquisa-ação, que parte de dados empíricos (THIOLLENT, 2011). É imprescindível que se use observação direta em trabalhos de campo relacionados a turismo, que usam, em geral, de experiências e recursos sensoriais (atrelados à visão, audição, paladar, tato ou olfato) para vender ou diferenciar seu produto. Assim, foi adotado tal modo, a fim de perceber as nuances do produto estudado por esta pesquisa.

2 ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA, REDES DE COLABORAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL

2.1 Turismo de Base Comunitária

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT, 1991), a atividade turística é definida como uma atividade desenvolvida por pessoas ao longo de viagens e estadias em locais situados fora do seu enquadramento habitual, por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, para fins recreativos, de negócios, ou outros. Sendo assim, o turismo pode ser denominado como um fenômeno complexo e abrangente que envolve não só viagens, mas toda uma cadeia de bens e serviços, se tornando responsável pelo movimento de mais de cinquenta segmentos da economia, e é um dos principais geradores de divisas para os países.

Nesta perspectiva, compreende-se que o turismo é multidimensional. Tal perspectiva enfatiza a relevância do componente social nas análises no campo do turismo, uma vez que tal atividade envolve o movimento e a inter-relação das pessoas de diversos lugares e provoca um fenômeno que afeta diferentes sociedades (PADILHA, 1994).

Na história do desenvolvimento do turismo como atividade econômica global, esta se tornou, de fato, um mercado após a segunda guerra e a revolução industrial. Este surge dentro do mercado do lazer, como um meio de diversão e uma mercadoria a ser consumida. Esta modalidade de turismo fica mais popular à medida que as massas possuem mais direitos a tempo-livre do trabalho. (BRAMBATTI, 2011). Este turismo de massa, convencional, dá consequência a uma

visão mercantilizada do lazer, que de forma espontânea constrói empreendimentos e leva à valorização econômica da área, atraindo moradores externos, além da mudança cultural que é absorvida de forma diferente pelo morador local. Dessa forma, este tipo de turismo ocorre de cima para baixo, e quem tem mais poder econômico fica em cima, enquanto os outros se adaptam ao mercado. O Turismo de Base Comunitária é uma forma de resposta e alternativa a esses efeitos (BRANDÃO; CORIOLANO, 2016).

Na pesquisa de Fabrino (2013), é possível ter a percepção da abrangência conceitual do termo. Segundo a análise sistemática, constituída por conceitos dados por ONGs, setores públicos, projetos da área e teóricos estudiosos do assunto, a autora chegou a seis elementos-chave: Dominialidade, Integração Econômica, Organização Comunitária, Repartição de Benefícios e Democratização de Oportunidades, Interculturalidade e Qualidade Ambiental. No entanto, para a autora, os conceitos que são, de fato, determinantes para o TBC na prática são a Organização Comunitária e Dominialidade.

É fundamental destacar que o turismo de base comunitária não visa tornar-se a atividade principal de uma comunidade, dado que se devem preservar as atividades anteriores, seja de pesca ou extrativismo, agricultura, entre outros. Quando se traz modelos recorrentes do turismo convencional como “pousadas” e outros empreendimentos, tende-se a reproduzir os valores do mercado, menosprezando o fator humano em prol da instrumentalidade. A melhor maneira de superar isso é selecionar de forma crítica as relações com o mercado, pois apesar desta postura, é preciso a articulação com o mesmo porque as iniciativas tendem a falhar por efeito da falta de experiência na gestão e compreensão do funcionamento do mercado (HOLANDA, 2016).

O TBC, de acordo com Mielke e Pegas (2013), apresenta-se para além de uma segmentação, de fato como uma metodologia de planeamento. Isto se deve ao seu caráter participativo, que requer a cooperação e união das comunidades envolvidas no decorrer do seu desenvolvimento.

Na relação teórico-prática no TBC, persiste uma crítica no que se refere aos ideais de equidade econômica posto na teoria, como salientado por Fabrino (2013), dito que são ideais praticamente inatingíveis num contexto de mundo cada vez mais desigual economicamente. Enquanto que outros autores sugerem modelos e conceitos mais associados ao mundo da administração de empresas, como Mielke e Pegas (2013, p. 184):

“A comercialização do turismo é desenvolvida na medida em que se tem um profundo conhecimento acerca do perfil da relação oferta-demanda aplicado em cada Experiência. Cooperar no âmbito da atividade turística é lidar com um negócio com ganhos individuais e coletivos”.

Autores como Sally *et al.* (2010) ressaltam a importância da constante avaliação, monitoramento e feedback para a manutenção da qualidade do serviço. Da mesma forma, o aperfeiçoamento de pontos fracos, identificação de problemas são outros aspectos a serem enfatizados, pois estes ajudarão o empreendimento a manter uma boa qualidade e com isso aumentar os ganhos com o negócio.

No entanto, há críticas a modelos que podem estar desvirtuando o caráter principal do TBC relativo ao posicionamento das decisões das comunidades e a preservação da sua cultura. Blackstock (2005) critica alguns aspectos, como a falta de opção à comunidade, visto que se esta negasse participação no turismo seria vista como uma

visão ignorante do tema. Também critica a visão idealizada de comunidade em certas pesquisas, relevando que a mesma também contém sua heterogeneidade e hierarquia de influências. Para a autora, “com a indústria dominando mais e mais comunidades no mundo, uma tomada mais crítica e emancipatória ao turismo tem se tornado essencial” (tradução nossa) (p. 46).

É importante ressaltar também que o TBC não deve ser considerado uma prática homogênea, reconhecendo que cada comunidade e iniciativa tem sua história, suas características territoriais e sociais específicas. Neste sentido, Ferreira (2014) afirma:

Não é possível tratar o turismo comunitário como um fenômeno homogêneo, devido à enorme diversidade de formas em que se estrutura, na tentativa de aproveitar os recursos locais e resolver problemas sociais específicos. No entanto, o que se mostra patente é a amplitude e a multiplicidade das ações que se classificam nesta categoria em diversos locais em todo o mundo (p. 364).

O TBC enquanto atividade turística, assim como na atividade do turismo convencional, tem sua relação com o território de forma vital para a sua prática. No entanto, no TBC, essa relação é ainda mais profunda, pois o território é significativo para a própria comunidade, é parte de seu modo de vida, especialmente para comunidades tradicionais. Araújo (2015) afirma: “Espaços, mesmo não descaracterizados pela hegemonia das sociedades urbanas industriais, identificados como comunidades tradicionais conservam padrões de subsistência, valores e costumes que possibilita encontrar, nesse âmbito, o principal atrativo do turismo comunitário” (p. 33).

2. 2 Redes de Colaboração

Com o crescimento das atividades de turismo comunitário, desenvolveram-se Redes de TBC. Urano (2016) se refere à Rede como um “conjunto finito de nós, sejam estes indivíduos, instituições ou comunidades” (p. 44). Desta forma, qualquer relação social onde haja comunicação pode ser interpretada como uma rede, a sua diferença está no modo como os diferentes “nós” se conectam, podendo estas conexões refletir a mesma configuração de poder seletiva e excludente, ou se configurar como de contrapoder. As Redes de contrapoder têm a principal característica de serem propositalmente construídas, em vista ao fortalecimento de ações e ideias que se contrapõem aos interesses dos atores que se encontram numa posição privilegiada.

Na geografia, Santos (2005) corrobora sobre o tema, denominando essa nova configuração espacial entre: horizontalidades, que são espaços contíguos ligados pela continuidade do território; e verticalidades, que são espaços distantes que estão ligados por funções, fatores ou elos em comum. No contexto da sociologia, Capra (2002) faz uma ligação entre a aplicação biológica e ecológica de Redes para a sociológica, afirmando que estas estão presentes em todas as dimensões de nossa vida:

Em todos os níveis de vida - desde as redes metabólicas dentro da célula até as teias alimentares dos ecossistemas e as redes de comunicações da sociedade humana -, os componentes dos sistemas vivos se interligam sob a forma de rede (p. 267).

No entanto, por se tratar de Redes que estão a serviço de uma hegemonia social, servindo a determinados atores sociais em detrimento de outros, a mesma torna-se também uma ferramenta de exclusão (URANO, 2015). Nesse sentido, Castells (1999) já discorria

sobre o assunto, quando estudava a ligação das Redes e fluxos com a introdução das novas tecnologias e sua reestruturação de dinâmicas sociais. Segundo o autor,

“a construção social das novas formas dominantes de espaço e tempo desenvolve uma meta-rede que ignora as funções não essenciais, os grupos subordinados e os territórios não valorizados... na lógica invisível da meta-rede em que se produz valor, criam-se códigos culturais e decide-se o poder” (p. 573).

À medida que as Redes estruturadas se estabelecem no poder, junto com o desenvolvimento das Redes de comunicação e tecnologia, as parcelas excluídas da sociedade passam a poder se articular, formando que Scherer-Warren (2006) chama de Redes de movimentos sociais, a qual “pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113).

Assim, o turismo também se vê como uma rede sistêmica entre diferentes atores - capitais, governo, turista e comunidade - e pode se configurar de forma diferenciada, dependendo do posicionamento ativo ou passivo entre eles. O turismo como mercado obedece a essa rede excludente relatada por Castells (1999). No turismo convencional, o poder e o interesse estão no capital, isto é, as grandes companhias de hospedagem e lazer, sendo o governo omissivo em relação à comunidade ou então apenas mais um meio de beneficiar a expansão destas companhias no espaço em questão. Neste caso, o turista se prende ao mero consumo dos serviços e a comunidade age de forma passiva. Desta forma, como aponta a autora, as relações se baseiam na lógica comercial, oferta e demanda, mercado e mercadoria. Sendo assim, as Redes de

turismo de base comunitária são a forma de contrapoder a este turismo convencional (URANO, 2016; BRANDÃO; CORIOLANO, 2016).

Nas Redes de TBC, entretanto, o foco se encontra em comunidades que possuem iniciativas de turismo comunitário, estes exercendo um papel mais ativo nesta nova configuração. Os valores e elos devem se focar em questões coletivas, como equidade, cooperação, solidariedade e justiça. As Redes comerciais participam caso os valores estejam de acordo com o das comunidades, comercializando serviços e exercendo papel de parceira das iniciativas. A relação entre turista e comunidade também muda, pois a valorização agora está na vivência e intercâmbio cultural entre eles, além do mero papel servil. Neste caso, também entra mais um ator, que é o terceiro setor (as ONG's), com o papel de ajudar as comunidades a realizar novas práticas - sustentáveis - de turismo, e também complementando recursos, já que estas possuem papel importante com a captação de recursos (URANO, 2016.).

As Redes de TBC, de acordo com Urano (2016), organizam-se em três níveis: o primeiro ocorre dentro da própria comunidade, dependendo das particularidades das mesmas e suas relações de poder embutidas nelas; o segundo ocorre entre comunidade e outro ator - público, privado ou ONG - no que é preciso equilibrar valores do coletivo entre os ganhos comerciais; e o terceiro e último nível é quando as comunidades se relacionam entre si e deverão criar elos em comum, ao mesmo tempo em que haverá diferentes formas de gestão e perspectivas sobre o TBC.

Deste modo, o TBC vai além de um mero segmento de mercado. Na verdade, ele se configura como um método de fazer turismo, isto é, o método que vai contra o processo hegemônico de padronização dos produtos turísticos. (BRANDÃO; CORIOLANO, 2016). Dada a

discussão acima, percebe-se que há duas visões que inclinam a lados diferentes: uma a partir da importância subjetiva e política do TBC como articulação de defesa de valores tradicionais; e outra visando à questão do desenvolvimento de gestão de negócios da comunidade preparadora do produto frente às consequências da exclusão social, formando um “abismo” ainda não completamente preenchido entre teoria e prática do TBC (FABRINO, 2013.).

2. 3 Inclusão Social

Em relação à Inclusão Social, este é um termo de difícil domínio devido sua ampla utilização em diferentes áreas. No campo da sociologia, o termo “Inclusão Social” surge a partir de outro diretamente ligado: exclusão social, termo amplamente dissecado nas décadas de 1980 e 1990 (GUERRA, 2012).

A noção de exclusão, de acordo com Capucha (2010), tem suas origens na teoria de Max Weber, definida como “estratégia de fechamento”, que consiste, no meio de classes economicamente favorecidas, em manter o monopólio dos recursos para os mesmos. A partir do avanço dos movimentos étnicos e feministas, a exclusão passou a ser percebida além do viés econômico e passou para o campo humano e laços sociais, ressaltando a questão da identidade, representatividade e imagem negativa de determinados grupos, resultando em visões discriminatórias que prejudicam os laços e afetos sociais dos indivíduos (GUERRA, 2012).

No entanto, com o novo milênio, há uma mudança paradigmática de acordo com Guerra (2012). Para a autora, a Inclusão Social passa a ser pensada como o remédio para o medo “da perda de emprego, da

perda de terreno para os outros numa distribuição de recursos cada vez mais desigual, ... das fronteiras abertas e das comunicações livres, da rapidez incontrolável da mudança” (p. 95). Dessa forma, começa a se pensar a Inclusão Social pelas mais diversas áreas, passando pela área de educação e capacitação formal, do trabalho, do lazer e da cultura.

Moraes e Santos (2012) veem a Inclusão Social como o meio para a plena convivência e participação de todos os indivíduos da sociedade, a modo que suas necessidades sejam satisfeitas e suas potencialidades aproveitadas. Neste sentido, exige-se um esforço no processo de “mudar a sociedade, a estrutura dos seus sistemas sociais comuns, as suas atitudes, os seus produtos e bens, as suas tecnologias etc., em todos os aspectos: educação, trabalho, saúde, lazer, mídia, cultura, esporte, transporte etc.” (p. 8).

No turismo, o termo foi intercalado com este a partir do fato de esta atividade enquanto fenômeno social e econômico ter sido criada nas bases da economia capitalista (MORAES & SANTOS, 2012; BRAMBATTI, 2011). Desse modo, Vieira (2006) destaca que o turismo, no seu sentido global, ainda reflete as mazelas sociais de todas as outras que se dão no capitalismo. Dessa maneira, a exclusão social se perpetua por parte tanto da usufruição (turista) quanto da geração de recursos (empregos gerados pelo turismo).

Outro aspecto importante da Inclusão Social é o de empoderamento, em que não se entregam projetos prontos para segmentações da sociedade, mas as próprias segmentações participam, monitoram e geram seus projetos, ativamente, seus programas e a política. Dessa maneira, o empoderamento é fundamental para a expressão de uma Inclusão Social genuína (MORAES & SANTOS, 2012). O conceito de empoderamento abrange a questão da autonomia,

da independência e da autodeterminação de cada pessoa ou conjunto de pessoas. Ainda para Nordin *et al.* (2014), o empoderamento pode ser tanto um precursor do Turismo de Base Comunitária, quanto o efeito de uma gestão de TBC em uma determinada localidade (p. 20).

3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA: ILHA DE COTIJUBA

A ilha de Cotijuba faz parte da região insular de Belém, que é composta por 39 ilhas, estando ao extremo oeste da capital. É limitada ao norte pela baía de Marajó, ao sul pelo furo do mamão, a leste pela ilha de Tatuoca e a oeste pelo canal de Cotijuba. A ilha é situada à distância de 9 km, partindo do distrito de Icoaraci, e a 22 km do centro de Belém (Amaral *et al.*, 2017; Gomes *et al.*, 2013).

O nome da ilha teria origem do tupi-guarani, que no português seria próximo de Caminho Dourado ou Trilha Dourada. Historicamente falando, a primeira vez que ilha estabeleceu contato com Belém data de 1784, devido às relações comerciais com o engenho de arroz Fazendinha, que hoje é uma comunidade. Depois do fim da escravidão, a ilha passou alguns anos esquecida pela história, sendo habitada por famílias caboclas que hoje compõem as populações tradicionais que habitam Cotijuba (Melo, 2010).

De acordo com Pereira *et al.* (2000), nas décadas de 1970 e 1980 a ilha passou por um período de esquecimento, mas com a constituição de 1988, que determinava que as ilha situadas próximo das capitais passassem a ser de domínio da prefeitura. Assim, Cotijuba volta a configurar nas Políticas Públicas municipais. Desde 1994 está sob jurisdição administrativa do município de Belém, vinculada ao Distrito

Administrativo de Outeiro (DAOUT), como consta na lei que rege o município de no 7.682/1995. No entanto, a ilha também mantém relação contudente com o Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO), em razão de a localização do porto, que proporciona o acesso fluvial, estar em Icoaraci (RIBEIRO *et al.* 2014).

O acesso, de acordo com o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Pará (PRODETUR) é feito apenas por meio fluvial, através da Baía do Guajará, partindo do porto de Icoaraci ou do bairro da Cidade Velha na orla de Belém (PARATUR, 2009). A partida para Cotijuba é a mais acessível entre as ilhas, saindo do DAICO. Isto porque a prefeitura disponibiliza um barco oficial que sai do porto de Icoaraci às 09h00min e chega às 17h00min, ao preço do transporte urbano e possibilitando a meia passagem. De todo modo, há barcos menores (que fazem parte da Associação de Barqueiros de Cotijuba) os quais fazem o mesmo trajeto a cada hora, porém com um preço que ainda pode ser considerado acessível.

A ilha possui uma área de aproximadamente 60 km², com 15 km de extensão em praias de água doce. De acordo com o Instituto Peabiru (2014), “Segundo o Censo do IBGE, em 2010 haveria 3.750 habitantes em Cotijuba. Porém, nas reiteradas visitas as lideranças comunitárias e representantes públicos sempre falam em 5.000 habitantes permanentes” (INSTITUTO PEABIRU, 2014, p. 7).

Cotijuba é composta de floresta tropical úmida e intercalada por áreas de várzea e igapó, assim como praias que ficam em áreas de mangue. As atividades de extrativismo, pesca e criação de animais fazem parte do cotidiano dos moradores da ilha. No entanto, em decorrência do crescimento urbano sofrido na localidade, o turismo tem sido incorporado nas atividades de geradores de renda, como relatam Ribeiro *et al.* (2014).

Atualmente, a ilha de Cotijuba possui doze comunidades tradicionais sendo essas: Praia da Saudade, Faveira, Flexeira, Praia Funda, Quatro Bocas, Canivete, Seringal, Pedra Branca, Vai-Quem-Quer, Farol, Poção e Fazendinha (HUFFNER, 2018). A seguir, o mapa da ilha disponível no website da Secretaria Municipal de Turismo de Belém (BELÉMTUR) (Figura 1).

Figura 1 – Mapa da Ilha de Cotijuba



Fonte: Belemtur (2011)

3.1 O Turismo na Ilha de Cotijuba

No contexto do cenário turístico da ilha, segundo Huffner (2011), o desenvolvimento se deu a partir de 1994 até 2005. Devido à desativação do presídio da ilha, na década de 1970, e isolamento após o ocorrido, Cotijuba passou a ser vista como um lugar ideal para quem queria se distanciar da cidade e visitar praias mais isoladas. A criação da linha fluvial de Icoaraci para Cotijuba foi um fator de suma importância para o crescimento do fluxo turístico na região, (CRUZ, 1996). Para Bello e Huffner (2012), a partir da criação do terminal hidroviário e a construção do posto de saúde, se deu o processo mais intenso de urbanização que trouxe o turismo convencional para a região.

Sobre a massificação do turismo na ilha, Huffner (2017) coloca:

Com a inserção do turismo na economia local, outras atividades antes predominantes ficaram restritas às áreas mais distantes, tais como o plantio de frutas e hortaliças localizadas na região norte da ilha, pois o turismo dinamizou a ocupação e o uso do solo em toda a ponta sul (p. 239).

Segundo o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) – Polo Belém (2010), a maior motivação para as viagens da ilha se dá pelo ecoturismo e também para o turismo de sol e praia, e que a ilha se encontra em sua fase de exploração do turismo.

Em relação ao tipo de turista, o documento de diagnóstico do PDITS aponta que estes costumam ser da própria cidade de Belém, geralmente estudantes e pessoas que, em geral, valorizam um contato maior com a natureza, para relaxamento e lazer.

Embora o diagnóstico indique o Turismo Rural, o de Sol e Praia e o Ecoturismo como principais segmentos, vale destacar que ele também

ênfata o TBC: “esta atividade [turismo de base comunitária] pode ser desenvolvida na ilha de Cotijuba e Ilha do Combu, pois já possuem uma comunidade organizada com atividades econômicas peculiares, que se apresentam como diferencial no polo” (PARATUR, 2009, p. 348). Portanto, pode-se inferir que os órgãos públicos também reconhecem o potencial turístico em relação ao TBC existente na ilha de Cotijuba.

Nesse sentido, pode-se falar principalmente do Movimento de Mulheres da Ilha de Belém (MMIB), que está em atuação há mais de 20 anos, e possui o turismo como uma de suas atividades em conjunto às atividades tradicionais de agricultura e artesanato. O Ecomuseu da Amazônia também atua por meio de projetos que enfatizam a valorização socioambiental e cultural da região insular de Belém, da qual Cotijuba é parte, sendo o turismo de base comunitário um dos eixos abraçados pelo Ecomuseu (HUFFNER, 2017).

Desse modo, a partir da literatura produzida sobre Cotijuba, percebe-se que ela passar por um estágio de transformação espacial e social visível do qual a atividade turística exerce um importante papel.

O movimento, que nasceu em 1998, começou a exercer atividades relacionadas ao turismo de base comunitária em 2000, através de parceria com um projeto da Faculdade de Turismo (FACTUR) da Universidade Federal do Pará (UFPA) (JANAÚ; PINHO, 2010). O Ecomuseu, projeto que também trabalha com a atividade, funciona desde 2007, apesar de ter sido planejado desde 1995, e possui vários núcleos de atuação no município de Belém, sendo a Ilha de Cotijuba um deles, e também possui o turismo como um de seus eixos de atividade, através da valorização do patrimônio das comunidades (MARTINS, 2014; SOUZA, 2018). A partir de articulações desses dois projetos, concretizou-se a Rede de turismo de base comunitária, a Rede Açaí, a fim de organizar de forma cooperada os serviços comunitários que cada iniciativa abrangia.

4 A REDE AÇAÍ - REDE COLABORATIVA DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM COTIJUBA

A idealização da Rede Açaí nasce pela necessidade de organização percebida pelo Ecomuseu que articulou o projeto com o MMIB. De acordo com a fala de um técnico do Ecomuseu, a Rede foi criada com o objetivo de:

fazer com que a atividade turística na Ilha de Cotijuba seja realizada da maneira mais sustentável e responsável possível, assim minimizando o grande impacto ambiental que a ilha vem sofrendo e por fim na baixa temporada da mesma (LABOTUR, 2017).

Dessa forma, a Rede tem sido documentada desde 2017, sendo lançada oficialmente a partir de fevereiro de 2019 (LABORATÓRIO, 2017; ROMANEWS, 2019). Desde então, ela tem trabalhado com roteiros que priorizam o turismo de Base Comunitária, mais expressivamente na Ilha de Cotijuba, apesar de não se limitar a apenas a esta localidade.

A partir de áudios enviados pela representante da Rede, ao falar das vantagens de se trabalhar em rede, ela expressou que um dos aspectos positivos é:

“faz com que essas pessoas que trabalham essas questões do restaurante, dos serviços, do transporte, busquem a profissionalização, busquem legalizar seu negócio através do microempreendedorismo, fortalece seu negócio e faz com que isso seja uma coisa que tenha mais perspectiva pro futuro e não uma coisa ocasional... que seja uma coisa que tenha uma sustentabilidade” (A. L., comunicação pessoal, 14 de agosto de 2019).

Além do exposto na fala da entrevistada, também foram observados outros aspectos: a participação da comunidade no oferecimento dos serviços; roteiro construído de forma participativa – informação dada por entrevista; e incentivo à formalidade.

A partir destas observações, se corrobora a fala de Fabrino (2013): “o turismo comunitário não se centra somente na atividade turística, representando uma proposta de desenvolvimento territorial sustentável que abrange diversas dimensões - política, cultural, econômica, humana - da vida em sociedade” (p. 30).

Através da formalidade, estes empreendedores entram no processo de Inclusão Social, favorecendo a qualidade do produto, ao mesmo tempo em que oferecem aparato legal para o empreendimento e os empreendedores. Para o morador da ilha, não é necessário abandonar seu estilo de vida ao oferecer um produto ao cliente, além da participação em iniciativas que podem dar retorno econômico aos mesmos e os fortalecem enquanto membros de comunidades da região insular de Belém, que geralmente são excluídos de Políticas Públicas comuns à região continental.

Ainda sobre o empreendedorismo enquanto aspecto importante da Rede, a entrevistada destaca:

“Enquanto empreendedores, precisamos nos fortalecer, formalizar para garantir os benefícios sociais, e o foco no TBC dá outro sentido ao turismo que é o de reconhecer a importância do conhecimento tradicional da comunidade, do respeito ao meio ambiente e de reconhecer a relevância da cultura do povo” (A. L., comunicação pessoal, 14 de agosto de 2019).

Destaca-se o quanto o TBC possibilita outro sentido ao empreendedorismo, de acordo com o colocado pela entrevistada. A

entrevista destaca a formalização para garantir benefícios sociais. De acordo com Carvalho e Menezes (s. d.), os benefícios sociais podem ser considerados como incentivos que uma empresa pode proporcionar aos seus empregados, assim como melhorar a harmonia e cooperação na empresa; mas também são reflexos da consciência social adquirida neste meio. Assim, os benefícios sociais são mecanismos que garantem a igualdade e justiça social dentro da Rede. Também se percebe a consciência de que a formalização é uma vantagem para o negócio.

Moraes e Santos (2012) discorrem sobre a importância da mobilização civil e fortalecimento das comunidades na Inclusão Social, afirmando que “a luta e a mobilização civil pela Inclusão Social requerem formas de fortalecimento de participação dos sujeitos locais, de modo que os mesmos se corresponsabilizem a respeito da conservação sociocultural e do ambiente natural da localidade onde vivem” (p. 71). No turismo, isso se torna emblemático, pois como aborda as autoras, o grupo está imbricado ao ambiente natural e tradições culturais que fazem parte de seus modos de vida.

Urano (2016) também destaca a importância da Rede para uma questão de empoderamento dos grupos que se encontram em uma posição passiva dos processos de urbanização, estes sendo geralmente predatórios para a população que anteriormente estava ali. No seu contexto social, a urbanização desordenada e o turismo convencional promovem o consumo não conscientizado e exclusão de atores sociais que não atingem o interesse do mercado. A comunidade que vive em determinado território deve ser o principal elemento da Rede, para que possa ser, de fato, um instrumento de mudança social: “as Redes podem ser um forte instrumento para empoderar os oprimidos, para desafiar a ordem social e beneficiar os oprimidos... A comunidade deve ser o elemento-chave da Rede e deve exercer o principal papel” (p. 63-64).

Sobre a gestão da Rede em si, a entrevistada coloca: “A gestão ainda não funciona de forma que as (os) empreendedores sejam protagonistas, ainda precisamos organizar a gestão da Rede Açaí”. O protagonismo é um dos fatores principais tanto para as Redes de Turismo de Base Comunitária quanto para a própria iniciativa de TBC, ainda assim é um desafio para muitas destas que tal protagonismo se concretize, a não ser que vários fatores externos já se encontrem favoráveis (FABRINO, 2013).

A gestão da rede é colocada como um dos principais desafios por Urano (2016), com base em Teixeira (2009). Assim como vantajoso, este modelo também tem como fragilidades: alguns pontos como lentidão nas tomadas de decisões e negociações; o excesso de flexibilidade que pode tornar a organização dispersa; e a dificuldade de cumprir os objetivos, pois estes são distribuídos de forma mais coletiva. Entende-se que é necessário para Rede que se desenvolva um processo de formação de gestão, em razão ao pouco tempo em que esta vem atuando.

Ainda sobre os desafios, foi colocado que estão na comunicação, pois muitos ainda têm carência da Rede de internet, o que limita as possibilidades de uma comunicação mais rápida: o desafio maior sem dúvida é o desenvolvimento da cooperação entre os empreendimentos, deixando de lado a competição e a sensibilização para a gestão da Rede.

A competitividade normalmente se compreende como um aspecto vantajoso para o negócio a partir de uma perspectiva de microempreendimento. No entanto, de acordo com Clark e Guy (1998), competitividade é entendida para se referir ao crescimento de uma empresa em tamanho, fatia do mercado e lucratividade em relação aos seus concorrentes. Sobretudo, é preciso refletir sobre o quanto isso pode ser bom em um modelo de negócio que prioriza a alteridade e o coletivo, tal qual como uma prática de turismo de base comunitária. Ainda, Holanda (2016) afirma que:

ao transplantar os métodos e procedimentos de gestão empresarial, de forma acrítica, para o âmbito de organizações que cultivam objetivos estranhos à lógica do mercado, há o perigo potencial de gerar distorções na natureza das organizações substantivas e desvirtuar suas ligações com transformações sociais mais amplas visto que as técnicas e ferramentas carregam em si pressupostos como pragmatismo, produtividade, cálculo constante entre meios e fins, eficiência, competitividade, individualismo, etc. (p. 103).

Urano (2016) saliente a importância do senso comunitário na construção da Rede, visto que, atualmente, a sociedade contemporânea trouxe a necessidade de afirmar uma identidade individual, tecer uma identidade coletiva é um desafio, pois a quebra de laços atualmente é mais recorrente, podendo dar origem a conflitos internos. É pertinente o “constante trabalho de defesa contra influências externas, afirmação de compromissos internos e reforço da necessidade de se manterem unidos” (p. 39).

Dessa forma, entende-se a preocupação da entrevistada, pois, de fato, é um desafio, mesmo teórico, sobre o equilíbrio entre as noções que se chocam ao se falar de uma proposta de gestão não convencional.

Apesar dos desafios, as perspectivas são de crescimento:

“O fortalecimento da Rede, de entendimento do que é uma Rede, e não só a comercialização do roteiro, eu acho que a Rede é muito mais que isso... o fortalecimento dessa integração que é a Rede, fazer com que as pessoas com que as pessoas conheçam uma Rede na ilha, mas que existem Redes municipais, regionais, nacionais, as quais a gente pode fazer parte e que se a gente reparar é uma Rede que tá crescendo muito... essa é a maior perspectiva: é a de fortalecer essa Rede de turismo dentro da ilha e que isso se espalhe pelas ilhas” (A. L., comunicação pessoal, 14 de agosto de 2019).

De fato, o que se observa é a criação cada vez mais acentuada de Redes de diferentes níveis, regionais, nacionais e internacionais de turismo, como, por exemplo: a Rede Tucum, que abrange o Nordeste; e a Rede Redturs, a Rede Internacional de Turismo na América Latina. O crescimento e o fortalecimento da Rede propugnam possibilidades de ampliar a ação no território, tornando a ação coletiva, tanto na organização, operacionalização e nos resultados, ou seja, há compartilhamento de responsabilidades.

Os níveis de colaboração da Rede Urano (2016) são três: o primeiro seria dos próprios membros da Rede, colaborando e fortalecendo as relações internas e superando as divergências. No segundo nível, a Rede fortalecida pode articular com outro agente social, seja organização privada, pública ou voluntária, estabelecendo parcerias que a beneficie. No terceiro nível, a Rede se encontra com experiência e organização o suficiente para interagir com outras iniciativas de turismo comunitário ou outras Redes.

Por se tratar de uma prática de turismo neófito, muitas iniciativas de turismo comunitário acabam por obter pouca divulgação, de estilo geralmente direto (boca-a-boca). Fabrino (2013), com base em Bursztyn e Bartholo (2012), argumenta que a divulgação é um dos pontos fracos em várias dessas iniciativas. Sendo assim, uma das principais estratégias é a divulgação não apenas do produto, mas também dos valores vinculados a ele, que são os valores do TBC e de Redes de Colaboração. A maioria das iniciativas do tipo ainda se fazem conhecidas, indiretamente ou diretamente, através de pesquisas ou eventos científicos da área de turismo, por exemplo. No entanto, é fundamental reforçar a importância de todos os nós da Rede.

A Inclusão Social, neste sentido, deve ser considerada como um dos elementos mais importantes da Rede, posto que são as comunidades as protagonistas deste processo. De modo geral, percebe-se que a iniciativa da Rede Açáí é recente e ainda precisa de amadurecimentos, no entanto, como projeto de Turismo Comunitário é necessário que o planejamento avance, seja por consultorias ou parcerias por meio das instituições formais. O que se percebe através das falas são os valores muito claros de onde se pretende chegar, e da não desvirtuação dos valores originais de coletividade em que a Rede foi sustentada.

A determinação dos valores ideológicos que orbitam iniciativas como estas é parte vital das mesmas, como colocado por Urano (2016):

As redes de contrapoder são espaços de construção coletiva que precisam de um forte trabalho de articulação para que haja a sinergia necessária e para que criem vínculos de reciprocidade e mecanismos de colaboração que venham a garantir a construção de significados e valores comuns... permitindo o fortalecimento da luta, das ideologias e dos objetivos (p. 49).

As Redes são mecanismos usados para estabelecer e fortalecer laços de cooperação e confiança, com princípios definidos e ações coletivas e solidárias, e que na prática do TBC é fundamental, pois esse turismo, ao envolver valores socioculturais, inclusão e participação coletiva, prescinde de fundamentar compromissos coletivos, visando o bem-comum entre seus agentes. Portanto, a Rede Açáí propõe, no sentido de estabelecer-se como referência coletiva ao TBC na ilha de Cotijuba, o Roteiro Vem Viver Cotijuba, proposta que surge a partir dos agentes sociais que formam essa Rede de Turismo.

4.1 O Produto da Rede Açai: Roteiro Vem Viver Cotijuba

Neste tópico, será discutido sobre o principal produto ofertado pela Rede, o roteiro turístico chamado “Vem Viver Cotijuba”. A visita foi feita em um dos testes do roteiro, o que significa que pode ou não ter sofrido alterações. Outra visita foi realizada a fim de observar o turismo de massa da ilha.

O roteiro conta com visitas a patrimônios históricos, ao conhecimento do patrimônio cultural da comunidade da ilha e aproximação da mesma através do contato com a comunidade através dos serviços. Para melhor explicação, foi feito um quadro do roteiro sistematizado com os horários e atividades. Segue abaixo quadro descrevendo o roteiro da ilha.

Figura 2 – Quadro sistematizado do Roteiro Vem Viver Cotijuba

Horário estipulado	Atividade
07h15min	Partida do Porto de Icoaraci.
0810min	Chegada ao Porto Hidroviário Antônio Tarvernad e Visita ao Educandário Nogueira de Farias.
09h00min	Café da manhã em pousada e visita à Praia do Farol.
09h45min	Passeio pela Avenida Jarbas Passarinho.
10h15min	Visita à sede do Movimento das Mulheres da Ilha de Belém (MMIB).
11h00min	Saída da Sede do MMIB e ida à pousada.
11h30min	Chegada à pousada e identificação dos quartos.
12h00min	Almoço na pousada.
15h30min	Ida às comunidades de poção e fazendinha de bondinho com parada em loja de artesanato.

16h30min	Caminhada pelas comunidades e visita ao engenho de arroz na comunidade da fazendinha.
17h30min	Volta à pousada.
19h00min	Jantar e Luau na pousada.
10h30min (Dia seguinte)	Saída da pousada e ida ao quiosque do Ecomuseu da Amazônia para compra de artesanato.
11h00min (Dia seguinte)	Volta ao Porto de Icoaraci no Porto Hidroviário Antônio Tarvernad.

Fonte: Cruz e Maia (2019).

Pode-se dizer que o roteiro apresenta qualidade variada de atividades que abrangem os diferentes tipos de patrimônio que podem ser expressos na ilha. Os visitantes partiram em um barco de médio porte, de um dos participantes da Rede, no período da manhã, às 07h15min e chegaram às 08h10min. A rota do barco foi padrão, passando pelo canal entre as ilhas de Paquetá e Jutuba e direcionando para direita, a fim de chegar ao porto de Cotijuba. Os trajetos costumam ser mais difíceis dependendo do horário de partida; geralmente no final da tarde, o barco fica mais instável em consequência da maré. Na entrada do barco, a monitora do grupo de turistas – habitante residente da ilha – instrui os visitantes quanto aos procedimentos de segurança, principalmente, a colocarem salva-vidas. Na figura 3, além do embarque do grupo, pode-se observar o porte dos barcos que costumam levar os turistas e visitantes para a ilha.

Figura 3 – Grupo entrando no barco disponibilizado pela comunidade



Fonte: Maia (2019).

O roteiro inicia com uma visita ao patrimônio histórico Educandário Nogueira de Faria, que funcionava na ilha, como se vê na Figura 4. Lá, a monitora contou um pouco da história do educandário, que funcionou desde a década de 1930, e relatou as dificuldades em relação aos planos do MMIB de reutilizar o espaço de modo produtivo, devido ao conflito na articulação deste plano com os órgãos públicos – falta de clareza sobre o espaço ser pertencente à CODEM (Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém,) ou à Prefeitura de Belém.

Figura 4 – Ruínas do Educandário Nogueira de Farias (CRUZ, Sílvia, 2011)



Fonte: Cruz (2011).

Tal situação do patrimônio público reflete algo exposto por Moraes e Santos (2012), pois um sistema mercadocêntrico, que supervaloriza a globalização no seu sentido mais amplo, traz como consequência um poder público fraco, além da desigualdade social, que culmina na “perda dos bens, serviços e espaços públicos, com forte exclusão social, pobreza e grave deterioração ambiental” (p. 148). A falta de manutenção e gestão de um patrimônio tão importante e potencial para o turismo na Ilha é um reflexo deste posicionamento.

Após isso, através de um bonde em um trator agrário – como se vê na Figura 5 – disponibilizado pelo motorista, também membro da Rede, os visitantes foram levados até uma pousada para o café

da manhã. Em relação ao transporte, percebe-se o uso bondinhos, charretes movidas a cavalo e ou charretes movidas a moto, comumente apelidadas de motorretes. Isto se deve à Lei municipal nº 8360/04, uma versão alterada da Lei nº 7336/95, que coloca em seu parágrafo único do Art. 1º: “Somente veículos motorizados que prestem serviços de saúde, proteção policial, produção e escoamento agrícola e motocicletas de até 250cc, de propriedade de moradores com residência fixa e comprovada são autorizados a trafegarem na Ilha” (BELÉM, 2004).

Figura 5 – Transporte utilizado para locomoção do grupo



Fonte: Maia (2019).

A criação de tal Lei foi importante para a manutenção da sustentabilidade local da ilha, visto que a restrição de uso de veículos motorizados, como carros, motos, vans e ônibus, evita a compactação do solo – o principal problema do uso desses veículos a longo prazo – e

outros problemas ambientais. De acordo com Fabrino (2013), ainda que a conservação ambiental não possa ser considerada como um aspecto *sine qua non* ao TBC, este ainda possui uma forte relação indireta com o mesmo, visto que as comunidades (não só as que trabalham com turismo) mantêm uma relação mais tradicional com o território. Deste modo, esta lei é um ponto positivo sobre a Ilha. É importante que instrumentos legais possam servir de apoio para um consumo menos predatório de um espaço.

Chegando à pousada, os hóspedes foram recebidos pelos anfitriões para o café da manhã. O café foi composto tanto de alimentos comuns como pão francês e café, mas também continha alimentos regionais, como suco de cupuaçu e de tucumã, assim como receitas adaptadas de tapioca, como a recheada de cupuaçu, tapioca vegetariana, entre outras, como se percebe na Figura 6.

Figura 6 – Café da Manhã Servido em Pousada



Fonte: Ferreira (2019).

Após o café, o grupo foi para a praia do farol, que fica logo à frente da referida pousada. Lá se pode perceber a forte presença de barracões à beira da praia, mostrando o forte fator de produto turístico da praia, assim como conta com infraestrutura de bares e restaurantes.

Figura 7 – Infraestrutura Presente na praia do Farol (MAIA, 2019)



Fonte: Maia (2019).

Os turistas foram direcionados para o bondinho, percorrendo pela Avenida Jarbas Passarinho, na qual foi explicada sua história. Foram apresentadas também as duas escolas da cidade, até a chegada à sede do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB). Lá, as integrantes apresentaram a biblioteca e a loja de artesanato presente na sede, e os direcionaram para um espaço participar de uma roda de conversa sobre a história do movimento. A Figura 8 retrata esse momento da roda de conversa.

Figura 8 – Roda de Conversa da apresentação do MMIB



Fonte: Maia (2019).

A coordenadora do projeto coloca que o foco inicial do movimento sempre foi a geração de renda junto ao empoderamento feminino. Com os frutos dessas ações, o MMIB ganhou grande representatividade, sendo assim possível fazer outras articulações que a fizeram expandir seus trabalhos, tanto para o turismo, como para projetos advindos de outras áreas.

Após esta roda de conversa, o grupo foi levado para a parte traseira do espaço, onde estavam expostos alguns dos artesanatos que fazem parte dos projetos do movimento. Ali foi realizada uma oficina de biojoia artesanal, em que foi ensinado a fazer biojoia a partir de elementos extraídos da natureza, como palha e sementes de açaí, conforme registrado na Figura 9.

Figura 9 – Atividade artesanal feita por visitante



Fonte: Maia (2019).

Após a visita ao MMIB, os hóspedes foram conduzidos à pousada onde se passou o pernoite. Um exemplo do interior dos quartos se vê na Figura 10, na próxima página. Recepcionados pelos comunitários donos da pousada, cada pequeno grupo de visitantes foi direcionado ao seu respectivo quarto. Estes contavam com banheiros e eram feitos de alvenaria, assim como possuíam ar condicionado, sistema elétrico. O almoço servido contava com a gastronomia típica do ribeirinho, como peixe-frito e farinha de mandioca.

Figura 10 – Estrutura do quarto dos hóspedes da pousada da comunidade



Fonte: Maia (2019).

No período da tarde, os turistas foram levados às comunidades de Fazendinha e Poção. O bondinho deu a volta pela parte “funda” e menos urbanizada da ilha, em que se pôde ver a praia da pedra branca, as falésias que são componentes fundamentais da ilha, assim como alguns terrenos de comunidades mais agrícolas. No meio do caminho, foi feita uma parada para a loja de artesanato de um dos membros da Rede (Figura 11), onde continha vários tipos de produtos artesanais, como utensílios de decoração feitos de argila, acessórios de moda, além de óleos medicinais feito com plantas regionais da Amazônia, como se pode ver nas Figuras 12 e 13.

Figura 11 – Tenda de venda de artesanato comunitária



Fonte: Maia. (2019).

Figura 12 – Artesanato e óleos de produtos da ilha à venda



Fonte: Maia (2019).

Figura 13 – Produtos feitos artesanalmente em cerâmica e palhas de açai



Fonte: Maia (2019).

Após esta parada, os visitantes seguiram em direção à poção e fazendinha, onde, em determinada parte, foi necessário descer do transporte e percorrer a pé a parte mais isolada da ilha. A comunidade Fazendinha se localiza nas antigas ruínas do engenho de arroz, parte da história da Ilha pouco conhecida da população geral.

À noite, ocorreu um jantar feito na pousada onde o grupo foi hospedado, em um espaço aberto, com uma longa mesa de jantar, além de um bar para o lazer e descontração dos visitantes, de frente para uma parte menos acessada da praia do Vai-quem-quer. No jantar, foi servido um cardápio não só com pratos típicos da cultura amazônica,

mas também usando os ingredientes disponíveis no ambiente da ilha para reinventar outros aperitivos – como o brigadeiro de piprioca, que pode se ver na Figura 14, na página a seguir.

Figura 14 – Brigadeiro de pipoca



Fonte: Maia (2019).

No jantar, teve a apresentação de um cantor de músicas regionais paraenses como Carimbó e Brega da própria comunidade no ambiente. Na manhã seguinte, o grupo saiu da pousada para o trapiche de Cotijuba e, antes de partir, foram disponibilizados alguns produtos artesanais na sala do museu da Amazônia, como pode ser observado nas Figuras 15 e 16.

Figura 15 – Artesanato à venda na estrutura do Ecomuseu



Fonte: Maia (2019).

Figura 16 – Estrutura pertencente ao Ecomuseu da Amazônia, próximo ao terminal hidroviário



Fonte: Maia (2019).

De modo geral, pode-se destacar alguns itens que compõem esse roteiro: patrimônio histórico; patrimônio cultural; gastronomia local; e atividade comunitária. Todos esses elementos se entrelaçam para compor este roteiro, pois como Fabrino (2013) afirma:

O turismo comunitário surge e passa a compor uma teia onde questões, como a luta pela posse da terra, a defesa dos recursos naturais, a manutenção de atividades econômicas tradicionais e a afirmação da cultura local se somam, se fundem, se fortalecem e se complementam. Logo, tais elementos não podem ser vistos isoladamente, mas como estratégias conjuntas de sobrevivência frente às ameaças externas (p. 68).

Também é válido destacar a presença da comunidade no decorrer do serviço. Todos os membros que foram perguntados afirmaram ser originária da Ilha, tendo relação com o movimento de mulheres das Ilhas de Belém, uma das organizações principais que compõem a Rede. Desse modo, corrobora-se com a fala de Fabrino (2013), que afirma que:

O turismo comunitário não se centra somente na atividade turística, representando uma proposta de desenvolvimento territorial sustentável que abrange diversas dimensões - política, cultural, econômica, humana - da vida em sociedade (p. 30).

Assim, compreende-se que o roteiro se encaixa no conceito de turismo comunitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados, pode-se dizer que as hipóteses foram confirmadas, pois existe uma presença de empreendimentos que trabalham a partir da perspectiva do TBC, apesar de o estudo não

definir quantitativamente. Percebe-se a partir das falas do entrevistado um crescimento de empreendedores dedicados à inclusão nesse modelo de turismo.

Em relação aos princípios, observou-se que, de acordo com Fabrino (2013), há tanto o domínio das comunidades nas iniciativas, visto que os participantes da Rede são os participantes dos movimentos que tomam a liderança da Rede, quanto da história da própria liderança, a qual evidencia que é realizada pelos membros do movimento comunitário. A organização comunitária, de acordo com as falas da entrevistada, também se faz presente quando ela afirma que o roteiro foi construído coletivamente, apesar de não terem sido revelados dados mais internos da gestão da mesma.

Em relação aos objetivos, pode-se afirmar que foram alcançados, visto que foram perceptíveis, através da metodologia, as ligações entre Turismo de Base Comunitária, Redes e Inclusão Social na Ilha de Cotijuba. Percebe-se que este ocorre através do incentivo ao empreendedorismo, da articulação das lideranças e do produto turístico ofertado pela Rede. No que concerne ao roteiro oferecido, apresenta relação à cultura local da ilha, e se reitera como incentivador e divulgador do movimento comunitário, do aproveitamento do patrimônio local e da apreciação das raízes ribeirinhas de modo tradicional e reinventado.

No que diz respeito à Inclusão Social, percebe-se que ela é incentivada pela Rede através do microempreendedorismo; no entanto, a própria participação dos membros do MMIB na Rede já contribui para a inclusão da comunidade no circuito de TBC presente na ilha. No local estudado, a questão da Inclusão Social é ainda mais importante, visto que se trata de uma área insular que geralmente sofre pelo isolamento em relação à região continental do município. Dessa forma, iniciativas

como essas são fatores que diminuem os efeitos nefastos da exclusão e podem ser potencializados em parceria com o Poder Público.

O produto oferecido inclui hospedagem, gastronomia, entretenimento e patrimônio, demonstrando ser um roteiro abrangente em relação aos aspectos culturais da ilha. Deve ser lembrado que a área da ilha já passou por processo médio de urbanização e, portanto, vários meios espaciais já foram alterados, principalmente na proximidade das praias. Dessa forma, se conclui que a particularidade deste roteiro se concentra na participação comunitária na ilha.

A inserção da apresentação do movimento de mulheres atenta para a importância da atividade comunitária no produto em si, mas também divulga o trabalho para além dele, visto que este não atua só na área do turismo. A premissa do movimento transcende o espaço turístico o qual está presente, para a consciência do turista que está conhecendo a história e dimensão social do mesmo. Assim, o turista entende a importância da união comunitária neste contexto, e fica consciente disso, podendo ser um meio transformador na experiência do mesmo.

Percebe-se que a criatividade toma um papel importante no roteiro, principalmente na culinária. Essas implementações colocadas são modos de dialogar com a modernidade do mundo globalizado sem perder a autenticidade daquilo que importa para o morador que está preparando a comida.

A organização do roteiro disponibiliza um questionário onde é possível que o turista dê seu retorno em relação à sua avaliação do produto oferecido anonimamente, o que é um ponto positivo, e uma ferramenta útil para reparo de fragilidades que podem eventualmente ser expressas nos serviços oferecidos pelos participantes, que, por sua vez, devem ser dialogados coletivamente na gestão.

É mais do que importante a divulgação dessas iniciativas, visto que este é um dos principais apoios para as mesmas, principalmente no estágio inicial. Este é outro ponto que a entrevistada salienta:

“Isso depende da gente daqui da ilha, mas depende de vocês também, que são parceiros, empresários que participem junto com a gente, estudantes, que fortaleçam isso através do conhecimento de vocês, que apliquem isso a outras comunidades e que fortaleçam outras comunidades pra gente crescer com essa Rede e que mostrem que Belém e Pará pode ter um turismo bom pra comunidade, positivo, e isso depende de todos nós” (A. L., comunicação pessoal, 14 de agosto de 2019).

Reitera-se que o diálogo é um importante fator de gestão e aprendizado, visto que a proposta da Rede é subverter as hierarquias das Redes verticais, apresentadas por Urano (2015). Dessa forma, os valores referentes à coletividade devem permanecer presentes em todos os níveis de decisão.

O estudo possibilitou entender as percepções das comunidades em relação às Redes de TBC, assim como este artigo contribuirá para a sua divulgação. Assim, faz-se necessário o compartilhamento dos resultados para a comunidade, principalmente quando se trata de temas específicos que a abrange. Desta forma, este trabalho é uma introdução ao estudo do TBC na Amazônia, especificamente na Região Metropolitana de Belém/Ilha de Cotijuba, e a Rede Açaí, desvelando suas potencialidades e perspectivas ao desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. A.; BITTENCOURT, M. L. A.; OLIVEIRA, A. E. de.; PINGARILHO L. F. do V. G. (2000). *Inventário da oferta turística: Atrativo turístico - Terras insulares - A ilha de Cotijuba*. Monografia de Graduação, Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil.

AMARAL, K.; CORRÊA, I.; MOUTINHO, M. (2017). *Cartografia Aplicada Ao Turismo Na Ilha de Cotijuba* (Belém-PA). Belém.

ARAÚJO, F. O. de. (2015). *Turismo de base comunitária: um estudo de caso no Distrito de Enxu Queimado, Pedra Grande-RN*. Monografia de Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.

Projeto de lei que dispõe sobre o plano diretor da Ilha de Cotijuba e dá outras providências. BELÉM, Prefeitura Municipal de. 2000.

Lei nº 8360, de 09 de setembro de 2004. Dispõe sobre a alteração do Parágrafo Único do Art. 1º da Lei N. 7.768, de 02.10.95 que “Estabelece normas quanto à circulação de veículos motorizados na Ilha de Cotijuba”, e dá outras providências. Recuperado de <https://leismunicipais.com.br/a/pa/b/belem/lei-ordinaria/2004/836/8360/lei-ordinaria-n-8360-2004-dispoe-sobre-a-alteracao-do-paragrafo-unico-do-art-1-da-lei-n-7768-de-021095-que-estabelece-normas-quanto-a-circulacao-de-veiculos-motorizados-na-ilha-de-cotijuba-e-da-outras-providencias>.

Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008. Dispõe sobre o plano diretor do Município de Belém e dá outras providências.

BELLO, L. A. L.; HUFFNER, J. G. (Dezembro, 2012). *Análise dos Impactos Ambientais da Expansão Urbana na Ilha de Cotijuba, Belém-PA*. *Caminhos de Geografia*. 13 (44). 286–298.

BLACKSTOCK, K. (2005). *A critical look at community based tourism. Community Development Journal*. 40 (1). 39-49.

BRANDÃO, A. L. R.; CORIOLANO, L. N. M. T. (2016). *Eixos do turismo: comercial e contra-hegemônico em Jericoacoara – CE. Revista FORMAÇÃO (ONLINE)*. 3 (23). 101- 126. Recuperado de <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/3835/3480>.

BRAMBATTI, L. E. (2011). *O turismo como mercadoria no capitalismo avançado: Uma análise conceitual. Anais do ANPTUR 2011*. Recuperado de: < <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/12/43.pdf>>

BURSZTYN, I. (2014). *Comercialização no Turismo de Base Comunitária: Inovar é preciso! In: Costa Novo, C. B. M; Cruz, J. G. da. (Org.). Turismo Comunitário: Reflexões no Contexto Amazônico. Manaus: Edua.*

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R. (2012). *O processo de comercialização do turismo de base comunitária no Brasil: desafios, potencialidades e perspectivas. Sustentabilidade Em Debate*, 3 (1), 97-115.

CAPRA, F. (2002). *As conexões ocultas: Ciência para uma vida sustentável*. (M. B. Cipolla, Trad.). São Paulo; Cultrix.

CAPUCHA, L. (2010). *Inovação e justiça social: Políticas activas para a inclusão educativa. Sociologia, Problemas e Práticas*, (63), 25-50.

CARVALHO, R. A. S.; MENEZES, N. A. (2019). *Benefícios sociais: valor e satisfação sob a ótica dos empregados*. [On-line]. Recuperado de: <http://www.academia.edu/8736283/BENEF%C3%8DCIOS_SOCIAIS_VALOR_E_SATISFA%C3%87%C3%83O_SOB_A_%C3%93TICA_DOS_EMPREGADOS>. Último acesso em 28 de nov. de 2019.

CASTELLS, M. (2005). *A sociedade em rede*. Vol. 1, 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra.

CLARK, J.; GUY, K. (1998). *Innovation and competitiveness: A review. Technology Analysis & Strategic Management*. 10. 363-395. Doi: 10.1080/09537329808524322.

COORDENADORIA Municipal de Turismo - BELÉMTUR. Recuperado de: <<https://www.newboxinfo.com.br/belemtur/mapas.php>> último acesso em: 06 nov. 2019.

CRUZ, S. H. R. (Maio, 1996). *Turismo na ilha de Cotijuba sob a percepção de seus residentes, Turismo em Análise*, 6 (2). p. 79-92. 1997.

DIAS, L. C. (2007). *Os sentidos da rede: notas para discussão. In: Dias, L. C.; SILVEIRA, R. L. Redes, Sociedades e Território. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC.*

FABRINO, N. H. (2013). *Turismo de base comunitária: Dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos. Brasília, 2013. 185 p.: il. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2013.*

FERREIRA, H. C. H. (2014). *Turismo comunitário, tradicionalidade e reserva de desenvolvimento sustentável na defesa do território nativo: aventureiro-Ilha Grande/RJ. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 8 (2), 361-379. Recuperado em 02 dez, 2019, de <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/689/647>.

GOMES, E. C. B.; SILVA JUNIOR, B. C.; NOGUEIRA, K. M.; GOMES, E. L. S. (2013). *O papel do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) na busca por um Turismo responsável (Ecoturismo) para a Ilha de Cotijuba, Belém (PA). Revista Brasileira de Ecoturismo*. 6. 554-571.

GUERRA, P. (Dezembro, 2012). *Da exclusão social à inclusão social: Eixos de uma mudança paradigmática. Revista Angolana de Sociologia*. 10. p. 91-110.

HOLANDA, L. (agosto, 2016). A empresarização do turismo de base comunitária. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, 16 (2). 249-262.

HUFFNER, J. G. P.; MARTINS, M. T. R.; BASTOS, M. S. C. B. (2018). *A possível atuação do Ecomuseu da Amazônia no desenvolvimento do turismo de base comunitária na Ilha de Cotijuba – PA*. *Turismo: Visão e Ação*, 20 (2). 235-248.

ISNTITUTO PEABIRU. (2014) *Belém Ribeirinho: Marco Contextual*. Belém, Pará, Brasil.

JANAÚ, G. P.; PINHO, S. dos S. (2014). *Capital social e turismo: A iniciativa do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) na Ilha de Cotijuba, Belém, Pará*. (Trabalho de conclusão de curso). Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém, Pará, Brasil.

KOSMASAGO (1 de setembro de 2017). *Rede Açaí de turismo foi apresentada em Cotijuba nesta quinta*. [LABOTUR – Laboratório de Turismo - Blog]. Recuperado de: <[https://laboturfapan.wordpress.com/2017/09/01/rede-acai-de-turismo-foi-apresenta da-em-cotijuba-nesta-quinta/](https://laboturfapan.wordpress.com/2017/09/01/rede-acai-de-turismo-foi-apresenta-da-em-cotijuba-nesta-quinta/)> último acesso em: 09 de set. de 2019

LIMA, S. E. da S. (2013). *Turismo e impactos socioeconômicos e ambientais: a real situação da ilha de Cotijuba* (Trabalho de Conclusão de curso). Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém, Pará, Brasil.

MARTINHO, C. (2003). *Redes: Uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização*. Brasília: WWF-Brasil.

MARTINS, J. S. (2002). *A sociedade à beira do abismo: Novos estudos sobre exclusão social, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes.

MARTINS, M. T. R. (Julho, 2014). *Ecomuseu da Amazônia: uma experiência ao serviço do desenvolvimento comunitário no Município de Belém – PA. Cadernos do CEOM*, 41.

MIELKE, E. J. C.; PEGAS, F. V. (abril, 2013). *Turismo de base comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma questão de gestão. Revista Turismo em Análise*, 24 (1). 170-189, doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v24i1p170-189>.

MORAES, E. A. de.; SANTOS, P. C. (2012). *Turismo e inclusão social*. (ed. 2, vol.1). Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ.

NORDIN, A.; TUAN LONIK, K.; JAAFAR, M. (2014). *Empowering local communities through tourism entrepreneurship: The case of micro tourism entrepreneurs in Langkawi Island. SHS Web of Conferences*, 12. Doi: 10.1051/shsconf/20141201101.

OLIVEIRA, M. M. de (2008). *Como fazer pesquisa qualitativa*. (ed. 2). Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

Organização do Turismo (1991). *Turismo internacional – Uma perspectiva global 2*. Porto Alegre: Bookmann.

PADILLA, Ó. de L. T. (1997). *El turismo: Fenómeno social*. 2. México: Fondo de Cultura Económica.

PARATUR (2009). *Resumo executivo do Polo Belém – PA/ Ministério do Turismo*. Paratur. Belém: Empresa Expansão Gestão em Educação e Eventos

PEREIRA, É B.; FARIAS, R. S.; SANTOS, M. S. dos. (2000) *Estudo da Estruturação Urbana de Cotijuba e Contribuições para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Ilha*. (Trabalho de conclusão de curso). Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém, Pará, Brasil.

ROMANEWS (16 de janeiro de 2019). *Lançamento da Rede Açai de turismo*. [Portal de Notícias]. Recuperado de <<https://www.romanews.com.br/poucas-e-boas/lancamento-da-rede-acai-de-turismo/26489/>>.

RIBEIRO, B. G.; CARDOSO, A. C. D.; BEZERRA, F. N. C. (2014). *A dualidade do ambiente natural/urbano e suas perspectivas em Cotijuba-Pa*. En: *Anais do Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo Belém BR*, 3. 1-20. Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém, Pará, Brasil.

SANTOS, M. (2005) O retorno do território. En: *OSAL: Observatório Social de América Latina*. 6, 16. Buenos Aires: CLACSO. -- ISSN 1515-3282. Recuperado em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>

SEVERINO, J. A. (2016). *Metodologia do trabalho científico* (ed. 24). São Paulo: Cortez.

SCHERER-WARREN, I. (2006). *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*. *Sociedade e Estado*. 21. Doi: 10.1590/S0102-69922006000100007.

SOUZA, R. L. T. L. de; (2018). *Ecomuseu da Amazônia: Um repensar sobre a prática museológica*. (Trabalho de conclusão de curso). Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém, Pará, Brasil.

THIOLLENT, M. (2011). *Metodologia da pesquisa-ação*. (ed. 18). São Paulo: Cortez.

URANO, D. G. (2017). *Turismo e rede de participação comunitária: Análise das relações dos atores sociais da Rede Tucum, estado do Ceará, no período de 2008 a 2016*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.

URANO, D. G.; SIQUEIRA, F. de S.; NÓBREGA, W. R. de M. (2015). *Enfoques teóricos sobre Redes de Turismo Comunitário. Anais do Seminário Nacional De Pesquisa E Pós-Graduação Em Turismo*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN. 12.

VIEIRA, P. (2006). Ouriques, Helton Ricardo. *A produção do turismo: Fetichismo e dependência*. Campinas, Alínea, 2005, 159 p. *GEOUSP Espaço E Tempo (Online)*, (19), 201-203. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2006.73998>

PLURIATIVIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR E TBC NA AMAZÔNIA: as potencialidades da colônia Chicano, Pará, Brasil

Amália G. R. Aguiar

Silvia Helena Ribeiro Cruz

Aquiles Simões

INTRODUÇÃO

As relações entre turismo e agricultura no Brasil vêm desde o período de reconhecimento da agricultura familiar, através da Lei 11.326/2006, como uma categoria social e política. A partir disso, tanto atividades agrícolas como não agrícolas foram incorporadas nas propriedades rurais através de projetos desenvolvimentistas. Embora isso tenha desencadeado maior interação e fluxo de comunicação e de infraestrutura do urbano para o rural devido, a princípio, à proximidade das áreas de interesse, há poucas pesquisas na Amazônia mesclando essa temática pluriativa dos agricultores com o turismo de base comunitária. Esse tipo de pesquisa é válido para verificar e até mesmo comparar com outras organizações sociais e formas de pluriatividade no Brasil.

É nesse contexto de estratégias de reprodução da agricultura familiar que a pluriatividade é representada como atividade empreendedora turística, assalariada, de comércio próprio, de artesanato coletivo e individual, entre outros. E representa, em muitos casos, a autonomia dos indivíduos pertencentes daquela localidade,

principalmente as mulheres, que vêm ao longo do tempo sendo protagonistas das atividades não agrícolas no meio rural. Sendo assim, o trabalho buscou analisar os aspectos socioculturais e identificar as atividades agrícolas e não agrícolas dos agricultores familiares estudados da comunidade colônia Chicano, que caracterizam as potencialidades turísticas do Turismo de Base Comunitária.

A metodologia utilizada com caráter qualitativo buscou, através da retrospectiva transversal com base em Moulin *et al.* (2004) e da técnica da “bola de neve” (snowball sampling), de Vinuto (2014), conduzir a pesquisa para se alcançar os objetivos estabelecidos. A hipótese inicial era que havia uma falta de interesse por parte da nova geração quanto ao trabalho agrícola, perfazendo assim um aumento da pluriatividade dos moradores entrevistados da colônia. Os conceitos adotados para a discussão das especificidades dentro da pluriatividade têm por base os autores Graziano da Silva (1997) e Schneider (2009), e do Turismo de Base Comunitária os autores Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009), e Maldonado (2009). O trabalho almeja dar maior visibilidade à comunidade de estudo e contribuir no incentivo de futuras pesquisas a temática TBC em áreas próximas ou afastadas das capitais e em prósperas políticas públicas de cunho sustentável.

O artigo está dividido em quatro partes. Na primeira, são tratadas as concepções gerais dos conceitos que fundamentam a relação da pluriatividade com o Turismo de Base Comunitária. Na segunda parte, a metodologia e os procedimentos metodológicos são explanados e descritos para melhor compreensão das caracterizações dos sujeitos e do ambiente estudados. Na terceira parte, discute-se, a partir dos dados levantados e da literatura atual, a necessidade do entendimento e

importância da relação entre os conceitos definidos e o meio rural. Por fim, na quarta parte, têm-se as considerações finais com a sintetização dos resultados e objetivos alcançados, bem como as perspectivas futuras sobre a temática levantada.

AS OPORTUNIDADES INERENTES AO LOCAL: CONCEITOS SOBRE TBC

O turismo convencional visto como estratégia de desenvolvimento econômico gera uma imagem reduzida de uma gestão política centrada somente no mercado. Os históricos problemas socioambientais, econômicos e políticos mostram a incapacidade na solução desses problemas. O abuso de poder, as especulações imobiliárias, a usurpação do patrimônio material e imaterial local são consequências de uma frágil organização política. Em resistência a isso, o Ministério do Turismo do Brasil, em 2008, promoveu o desenvolvimento do turismo de base comunitária voltada para a seleção de propostas sustentáveis para o meio ambiente e para os atores sociais no meio rural, mesmo já havendo iniciativas de atuação das atividades turísticas no país. A partir disso, autores tiveram a necessidade de identificar e compreender essa suposta nova atividade, como podemos notar em Coriolano (2009, p. 283):

No turismo comunitário os residentes possuem o controle produtivo da atividade desde o planejamento até o desenvolvimento e gestão dos arranjos produtivos. Assim, conseguem melhorar suas economias, as oportunidades para o lugar, e se preocupam com o envolvimento participativo, não de forma individualista; daí o avanço para as gestões integradas dos arranjos produtivos que passam a ser comunitários, e facilitam os enfrentamentos.

O turismo comunitário surge então como uma contraposição ao chamado turismo de *resorts* e dos megaempreendimentos (CORIOLANO, 2009). Essa necessidade de construção de um novo modelo alternativo proposto pelo MTur é oposta ao turismo convencional, pois tem por objetivo fomentar, através do financiamento, a atividade turística para diversas regiões brasileiras, a fim de garantir o desenvolvimento local por meio do fortalecimento das identidades locais e valorização da diversidade local. Em meio a isso, o conceito do TBC toma espaço para discussões, como no caso dos autores Urano *et al.* (2015), que o entendem como:

[...] o turismo comunitário propõe-se a ser um modelo de organização da atividade turística que coloca a comunidade como centro do processo de planejamento e organização do turismo. Nele, a população local é proprietária e gestora dos equipamentos turísticos, participando efetivamente das decisões sobre o desenvolvimento da atividade na comunidade.

Em sintonia, Coriolano (2009, p. 282) afirma que:

O turismo comunitário é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. Nele o turista é levado a interagir com o lugar e com as famílias residentes, seja de pescadores, ribeirinhos, pantaneiros ou de índios.

Embora não se tenha uma definição amplamente aceita acerca do conceito de Turismo de Base Comunitária, autores como Mielke e Pegas (2013) afirmam que não é um segmento turístico, mas sim uma ferramenta metodológica do Turismo que surgiu na América Latina em meados da década de 1980, com o objetivo de atenuar os problemas sociais (êxodo rural, insegurança alimentar etc.) e ambientais dessa época (MALDONADO, 2009).

Dessa forma, organizações não governamentais lançam processos de Ecoturismo e Turismo de Base Comunitária a fim de “encorajar diversas comunidades a receber turistas em seus territórios, por considerarem uma opção viável para a preservação de recursos naturais, do meio ambiente e da biodiversidade local” (Maldonado, 2009, p. 26). A partir disso, algumas autoridades públicas e privadas aliaram-se ao movimento organizacional acreditando que as operações turísticas poderiam contribuir para a diversificação da oferta turística.

O TBC é um processo complexo, como designa Carpentier (2011), que envolve a autenticidade cultural através de seus princípios, premissas, objetivos e componentes para servir como um mecanismo de luta e resistência ante um processo de desenvolvimento globalizado. Por isso, é importante a autonomia dos membros da comunidade através de um protagonismo de ações e estratégias coletivas, pois como defende Irving (2009): “o desenvolvimento do turismo comunitário (ou de base comunitária) só poderá ocorrer se os protagonistas dos destinos forem sujeitos e não objetos do processo”.

As comunidades possuem o controle dos processos produtivos de planejamento até o desenvolvimento e gestão dos arranjos produtivos, criando oportunidades de forma participativa e integrada em busca de melhoria das condições locais. O turismo comunitário é, portanto, voltado para um público que, em geral, tem a natureza como um atrativo e respeito, sendo eles grupos de pesquisadores, famílias e indivíduos com interesses exóticos, e turistas europeus que desejam experimentar algo diferencial. O meio ambiente é local das atividades agrícolas e sociais da comunidade, por isso é um lugar de respeito, solidariedade e harmonia com a natureza. Os atores locais partem do princípio de que o homem é membro da terra e dela retira a energia vital para a condição de sobrevivência e qualidade de vida (CORIOLANO, 2009).

Dessa maneira, o TBC como uma alternativa de qualidade de vida ou mesmo de complementação de renda familiar pode ser inserido em ambientes diversificados, principalmente o meio rural, tal como os estabelecimentos agrícolas locais cujas práticas cotidianas, crenças, tradições e cultura em geral podem vir a se desenvolver como potencialidades turísticas.

AS ATIVIDADES PLURIATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura é berço da energia vital das sociedades. Sua importância é incontestável, pois supre a primeira necessidade humana: a alimentação. Ela é fonte de produtos alimentícios, reprodução de complexos culturais e sociais, oferta de emprego no meio rural e segurança alimentar (GRISA e SCHNEIDER, 2015).

No espaço rural brasileiro, a agricultura e também o turismo vêm sofrendo mudanças significativas em prol do desenvolvimento. Ela manteve-se até então no papel de fornecedora, ou mesmo como recursos potenciais. A agricultura moderna vê a possibilidade de crescimento na soma de atividades socioeconômicas, envolvendo a capacidade de conservação do meio. Os personagens que trabalham nesse ramo, historicamente, apresentam inovações na forma de produção.

O conhecimento empírico, juntamente com a agregação do conhecimento técnico, possibilitou que esse homem do campo pudesse desenvolver atividades fora do dito tradicional. Esse protagonista do campo¹ hoje está aberto para as atividades não agrícolas, pois visa à

¹ A pesquisa refere-se ao *agricultor familiar* que, segundo Wanderley (2000), pode ser considerado como um camponês do meio rural capaz de resistir e de adaptar-se aos novos contextos econômicos e sociais de uma determinada sociedade.

contribuição no desenvolvimento da região, da comunidade, da família e do seu próprio bem.

A noção de pluriatividade (com etimologia francesa) adentra o campo rural em meados de 1980, quando o termo ainda era considerado sinônimo de *part-time farming* (termo de origem inglês). A principal diferença entre os termos *part-time farming* e pluriatividade está em que um “refere-se na utilização do tempo de trabalho no estabelecimento agrícola por parte individual ou pela família e o outro na combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros de uma mesma família”, respectivamente (SCHNEIDER, 2009, p. 81).

Em 1988, os pesquisadores Fuller e Brun apresentaram as definições dos termos *part-time farming* e pluriatividade da seguinte forma:

É possível dizer que uma *part-time farming* é uma unidade produtiva que oferece, ou na qual é alocado, menos do que um ano completo de trabalho. O conceito pode ser utilizado de forma mais precisa, para definir situações nas quais, devido ao tamanho físico ou a uma opção de gestão, a unidade produtiva é cultivada através do investimento de menos do que um ano completo de trabalho (...) a pluriatividade implica uma forma de gestão do trabalho doméstico em que o trabalho agrícola encontra-se sempre incluído, podendo não ser, no entanto, uma atividade mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte à unidade doméstica, podendo também ser motivadas por considerações não relacionadas à agricultura (FULLER e BRUN, 1988, p.150 *apud* SCHNEIDER, 2009, p. 83).

No mesmo sentido, Candiotto (2007, p. 193) entende a pluriatividade:

associada à agricultura familiar, pois o fundamento da pluriatividade reside, primeiramente, na existência de uma ou mais atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade, combinada com uma ou mais atividades não agrícolas, desenvolvidas dentro ou fora da propriedade. Tais atividades não agrícolas podem estar vinculadas à indústria, comércio ou serviços públicos e privados, e são realizadas tanto em áreas consideradas rurais, como também nas urbanas.

Para Schneider (2009, p. 27), a pluriatividade:

refere-se à emergência de situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a dedicar-se ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura e ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção.

A pluriatividade é uma unidade multifuncional, na qual se pratica agricultura e outras atividades não agrícolas, tanto dentro como fora da propriedade rural, sendo que todas essas atividades são remuneradas de acordo com o tempo de trabalho. Além disso, a pluriatividade pode ser compreendida como uma forma de resistência a modelos de subordinação do mercado, como o agronegócio e as *commodities*, com objetivo de reestruturar a produtividade dos membros da família. Portanto, o seu conceito encaixa-se na contribuição potencial do turismo.

No Brasil, a noção de pluriatividade foi iniciada pelo pesquisador José Graziano da Silva, que na coordenação do projeto “novo rural brasileiro”, no estado de São Paulo, conduziu sua equipe e demais colaboradores para a necessidade de análise e avaliação de atividades não agrícolas no meio rural brasileiro. A partir de 1992, junto ao projeto do desempenho do emprego não agrícola na Pesquisa Nacional por

Amostra de Domicílios (PNAD), o tema das atividades não agrícolas e pluriatividade ganhou projeção nacional (SCHNEIDER, 2009).

Ainda no mesmo país, inúmeros fatores como a modernização técnico-produtiva da agricultura, a desvalorização das rendas agrícolas, políticas de incentivo às atividades não agrícolas e contenção das migrações, mudanças no mercado e valorização da agricultura familiar no meio rural com interação entre cidade e campo levaram à pluriatividade dos agricultores, e proporcionou o desenvolvimento de conhecimentos específicos de ambos os lados e interesse de melhorias de vida (MACHADO e CAUME, 2008; SCHNEIDER e CONTERATO, 2006).

Isso nos leva a considerar que há oportunidades de crescimento socioeconômico e cultural no campo rural, pois além de se ter potencial natural e imaterial nessas regiões rurais, há também, como exemplos na região sul do Brasil, interesse dos próprios atores locais em aumentarem a sua renda e dessa forma melhorar sua qualidade de vida. Por consequência, ou mesmo decisão comunitária, o TBC pode vir a ser uma atividade complementar ou principal a ser inserida no meio rural de forma sustentável e comprometida com seus princípios preestabelecidos.

DELINEAMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa possui caráter qualitativo com base em Oliveira (2000), que fundamenta a coleta dos dados a partir da capacidade física e intelectual do olhar, ouvir e escrever. Esses três elementos permitem ao pesquisador uma percepção aguçada quanto aos fatores e variáveis de interesse dentro de uma situação de sociabilidade. A pesquisa está dividida, conforme Dencker (2007), em dois principais estágios: a)

exploratória (incluindo bibliográfica); e b) *descritiva* (pesquisa de campo), referentes aos objetivos da pesquisa.

No primeiro estágio, foi realizada uma coleta de dados secundários, para o aprimoramento das ideias referentes ao tema, aos objetivos e à própria metodologia de pesquisa. De início, foi realizado pesquisa do tipo bibliográfica, a fim de fundamentar os conhecimentos acerca dos conceitos pré-estabelecidos, bem como de identificação da área de estudo. Em seguida, foi efetuada uma visita na prefeitura do município e na biblioteca municipal, para levantamento documental, bem como na secretaria de educação, para coleta de dados referentes aos aspectos sociais educacionais e de informantes-chave da comunidade.

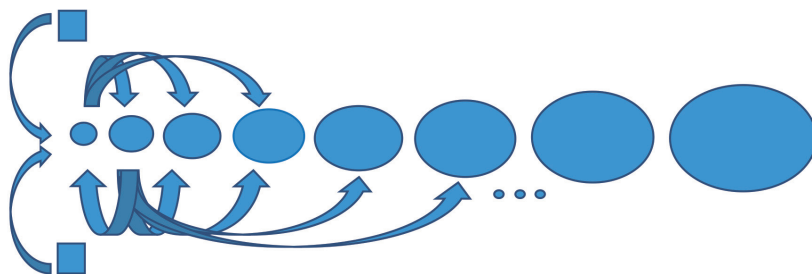
No segundo estágio, foi realizada a primeira pesquisa de campo oficial para a delimitação e reconhecimento da área através do GPS Garmim etrex 30x e coleta dos principais informantes-chave. A partir disso, foi elaborado um roteiro de entrevistas do tipo não diretivas com perguntas abertas, conforme exemplo de Dencker (2007) e inspirado no inventário turístico do município de Santa Bárbara do Pará, para ser efetuada na segunda visita ao campo.

Na segunda expedição à comunidade, foram efetuadas entrevistas com a técnica “bola de neve”, conforme adaptação da fig. 1 abaixo. Essa técnica, conforme Vinuto (2014), é útil para ambientes comunitários ainda desconhecidos pelo pesquisador quanto ao espaço e ao número de perfis desejados, mas que a partir de prévias informações sabe-se aproximadamente o funcionamento das relações socioculturais.

Embora essa técnica apresente possíveis limitações, como informações repetidas ou semelhantes devido à cadeia ser de ordem pessoal do indivíduo, ela fornece informações rápidas em um relativo período de tempo, mas essenciais para o entendimento do que se espera

pesquisar. Além disso, essa técnica pode ampliar as redes pessoais de informação para outras redes de “sementes” de suma importância, dando pluralidade às falas e às práticas. Vale ressaltar que essa técnica apresenta um ponto de saturação no qual as “sementes” repetem os nomes já mencionados, não havendo assim novas indicações.

Figura 1 – Esquematização adaptada da amostragem “bola de neve” a partir da interação em campo



- - Informantes-chave de órgãos públicos do município de Santa Bárbara, PA.
- - Agricultores denominados de “sementes” + acúmulo de informações anteriores e atuais.
- ↷ - Indicações pessoais.
- - Continuidade na cadeia.

A escolha desse tipo de amostragem não probabilística se deu a partir do prévio conhecimento nas instituições públicas da redução do número de agricultores familiares na colônia. Além disso, foram efetuados registros fotográficos para servirem às análises críticas das especificidades locais da paisagem e do espaço turístico, haja vista a comunidade ter sofrido uma mudança de comportamento referente à

dinâmica acelerada do mercado competitivo. Na terceira visita, foram realizadas novamente entrevistas com informantes-chave, totalizando um quadro de 10 informantes principais.

ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS DADOS

Caracterização do município de estudo

A pesquisa foi desenvolvida no município de Santa Bárbara do Pará, que fica a aproximadamente 47 km da capital Belém, no Estado do Pará. Localiza-se na região metropolitana de Belém a uma latitude 01°13'25" sul e a uma longitude 48°17'40" oeste. Faz fronteira ao norte com o município de Santo Antônio do Tauá, ao leste com Santa Izabel do Pará, a oeste com a capital de Belém e ao sul com o município de Benevides (IBGE, 2017).

O município de Santa Bárbara do Pará tinha em 1938 o nome de distrito de Araci, em referência ao Rio Araci, que corta o município. No mesmo ano, o nome foi modificado, por decreto-lei estadual nº 3131, de 31 de outubro de 1938, para Engenho Araci e em 1961 para Santa Bárbara. Somente em 1991, com a lei estadual nº 5693, foi que o município passou a se chamar Santa Bárbara do Pará.

Atualmente, Santa Bárbara possui uma área de 278,154 km² e uma população estimada de 20.492 habitantes, perfazendo uma densidade demográfica de 61,62 hab/km² (IBGE, 2017). O município apresenta um PIB revisado de 6.590,49 R\$/1000hab, ficando em 119º no ranking estadual, sendo a indústria a principal economia da cidade, seguida dos serviços e da agropecuária. Em 2013, o município de Santa Bárbara do

Pará foi incluído na lista de categorização do turismo do Ministério do Turismo (MTur) como um dos municípios que oferta algum produto/serviço turístico com base nas políticas públicas coordenadas pelo MTur e órgãos Estaduais.

A comunidade denominada de *colônia Chicano* localiza-se no distrito de Genipaúba, no município de Santa Bárbara do Pará, a 10 km da PA- 391 (Belém-Mosqueiro). O Acesso à comunidade se dá via terrestre por meio da empresa Beiradão, com destinos a Santa Bárbara, Benevides e Belém, e por via fluvial através do Rio Marituba e igarapés afluentes.

Breve Histórico da colônia Chicano

A história da colônia Chicano se deu com a chegada de um senhor chamado Francisco Antônio Mescouto. De acordo com o Sr. Emanuel Mescouto, neto do primeiro morador, a comunidade naquela época se denominava de “Marituba” devido à influência do rio. A mudança do nome da comunidade veio em 1944, com a visita do prefeito de Ananindeua Claudomiro Belém de Nazaré na casa do Sr. Francisco Mescouto (por volta de 70 a 80 anos na época). De acordo com o antigo morador, o prefeito da época intitulou o nome “colônia Chicano” em homenagem ao amigo Francisco Mescouto que tinha o apelido de “Chicano” em sua terra natal, desconhecida pela família.

Vale ressaltar, por diligência, que o nome “Chicano” faz analogia ao nome do Movimento de cunho político, cultural e social na década de 1960 nos Estados Unidos da América. Segundo Villanueva (1980), o uso original da palavra “chicano” referia-se ao trabalhador mexicano recém-chegado ao país e sem documentação.

O terreno onde se hoje denomina de “colônia Chicano” pertencia ao libanês Sr. Neleiff Recem, que em 1880 adotou o nome de Alexandre José Antônio e adquiriu o terreno em um leilão oficial naquela época. De acordo com a pesquisadora Trevisan (2017), o Francisco Mescouto (Chicano) se instalou no município juntamente com sua esposa para trabalhar na serraria do Sr. Alexandre (o libanês) e no ano de 1927 comprou uma extensão de terra de 1.089 hectares. Chicano teve 13 filhos e todos se instalaram na colônia.

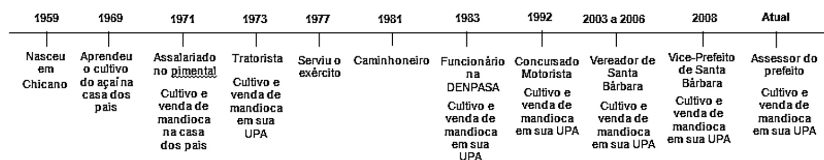
Segundo ainda à mesma pesquisadora, a extensão de terra original da propriedade fora vendida culminando em uma área de 390 hectares divididos em lotes para os herdeiros. Atualmente, o número de habitantes na colônia sofreu um aumento e por conta disso os dados estão sendo atualizados. Conforme relato da agente de saúde da colônia existe na comunidade cerca de 178 famílias. No entanto, a pesquisadora Trevisan (2017) encontrou 493 habitantes e 130 famílias com 85% pertencentes ao descendente original.

Análise transversal do trabalho dos agricultores de Chicano

Os dados levantados mostraram que existem tanto agricultores pluriativos como agrícolas, assim como encontrados por Padilha *et al.* (2017) no Estado do Rio Grande do Sul e Sakamoto *et al.* (2016) no território brasileiro. Pode-se notar, dentro dos agricultores pluriativos, que o fator principal da pluriatividade está relacionada à estratégia de sobrevivência e manutenção individual e dos membros da família. Alguns agricultores vendem a mandioca, bem como seus derivados (tucupi, farinha e goma) para o restaurante Empório Chicano, localizado

na entrada da comunidade, sendo um ponto turístico local. Quanto à produção do açaí, quando produzido em grande volume, é vendido para a fábrica de despolpamento “Top açaí”, também fixado na comunidade. Entretanto, esses dois empreendimentos são de ordem privada, mas com a mão de obra quase exclusiva dos moradores da colônia.

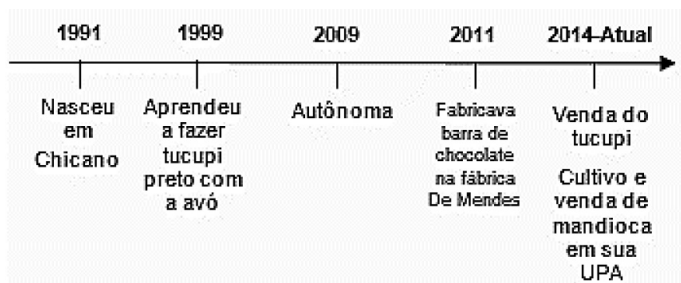
Figura 2 – Análise transversal das atividades remuneradas do **Informante 1**



Fonte: Dados do campo.

Na figura 2, encontra-se o Informante 1, que começou muito breve suas atividades remuneradas. Na comunidade de Santo Antônio, no município de Santa Bárbara, Pará, com apenas 12 anos ele recebia um salário mínimo como moeda da época para realizar a capina do pimental. O trabalho era informal, mas o ajudava nas despesas familiares. Houve uma interrupção das atividades agrícolas para não agrícolas no período de 1977 a 1982, quando este se locomoveu para o centro urbano. Em seguida, voltou para a comunidade Chicano, onde se casou e teve três filhos permanecendo até os dias atuais.

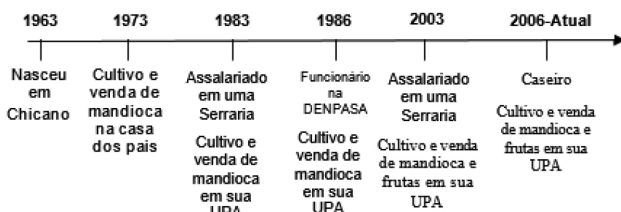
Figura 3 – Análise transversal das atividades remuneradas do Informante 2



Fonte: Dados do campo.

Na figura 3, pode-se notar o Informante 2, que sempre teve contato com a agricultura na comunidade Chicano, mas iniciou sua remuneração com trabalhos não agrícolas. Com 18 anos, morava no município de Ananindeua e começou na venda de cosméticos para pessoas da comunidade Chicano e de Ananindeua. Nesse período, houve a ideia de vender o “tucupi preto” como manutenção individual. Aos 20 anos prestava serviço na fábrica de chocolate De Mendes, na própria comunidade. Aos 23 anos, casou-se e teve seu primeiro filho e iniciou a venda do Tucupi preto para o Instituto Paulo Martins na cidade de Belém até os dias atuais.

Figura 4 – Análise transversal das atividades remuneradas do Informante 3



Fonte: Dados do campo.

Na figura 4, o Informante 3 também sempre teve contato com a agricultura, mas morou uma temporada de sua infância no município de Belém, juntamente com sua tia. Aos 20 anos, voltou para a comunidade Chicano e iniciou seu trabalho não agrícola em uma serraria em Genipaúba, no município de Santa Bárbara. Em 1986, começou com trabalho assalariado na empresa DENPASA, PA. Durante esse período produzia mandioca para venda e frutas para consumo. Nesse período, teve seu primeiro filho, no entanto, só se casou com mais idade.

Após a saída da empresa por motivos de saúde (alergia), o agricultor procurou uma serraria no município de Pau d'Arco, próxima da colônia Chicano. Nesse período, casou-se e teve mais oito filhos. Atualmente, todos os filhos são casados e este trabalha em meio período como caseiro no município de Belém.

Figura 5 – Análise transversal das atividades remuneradas do **Informante 4**

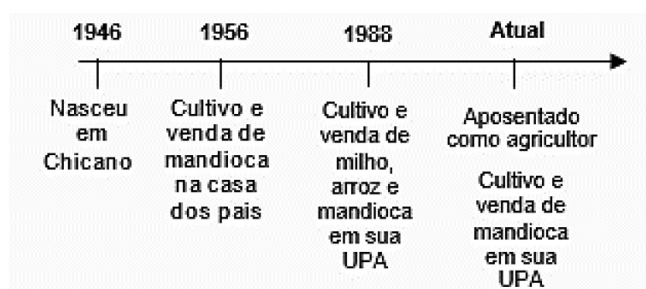
Informante 4						
Nasceu em Bragança	Cultivo e venda de mandioca dos pais	Assalariado em Belém	Funcionário em uma fazenda na colônia Chicano	Funcionário na DENPASA	Funcionário na escola	Autônomo (vendedor)
				Cultivo e venda de mandioca em sua UPA	Cultivo e venda de mandioca em sua UPA	Cultivo e venda de mandioca em sua UPA

Fonte: Dados do campo.

Na figura 5, temos o Informante 4, que aprendeu na sua infância com seus pais sobre o manejo da mandioca. Já as atividades não agrícolas começaram a partir do momento em que ele encontrou um trabalho em Belém. Em 1983, surgiu a oportunidade de trabalhar em uma fazenda na colônia Chicano, local onde se casou e teve, ao longo do tempo, seus seis filhos. Alguns anos depois, ele trabalhou na empresa privada Denpasa (Dendê do Pará S/A), na qual o salário era superior ao da agricultura e dava sustentação para as necessidades dos membros da família, bem

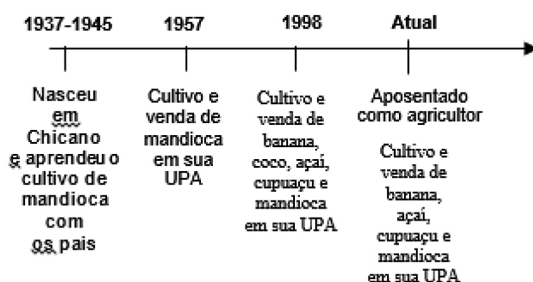
como a efetivação do espaço de produção e reforma da casa. Atualmente, este agricultor realiza a venda de alimentos de forma autônoma nos balneários na comunidade como complementação da renda. Em todo o período de vida, o agricultor alegou sempre ter trabalhado na roça com plantio de mandioca e beneficiamento da farinha. De manhã, ele trabalhava de carteira assinada e à tarde ia para a roça. Mas o agricultor não conseguiu obter a aposentadoria nesta categoria, pois não foi aceito o trabalho de carteira assinada por alguns anos.

Figura 6 – Análise transversal das atividades remuneradas do **Informante 5**



Fonte: Dados do campo.

Figura 7 – Análise transversal das atividades remuneradas do **Informante 6**



Fonte: Dados do campo.

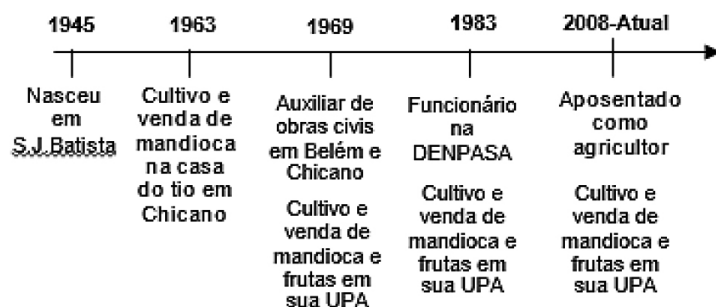
Na figura 6, consta que o Informante 5 nasceu na colônia Chicano. Aos 42 anos, teve seu primeiro filho. O agricultor 5 só veio constituir família a partir dos seus 45 anos, quando se casou e teve seus sete filhos. No início, plantava mandioca, milho (*Zea mays* L.) e arroz em um terreno com medida de uma tarefa (25 braços em cada lado do terreno). Atualmente, tem sete filhos e é aposentado como agricultor familiar. Possui somente o plantio de mandioca com destino para uma outra moradora da cidade para a realização do “tucupi preto”. A mandioca é vendida por R\$ 40,00 reais o saco de 60 kg. Além disso, este foi o único agricultor que obteve uma percepção contrária e negativa do turismo, alegando que esta atividade pode ser perigosa, haja vista não saber o histórico de vida das pessoas (turistas) interessadas nas potencialidades locais. Além do mais, o agricultor acredita que a comunidade ainda não está capacitada para receber um número significativo de indivíduos.

Já na figura 7, consta que o Informante 6 é um dos moradores com mais idade na comunidade. Ele possui uma área de 18 hectares, sendo que 1 hectare é destinado ao plantio de mandioca e 8 hectares consorciados com cupuaçu, açaí e banana. Os outros hectares são destinados à preservação vegetal. Ele é único da colônia que apresenta uma área agrícola de grande porte e que possui dois filhos trabalhando na agricultura como principal fonte de renda.

Em 1994, o Sr. Procópio aderiu ao financiamento do FNO e plantou coco e banana em uma área de 4 hectares. O coco era vendido para a empresa Sococo. Por causa da broca (mas sem especificação de qual tipo), a plantação de coco se extinguiu, permanecendo somente com a banana. Nos anos seguintes, ele decidiu plantar açaí. Atualmente, a produção de farinha é comercializada na taberna da família na própria comunidade. Das frutas, o cupuaçu é o único comercializado em polpa.

O quilo (kg) da polpa de cupuaçu é vendido a R\$10,00 reais. Os frutos do açaí são vendidos em média a R\$70,00 reais 1 tela (2 latas de 20 kg) no período da safra, e a banana por R\$ 8,00 reais/cacho. Todas as frutas são vendidas na feira do Ver-o-Peso, na capital Belém.

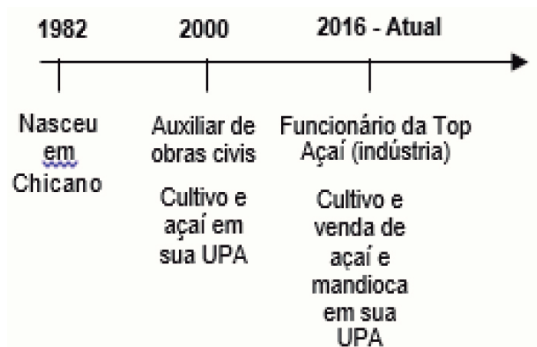
Figura 8 – Análise transversal das atividades remuneradas do **Informante 7**



Fonte: Dados do campo.

Na figura 8, consta que o Informante 7 nasceu na colônia São João Batista, no município de Santa Bárbara. Aos 18 anos, foi morar com os tios na colônia Chicano. O tio trabalhava na serraria enquanto ele trabalhava na roça. Aos 24 anos casou e iniciou o trabalho de auxiliar de pedreiro em Belém e na roça, na comunidade Chicano. Aos 28 anos trabalhou de carteira assinada, alternando três meses de carteira em três vezes de serviço. Hoje recebe o benefício de aposentaria e comercializa mandioca e banana.

Figura 9 – Análise transversal das atividades remuneradas do Informante 8



Fonte: Dados do campo.

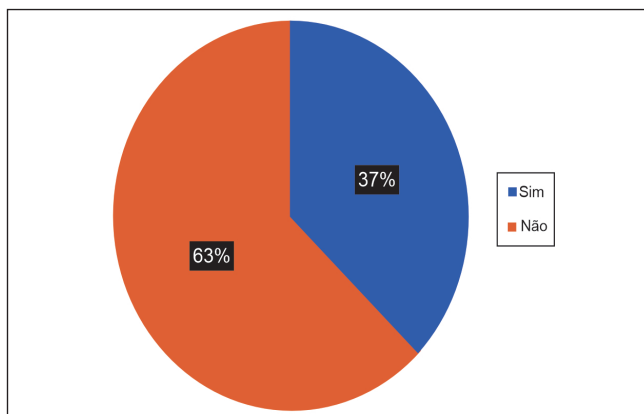
Na figura 9, consta que o Informante 8, atual funcionário da Top Açai, sempre trabalhou de forma pluriativa, com a produção de açai e como auxiliar de obras civis. Ele possui uma área total de 6 hectares, contendo 1 hectare de plantação de açai consorciado com castanha-do-Pará (*Bertholletia excelsa* H.B.K.) e madeiras de lei, bem como 500 m de área com plantação de mandioca. Em 2016, ele foi convidado pela fábrica Top Açai para trabalhar no ramo de despulpamento. A principal atividade com retorno financeiro é o trabalho na indústria de despulpamento. A agricultura, neste caso, é um complemento na renda e no consumo. Em contrapartida, o agricultor acredita que o turismo possa ser desenvolvido na colônia e que as plantações de açai, bem como as outras culturas agrícolas, podem servir como atrativo turístico.

Turismo de Base Comunitária na visão dos agricultores familiares da colônia

Embora aconteça esporadicamente o turismo na comunidade de estudo, a atividade ainda é pouco conhecida e entendida pelos moradores. A “atividade turística” é realizada ainda como consequência das visitas de clientes na fábrica de chocolates finos De Mendes, localizada na própria comunidade. O empresário da fábrica juntamente com alguns representantes da colônia se organiza para levar as pessoas em algumas propriedades rurais, bem como nos locais de fabricação do artesanato e da maniçoba orgânica. Um dos agricultores que já recebeu a visita foi o informante 6, que possui a maior área de produção da comunidade.

A partir dessas antigas tentativas de desenvolvimento do TBC, foram levantados alguns questionamentos com os agricultores entrevistados sobre o conhecimento da atividade, bem como sua funcionalidade. No gráfico 1, alguns agricultores (informantes) afirmaram que em algum momento já foi mencionado sobre o TBC na comunidade.

Gráfico 1 – Agricultores que já ouviram sobre o TBC

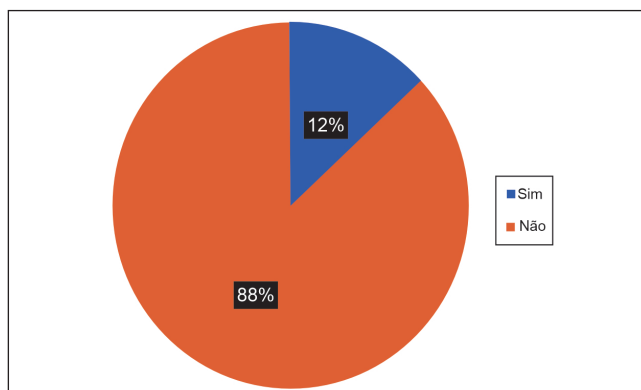


Fonte: Dados do campo.

Esses atores que reconheceram a atividade foram os selecionados para a recepção dos visitantes anteriores. Assim sendo, nota-se que a acolhida ainda é seletiva e centralizada somente para alguns agricultores e que existe uma pequena rede interna de pessoas próximas ao empresário da fábrica ligada, ao que tudo indica, à afinidade, à proximidade de residências e a interesses pessoais dos agricultores.

Embora alguns informantes tenham um supérfluo conhecimento sobre o turismo, a maioria dos entrevistados não soube explicar as funções e princípios do TBC (gráfico 2). Isso porque não houve até o momento cursos de capacitação sobre a temática que explicasse o funcionamento e importância da autonomia e organização da população local nessa atividade. Além disso, constatou-se que há uma articulação do empresário, devido ao seu reconhecimento no comércio de chocolates, em dar visibilidade das potencialidades locais no momento em que recebe os seus clientes na colônia, bem como no incentivo aos moradores nas atividades não agrícolas, como o turismo, artesanato e gastronomia. Desse modo, os agricultores criam laços de dependência voluntária sobre essa articulação quanto ao turismo. A pesquisa aponta essa dependência, aparentemente positiva, sob a questão de confiabilidade a esse ator local.

Gráfico 2 – Conhecimento das funcionalidades do TBC

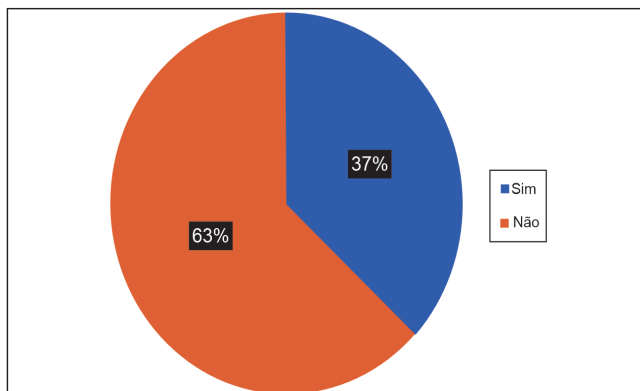


Fonte: Dados do campo.

Apesar de a maioria dos agricultores entrevistados não dominar o campo conceitual e prático do TBC, há uma aceitação de inserção do turismo, por acreditarem ser favorável à economia e à qualidade de vida local (gráfico 3). Em contrapartida, três informantes (agricultores) declararam ser contra a atividade na comunidade pelos seguintes motivos: desconfiança dos turistas, poluição do meio ambiente, perda de tempo e desorganização dos moradores.

Esses agricultores enxergam os turistas como pessoas desconhecidas, em uma relação de não confiança, podendo gerar roubos e outras mazelas sociais. Quanto à poluição, eles acreditam que a vinda desses indivíduos irá trazer poluição sonora para a comunidade que preza pelo seu cotidiano pacato e tranquilo. Outro agricultor afirmou ser perda de tempo do visitante, por não acreditar que a agricultura possa ser um potencial turístico local. Outro fator mencionado foi a falta de organização da associação local, que inviabilizaria toda a atividade turística.

Gráfico 3 – Aceitabilidade dos agricultores sob o TBC



Fonte: Dados do campo.

Esses dados representam uma abertura à pluriatividade da agricultura familiar com possibilidades de inserção do turismo comunitário atrelado à forma de vida desses atores locais. Para Lunardi e Souza (2011), a diversificação dos atores rurais é uma estratégia de cunho social e econômico de acordo com as diferentes composições e situações familiares que a pluriatividade permite, muito além do econômico, mas também o fortalecimento da autonomia dos agricultores em escolherem seus respectivos modos de vida, bem como suas representações socioeconômicas. Por isso, é necessário um engajamento do setor público para com a comunidade, a fim de colocar em prática as diversas etapas que o TBC está alicerçado, dando-lhes, conforme o interesse, a identificação da identidade comunitária e cursos de capacitações para o desenvolvimento profissional desses indivíduos.

As atividades não agrícolas da colônia

ARTESANATO

O artesanato como ocupação familiar no campesinato brasileiro sempre esteve presente no cotidiano dos atores rurais, seja na condição de utensílios que promovessem a conservação e manutenção dos alimentos, ou nas roupas e condimentos em geral, tendo, portanto, valor de uso interno, ou como valor de troca no mercado (GARCIA JR., 1983; SILVA e WIZNIEWSKY, 2011).

As informações levantadas com a *informante 9* do grupo das mulheres artesãs da colônia mostraram que essa atividade assume papel contrário ao encontrado por Silva e Wizniewsky (2011) na Vila Progresso no Rio Grande do Sul, a qual não se caracteriza como um trabalho intergeracional, mas sim uma atividade de inclusão econômica na forma de complementação na renda. Esse trabalho teve início a partir da iniciativa de uma liderança local, que influenciou um grupo de pessoas, principalmente sete mulheres para realizar a extração de argila próximo do rio e desenvolver objetos diversos para a venda.

No início, elas tiveram dificuldades na comercialização do produto, já que este não apresentava expressiva utilidade, desencadeando uma desvalorização comercial. Devido à ausência de êxito, o grupo de mulheres procurou o Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), para capacitá-las na construção de um produto com design específico, a fim de atrair demandas externas. Elas começaram a produzir luminárias em forma de cupuaçu com desenhos de plantas locais (figura 10). Abbonizio (2009) explica que essa adaptação do artesanato às exigências do mercado fornece, além de busca de renda,

uma reconfiguração do produto inicial a partir de um determinado contexto social interligado a objetivos de natureza ideológica, social, política e econômica que influenciarão de forma direta as tomadas de decisões dos atores locais. Essa nova atitude de modificação no design em busca de melhor estética, qualidade e funcionalidade são estratégias que possibilitam a inserção em novos nichos de mercado.

Figura 10 – Artesanato das mulheres da colônia Chicano



Fonte: SETUR, 2017.

Houve um reconhecimento regional, nacional e internacional e os produtos puderam ser vistos no município de Abaetetuba, nordeste paraense, no Estado de São Paulo na Feira Internacional de Paisagismo, Jardinagem, Lazer e Floricultura (Fioflora), no distrito federal, na Feira Internacional da Amazônia (FITA), em 2017 (figura 11), e na Itália. Conforme Trevisan (2017), em 2013, o grupo continha 10 mulheres que

participavam da atividade e estavam em fase de reestruturação. No ano de 2018, havia apenas quatro mulheres. A penosidade do trabalho, bem como a falta de recursos, promoveu a desistência de alguns integrantes, além da redução da produção. Abaixo, no fluxograma 1, tem-se a dinâmica da extração e produção dos artesanatos.

Figura 11 – Slogan da colônia Chicano utilizado na FITA

COLÔNIA CHICANO

COMUNIDADE TRADICIONAL
MAIS DE 100 ANOS DE HISTÓRIA.

LOCALIZAÇÃO
ESTRADA DO GENIPAUBA (PA 408), SANTA BÁRBARA-PA.

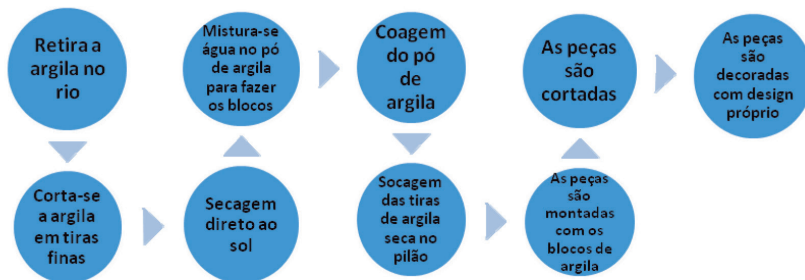
@EMPORIOCHICANO

GASTRONOMIA • CULTURA • TRILHAS • IGARAPÉS • E MAIS

CONTATOS: (91) 99183-5887
emporiochicano@gmail.com

Fonte: SETUR, 2017.

Fluxograma 1 – Esquematisação das etapas da fabricação das peças de argila



Fonte: Dados de campo.

Vale ressaltar que cada integrante do grupo feminino fabrica suas peças de forma autônoma. Não há uma padronização na forma das peças, exceto em casos de encomendas em média escala. Como relembra Abbonizio (2009), o contexto, a percepção e a relação cultural que envolvem tanto o espaço, o local e o ambiente na qual os artesãos se encontram, irá influenciar a compreensão e o tipo de design do artesanato. Atualmente, as peças são realizadas de acordo com a história, experiência, preferência e gosto de cada mulher. Logo, é válido dizer que o artesanato como produto turístico pode contribuir de forma relevante, tanto economicamente, quanto na qualidade de vida das famílias a partir da produção sustentável em coletividade.

Maniçoba orgânica

A pesquisa identificou também outra ocupação executada pelas mulheres da colônia denominada de *maniçoba orgânica*. Prato

típico regional, a maniçoba é preparada na região Norte do Brasil e é composta pelas folhas da mandioca, carne seca e fresca picadas, mocotó e toucinho de boi, linguiça e condimentos a gosto (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002).

De acordo com a *informante 10*, a ideia foi planejada durante um curso de capacitação oferecido pelo SENAR-PA de embutidos e defumados. As mulheres não tinham o domínio do cozimento da maniçoba, então um dos líderes da comunidade solicitou um convite a um chef de cozinha da cidade de Belém para oferecer uma capacitação gastronômica. A partir disso, a produção e posteriormente venda da maniçoba foi possível.

O grupo é composto por cinco mulheres que preparam manualmente (figura 12) sem nenhum ingrediente industrializado, todos os processos do alimento, desde os embutidos, cura das carnes, preparo até o destino final. Vale ressaltar que as mulheres estão à frente de toda a cadeia de produção da maniçoba orgânica e que os homens exercem atividades de auxílio em casos excepcionais.

A comercialização tem destino em um restaurante de estilo Slow Food em Belém. Uma das informantes-chave afirma que “*elas vendem a história para vender o produto*”. Logo, percebe-se que há uma valorização na cultura local, bem como diferenciação de produtos a partir de alimentos saudáveis, contribuindo para uma visibilidade do gênero feminino frente aos negócios da agricultura familiar.

Figura 12 – Preparo inicial da maniçoba orgânica



Fonte: SETUR, 2017.

A opção pela produção e comercialização de alimentos orgânicos gera um conforto social perante a sociedade, pois demonstra que a agricultura familiar permanece com seu papel de fornecer alimentos sem risco à saúde. Essa ampliação dos canais de comercialização dos produtos da colônia é mais uma estratégia social e econômica que as mulheres desenvolveram ao longo dos anos. Souza e Alcântara (2003) afirmam que os produtos orgânicos devem utilizar a comercialização em acordo com as características diferenciadas do produto, em que a qualidade deve ser valorizada e reconhecida.

A preocupação alimentar da sociedade é um tema tendencioso, pois garante especulações diversas a favor de mecanismos de acumulação de capital, ou seja, existem diferentes meios de propagação de produtos

não saudáveis no mercado consumidor que provêm de uma agricultura convencional. A comunidade Chicano assemelha-se a diversos agricultores orgânicos do país que possuem o comprometimento de venda de alimentos benéficos ao bem-estar social.

Caracterização das potencialidades naturais e culturais

A comunidade Chicano conta com duas principais festas culturais. Uma delas é a festa de Nossa Senhora das Neves, que ocorre no mês de agosto, em que acontece o círio e trasladação da padroeira. Nesse período, são feitas algumas atividades sociais, como bingo e desfile das “princesinhas”. A segunda festa é do São Raimundo Nonato, no mês de setembro, em que acontece também a trasladação. Ocorre no mesmo dia a festa denominada “Festa do Pau”, ou recém-renomeada de “Festa do Mastro”, em que as mulheres da colônia retiram um mastro da capoeira para servir de diversão aos brincantes. Somente as mulheres participam desse evento. A comunidade conta ainda com o recém-criado Festival do Açaí, que é organizado pelo presidente da Associação dos Moradores e Agricultores da colônia Chicano, Salomão Mescouto.

Em relação às potencialidades naturais, a colônia Chicano conta com três balneários: Kilegal, Beleza Pura e Show de Bola, que funcionam nos finais de semana, atraindo, principalmente, pessoas das comunidades do município de Santa Bárbara do Pará e da capital, Belém do Pará. No entanto, o balneário Show de bola está em manutenção por tempo indeterminado.

O balneário Kilegal (figura 13) conta com uma área de bar e restaurante, um campo de futebol e estacionamento para veículos. O local funciona nos finais de semana, mas o maior fluxo de turistas é no domingo, quando ocorrem festas regionais com grandes equipamentos sonoros (aparelhagem).

Figura 13 – Balneário Kilegal na Colônia Chicano



Fonte: SETUR, 2017.

O balneário Beleza Pura (figura 14) localiza-se ao lado do balneário Kilegal e apresenta um ambiente mais familiar, com atendimentos individualizados. Este espaço foi criado em 2004 pelo grupo de mulheres que fabricavam remédios caseiros. Atualmente, quem administra é um grupo composto por seis mulheres, que se dividem em dois grupos de três. A cada três meses, três moradoras administram o balneário.

Figura 14 – Balneário Beleza Pura na colônia Chicano



Fonte: SETUR, 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa identificou dois tipos de pluriatividade: a pluriatividade de *base agrária*, em que há uma combinação de atividades agrícolas dentro e fora da unidade familiar de produção; e a pluriatividade *intersetorial*, combinando atividades agrícolas com a indústria, o comércio e o serviço. Dessa maneira, a maioria dos agricultores familiares entrevistados expressou uma identidade pluriativa desde o início da vida devido a fatores exógenos e endógenos no introfamiliar.

Essa flexibilidade no meio agrícola facilitou o engajamento em novas atividades remuneradas tanto os moradores do gênero feminino como do masculino. No entanto, as mulheres da colônia apresentaram

uma postura empoderada e maior inserção nas atividades não agrícolas (artesanato e gastronomia) do que os homens, mesmo esta atividade ainda ser considerada um complemento na renda familiar.

Logo, os objetivos foram alcançados quanto à identificação das atividades de trabalho e aos aspectos socioculturais da comunidade, confirmando a hipótese inicial de que a pluriatividade foi consequência da mudança de pensamento das gerações contemporâneas quanto ao envolvimento em novas ocupações remuneradas, facilitando assim a atuação do TBC.

O trabalho identificou possibilidades do TBC com a pluriatividade quanto à inserção de novas ocupações e organização coletiva em atividades de lazer (balneários), gastronomia (maniçoba orgânica e o restaurante empório Chicano), cultura e experiências (visitas à produção agrícola e a festas tradicionais locais), através da interação social. Em vista disso, o trabalho considera possível trabalhar os dois conceitos na comunidade de interesse, tendo a perspectiva de que essa relação socioeconômica traz benefícios tanto para a população local, como os turistas potenciais. A pesquisa acredita que futuros trabalhos devam ser prosseguidos, a fim de entender o perfil e identidade dos atores rurais nesse novo contexto social, dando visibilidades às políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBONIZIO, M. A. O. (2009). Aproximação teórica das intervenções de design no artesanato com os princípios pedagógicos de Paulo Freire: caminhos para uma prática emancipatória. Dissertação de mestrado. Pós-graduação em Design, Universidade Federal do Paraná.

BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (2009). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

CANDIOTTO, L. Z. P. (2007). Pluriatividade: aspectos históricos e conceituais. *Revista Faz Ciência*, v. 9, n. 10.

CARPENTIER, J. (2011). *Tourisme communautaire, conflits internes et développement local*. Bulletin de l'Institut français d'études andines. Paris, nº 40, v. 2. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/bifea/1503>>. Acesso em: 16 jun 2018.

CORIOLOANO, L. N. M. T. (2009). O turismo comunitário no nordeste brasileiro. *In*: Bartholo, R.; Sansolo, D. G.; Bursztyn, I. (2009). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

DENCKER, A. DE F. M. (2007). *Pesquisa em Turismo: planejamento, métodos e técnicas*. São Paulo: Futura.

GARCIA JR, A. R. (1983). *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (2015). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

IBGE (2017). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santa-barbara-do-para/panorama>>. Acesso em: 09 mai. 2018.

IRVING, M. A. (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária – inovar é possível? *In*: Bartholo, R.; Sansolo, D. G.; Bursztyn, I. (Org.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 108-119.

LUNARDI, R.; SOUZA, M. (2011). Turismo e inovação no meio rural: visões a partir do turismo rural na região dos Campos de cima da Serra. In: Sérgio Schneider e Márcio Gazolla, os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

MACHADO, A. G.; CAUME, D. J. (2008). Multifuncionalidade e pluriatividade como alternativas de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008. Disponível em: <<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/108090/2/17.pdf>>. Acesso em: 09 mai. 2018.

MALDONADO, C. (2009). O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e política. In: BARTHOLO *et al.* (Orgs.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 25-44.

MIELKE, E. J. C.; PEGAS, F. V. (2013). Turismo de Base Comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma Questão de Gestão. Revista Turismo em Análise, v. 24, n. 1.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2002). Alimentos regionais brasileiros. 1ª ed. Brasília: Ministério da Saúde.

MOULIN, C.H.; PLUVINAGE, J.; BOCQUIER, F. (2004). Les relations entre agrandissement des troupeaux et changements de conduite: exemple des élevages d'ovins allaitants en Crau. Disponível em: http://www.journees3r.fr/IMG/pdf/2004_agrandissement_04_Moulin.pdf. Acesso em: 14 jun. 2018.

SAKAMOTO, C. S.; NASCIMENTO, C. A.; MAIA, A. G. (2016). As famílias pluriativas e não agrícolas no rural brasileiro: condicionantes e diferenciais de renda. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v54n3/1806-9479-resr-54-03-00561.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2018.

SETUR (2017). Secretaria de Estado de Turismo do Estado do Pará. Plano de melhoria de produtos turísticos (colônia Chicano) (PA).

SILVA, M. C.; WIZNIEWSKY, J. G. (2011). A produção do artesanato, como estratégia de reprodução na agricultura familiar na comunidade Vila Progresso no município de Caçapava do Sul – RS. Revista Extensão Rural, UFSM, Ano XVIII, nº 21.

OLIVEIRA, R. C. (2000). O trabalho do antropólogo. 2. Ed. Brasília: Paralelo 15, São Paulo: UNESP.

PADILHA, A. C. M.; SOUZA, M.; VASCONCELOS NETO, A. G.; WITTMANN, M. L. (2017). La estrategia de diversificación del sustento y el turismo en el medio rural: El caso del Camino de las Topiarias, Flores y Aromas, Brasil. Estudios y Perspectivas en Turismo 26: 826-844.

SILVA, J. G. (1997). O Novo Rural Brasileiro. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 7, n. 1.

SOUZA, A. P. DE O.; ALCÂNTARA, R. L. C. (2003). Alimentos Orgânicos: Estratégias para o Desenvolvimento do Mercado. *In*: Neves, M. F.; Castro, L. T. (Org.) Marketing e estratégia em agronegócios e alimentos. São Paulo: Atlas, p. 332:347.

SCHNEIDER, S. A. (2009). Pluriatividade na agricultura familiar. 2ª ed. Porto Alegre, Editora da UFRGS.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. (2006). Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural: considerações a partir do Brasil. *In*: NEIMAN, G.; CRAVIOTTI, C. (Org.). *Entre el Campo y la Ciudad - Desafíos y estrategias de la pluriactividad en el agro*. Buenos Aires: Ciccus. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/schneider-s-conterato-marcelo-antonio-transformacoes-agrarias-tipos-de-pluriatividade-e-desenvolvimento-rural-consideracoes-a-partir-do-brasil-in-guillermo-neiman-clara-craviotti-org-entre-el-campo-y-la-ciudad-desafios-y-estrategias-de-la-pluriactividad>. Acesso em: 16 jun. 2018.

TREVISAN, M. L. (2017). Turismo de Base Comunitária como alternativa de inclusão social na Amazônia. 2017. Monografia. (Especialização) – Pós-graduação à distância *Latu Sensu* em Economia Solidária – Universidade Federal do Tocantins, Tocantins.

URANO, D. G.; SIQUEIRA, F. S.; NÓBREGA, W. R. M. (2015). Enfoques teóricos sobre Redes de Turismo Comunitário. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO. Anais..., Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 200-210. Disponível em: <http://www.anptur.org.br/anptur/anais/v.11/DPD1_pdf/90.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2017.

VINUTO, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, 22, (44): 203-220.

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: Análise a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na Comunidade do Caruaru – Mosqueiro - PA

Alex Rubens Pereira da Silva

Marcielle Monteiro de Sousa

Silvia Helena Ribeiro Cruz

INTRODUÇÃO

Com o avanço do aquecimento global desde meados do século XIX, gerando o aumento das catástrofes ambientais e o acúmulo gigantesco de lixo nos oceanos, diversas nações vêm se reunindo e trançando medidas para conter esse aquecimento global no decorrer dos anos, por meio de acordos, tratados, conferências, normas de educação e conscientização ambiental.

As mudanças climáticas trazem consequências graves para o nosso ecossistema, algumas são de longa duração e até mesmo irreversíveis, provocando prejuízos à nossa biodiversidade, modificam e desestruturam o ecossistema do planeta em larga escala, gerando consequências graves para a humanidade como, por exemplo, no abastecimento de água, na produção de bens e serviços, interferindo na produção de alimentos.

Com isso, se faz necessário fazer uma análise sobre o uso da terra e seus efeitos que afetam diretamente nas mudanças climáticas que acabam interferindo no modo de vida da população mundial. A

modificação do meio ambiente sem o devido cuidado pode trazer graves impactos em grande proporção.

A mudança climática representa uma ameaça ao bem-estar humano superior a qualquer outra ameaça ambiental. Isso se deve à irreversibilidade, a escala global das causas e efeitos e a combinação de fatores socioambientais que “atribuem certo grau de incerteza em relação à magnitude e tendência dos impactos”(CORREA & COMIM, 2008, p.03 *apud* Grimm, 2016, p. 90).

De acordo com a ideia dos autores acima, as mudanças climáticas são efeitos que estão intimamente relacionados por combinações de fatores socioambientais que afetam e ameaçam o meio ambiente, amplificando seus impactos negativos e produzindo novos fatores para a intensificação do aquecimento global que influencia diretamente no bem-estar do ser humano.

Segundo Wilson Frances (1997) *apud* Mendes (2015, p. 02), “o efeito estufa é talvez a mais global das várias ameaças à biodiversidade do planeta. Diferente de outras causadas pelo desenvolvimento humano, ele tem potencial para impactar todos os ecossistemas”.

Junto a esse cenário de prejuízos causados ao meio ambiente, o Turismo de Massa é conhecido pelo seu caráter predatório, que vem degradando a natureza e o meio ao longo dos anos. Mesmo com todos os prejuízos causados, ainda assim é a proposta de Turismo mais viável, pelo seu caráter de “baixo custo” para quem compra e, dessa forma, se torna mais atrativo.

O turismo – como sistema – não tem capacidade de prever impactos climáticos, e frente aos eventos extremos que pode influenciar no fluxo turístico, é importante planejar a atividade incluindo as características climáticas para adaptar o sistema ao clima atual. Se o tempo varia em uma região, em decorrência das

mudanças na temperatura ou condições ambientais, a oferta turística também se modifica e tudo indica que isso consistirá em uma consequência socioeconômica ocasionada pelo aquecimento global. Os impactos do clima sobre os destinos turísticos dependem, em grande medida, das atividades de lazer disponibilizadas e o “peso” do clima como fator de motivação do local e a época de visita (GRIMM, 2016, p. 125).

Os efeitos ao ecossistema do planeta podem provocar alterações e redução da biodiversidade; se não pararmos para tomar medidas que venham a diminuir esses problemas causados na biodiversidade para amenizar seus efeitos, é necessário pensar em novas maneiras mais sustentáveis e benéficas para a população mundial.

O Turismo, assim como outras áreas do conhecimento, teve a necessidade de se reinventar, pois com as mudanças sociais e ambientais e os seus impactos, que vieram se consolidando no decorrer da história, precisou-se pensar em respostas para as novas demandas turísticas mais preocupadas com a sustentabilidade, a preservação e a conservação do meio ambiente.

De acordo com Giménez (2007, p.107 *apud* GRIMM, 2016, p. 126) os setores que deverão ser mais afetados são: esqui, sol e praia, golf, turismo rural e os esportes náuticos; os menos afetados o Turismo de Natureza, de congresso e eventos e o Turismo Cultural.

Assim, surge então um novo perfil de turista, com um novo olhar, mais exigente e preocupado com o meio ambiente, querendo conhecer coisas novas e diferentes, buscando lugares menos movimentados e mais preservados. Essas novas modalidades são o Ecoturismo, Turismo Rural, Turismo Comunitário, Turismo de Aventura, Turismo de Experiências e outros.

De acordo com o que Grimm (2016) disse acima, as novas modalidades de Turismo têm um olhar sensível para os lugares turísticos que são visitados, um olhar mais sustentável e diversificado, buscando preservar a oferta de passeios e visitas de acordo com o clima do local, possibilitando um Turismo mais consciente, mais favorável para o meio ambiente, totalmente inverso ao Turismo de Massa.

O Turismo baseado no consumo de “massa” também tem sido tributário nas emissões de gases de efeito estufa (GEE) contribuindo para o aquecimento global, assim como a mudança climática tem impactado o setor. Essa complexa relação exige medidas para a adaptação e mitigação possibilitando formas alternativas da atividade como é o turismo Comunitário, Solidário e Sustentável (TCSS) (GRIMM, 2016, p. 04).

Essas novas modalidades diminuem os impactos causados no meio ambiente, proporcionam a valorização sociocultural do lugar visitado, valorizam a história local e suas práticas, potencializam a superação de fronteiras, conhecendo outras culturas, gerando desenvolvimento e promovendo um Turismo que leve em consideração a sustentabilidade social e ambiental das atividades relacionadas a cada tipo de segmento.

Como afirma Ruschmann (1997), “(...) o planejamento é fundamental para o desenvolvimento turístico equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, evitando assim, que o turismo destrua as bases que o fazem existir” (*apud* GRIMM, 2016, p.10).

Com novos pensamentos, formatos e com uma visão mais ampla das novas modalidades de Turismo, as pessoas estão começando a se interessar pelo assunto, estão buscando conhecer e querem viver essas experiências, principalmente as que visam a sustentabilidade e a inclusão do meio.

Frente ao exposto, as inquietações que motivaram esse estudo estão relacionadas à pesquisa do Turismo Comunitário e Inclusão Social, com base na organização, cooperação e geração de renda pelo Turismo Comunitário na Região Metropolitana de Belém, e como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) e 8 (Trabalho Digno e Crescimento Econômico) estão presentes nessa prática de Turismo na Comunidade Caruaru.

A metodologia utilizada para esse trabalho é a Pesquisa-Ação. De acordo com Thiollent (2011, p. 20), esta é uma pesquisa feita de base empírica que busca a resolução de um problema prático, “no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação e do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”. Desse modo, essa estratégia utiliza-se da teoria para implementar as ações necessárias no ambiente da pesquisa, para não ser mera razão instrumentalista.

Houve levantamento documental em relação ao objeto de estudo, tanto da metodologia utilizada, bem como da área a ser analisada. Após a pesquisa documental, foi feita a pesquisa de campo, em visitas programadas à Comunidade, para observação direta na Comunidade de Caruaru, localizada no Distrito de Mosqueiro, no Município de Belém - PA, seguindo um cronograma de trabalho que estabeleceu duas visitas à comunidade. A primeira visita ocorreu no dia 14 de maio de 2021 e a outra no dia 28 de maio de 2021.

O acesso à comunidade foi por via terrestre, que leva em torno de uma hora distante do centro de Mosqueiro. Em locus, durante o desenvolver da coleta de dados, os pesquisadores foram muito bem recebidos pelos moradores da comunidade. Foi, ainda, utilizada a técnica de aplicação de questionários com perguntas semiestruturadas

e entrevistas fechadas, para coletar informações sobre os sujeitos da pesquisa, assim como entrevistas diretas, a partir de um roteiro, com as lideranças comunitárias.

A observação direta é importante na pesquisa-ação, que parte de dados empíricos. Thiollent (2011) diz que: “É imprescindível que se use observação direta em trabalhos de campo relacionado ao Turismo, que usa, em geral, de experiências e recursos sensoriais (atrelados à visão, audição, paladar, tato ou olfato) para vender ou diferenciar seu produto”. Deste modo, ela foi adotada, a fim de perceber as nuances do produto estudado por esta pesquisa (*apud* MAIA, 2019, p. 05).

A comunidade foi selecionada por meio de um diálogo entre a orientadora e os orientandos. A partir disso, outro fator foi que um dos orientandos reside no Distrito de Mosqueiro. Assim, constituíram-se como sujeitos da pesquisa os moradores da comunidade e as lideranças da referida comunidade, localizada em área da região metropolitana de Belém.

Nesse contexto, adotou-se como Objetivo Geral da pesquisa: Identificar a inserção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com base na organização social, cooperação e geração de renda pelo Turismo de Base Comunitária.

Os Objetivos Específicos partiram da ideia de: Investigar as possibilidades dos roteiros criados enquanto estratégia de sustentabilidade para a comunidade; Contribuir para a definição de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento de um modelo de turismo inclusivo e sustentável; Averiguar a organização e inclusão social dos sujeitos no Turismo Comunitário, visando a autonomia de gestão e planejamento; e Verificar quais os desafios ambientais, políticos e econômicos existentes na comunidade, relacionando-os com os

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

A estrutura do trabalho é apresentada em seis partes. Na Introdução, apresentam-se a pesquisa e a metodologia de trabalho a serem utilizadas, buscando respostas aos problemas que foram levantados acerca da falta de implementação dos objetivos do desenvolvimento sustentável e inclusão social em comunidades, assim como o objetivo. Trata-se de uma metodologia de base empírica que busca a resolução de um problema prático. O levantamento de dados se dará pela coleta de cunho documental, bibliográfica e entrevistas junto à comunidade local e lideranças comunitárias. A análise da pesquisa deu-se pela observação direta na comunidade de Caruaru.

Por fim, serão apresentados os resultados e contribuições da pesquisa para a comunidade local, bem como para o desenvolvimento da pesquisa, buscando responder às questões levantadas durante o processo de levantamento de dados, além da produção de um roteiro específico direcionado para a comunidade de Caruaru, mostrando sua cultura, tradições e entretenimento para que os turistas possam fazer a visitação na comunidade.

Nas conclusões, há o aporte geral de tudo que foi feito na trajetória da pesquisa, assim como sugestões e recomendações para futuras pesquisas, além de contribuir para o Turismo de Base Comunitária na região, na academia e na comunidade.

METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia para estudo proposto foi desenvolvida por meio da pesquisa-ação, numa abordagem qualitativa, com o objetivo de identificar a inserção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com base na organização social, cooperação e geração de renda

pelo Turismo de Base Comunitária.

A metodologia de pesquisa tem como enfoque fazer uma continuação do projeto de pesquisa intitulado “Turismo Comunitário, Inclusão Social e Redes na Região Metropolitana de Belém (RMB)” dos professores Silvia Helena Ribeiro Cruz e Paulo Moreira Pinto, da Faculdade de Turismo da Universidade Federal do Pará, que tem como método utilizado a pesquisa-ação, objetivando analisar as estratégias de sustentabilidade da rede de turismo comunitário na região Metropolitana de Belém, com base na organização e inclusão social, cooperação e geração de renda pelo Turismo Comunitário, tendo como perspectiva verificar os principais indicadores resultantes desta iniciativa para o desenvolvimento do turismo na Região Metropolitana de Belém (RMB), e suas contribuições para o avanço das políticas públicas de cooperação em rede focadas no desenvolvimento do Turismo nestas cidades.

A pesquisa foi realizada especificamente na Comunidade do Caruaru, que fica localizada no Distrito de Mosqueiro, Município de Belém - PA, na Região Metropolitana de Belém. A comunidade fica localizada a 35 minutos de barco a motor, saindo da Vila de Mosqueiro. Existe também um ramal com aproximadamente 10 km com acesso pela PA 391 que também leva a ela. A comunidade do Caruaru é caracterizada como uma população de base rural e é formada por aproximadamente 500 famílias. É cercada por mata fechada, onde é possível encontrar belos exemplares da flora e da fauna regional, e cercada pelo rio Caruaru.

De acordo com Dionne (2007, p. 11 e 12), a pesquisa-ação visa o desenvolvimento local ou regional e é vista como instrumento de intervenção na realidade da comunidade. Ela não é colocada de forma imposta à comunidade, mas sim como uma forma de propiciar ou promover novas possibilidades de mudança com base em atitudes de abertura e de valores democráticos.

“A pesquisa-ação é, principalmente, um processo de intervenção coletivo assumido por participantes práticos (praticiens), com vistas a realizar uma mudança social com a implicação dos atores em situação” (DIONNE, 2007, p.24).

A pesquisa-ação é organizada em torno de uma ação planejada, com intervenções que buscam mudanças dentro da realidade investigada.

“Uma vez que as metodologias participativas de pesquisa vêm ganhando reconhecimento progressivo através da pesquisa-ação, se trata de um processo que permite a colaboração dos atores envolvidos (participantes e pesquisadores), em todas as etapas da investigação, favorecendo o desenvolvimento de ações bem-sucedidas” (TOLEDO, GIATTI, & JACOBI, 2014, p. 10).

Portanto, a metodologia de pesquisa se baseia na necessidade de buscarem estratégias para solucionar problemas, podendo assim ser denominada como uma pesquisa recíproca, em que se tem mais atenção e respeito na relação entre pesquisador e o pesquisado. Sendo assim, a pesquisa antecede a intervenção, como uma forma de preparo e estudo do caso, para melhor ser planejada a ação.

Nesse caso, se percebe uma forma de retorno e reciprocidade do pesquisador com o pesquisado. Com isso, Dionne (2007) diz: “Existe o compartilhamento do conhecimento com os demais participantes do processo e garantem aos seus participantes-atores a manifestação de suas expectativas e uma total liberdade de expressão” (DIONNE, 2007, p. 12).

A pesquisa-ação está atrelada ao desenvolvimento local, principalmente em comunidades onde se percebe a necessidade de um planejamento que vise enquadrar a execução de diversas ações econômicas, sociais, educacionais, ambientais e culturais, para que, dessa forma seja possível promover uma dinâmica social mais estável.

No Brasil, o desenvolvimento local é praticado nas favelas, bairros, subúrbios, cidades, microrregiões como iniciativa localizada, ou, de modo mais abrangente, como política pública que envolve associações, cooperativas, empresas, sindicatos, municípios, escolas, universidades, ONG, e etc. Trata-se de identificar objetivo de desenvolvimento, conseguir recursos, possibilitar mobilizações, promover a sustentabilidade econômica, social e ambiental (DIONNE, 2007, p.16 e 15).

O autor explica, acima, que há diversos lugares para se trabalhar o desenvolvimento local, mas que não se faz desenvolvimento sem mobilização e parcerias, por isso é necessário buscar fortalecer esse trabalho em grupo com diversos parceiros para que o compromisso com a localidade seja alcançado. Ele cita ainda que além das parcerias, se faz necessário conseguir recursos para promover a sustentabilidade local, pois não existe desenvolvimento imparcial ou neutro. A união das pessoas em torno de objetivos comuns é o que faz o desenvolvimento local. “Não existe desenvolvimento neutro. Cada iniciativa de desenvolvimento pressupõe uma intencionalidade social, política, econômica e cultural” (DIONNE, 2007, p. 20).

O estudo da pesquisa-ação vem para beneficiar as pessoas que vivem em situações desfavorecidas em níveis sociais e econômicos, buscando o equilíbrio entre a teoria e a prática, principalmente em locais onde a classe social das pessoas é debatida no dia a dia, onde a pesquisa-ação se torna uma intervenção prática e de investigação.

De acordo com Dionne (2007, p. 20): “A pesquisa-ação é um instrumento prático de intervenção, antes de ser uma forma de investigação”, tendo dimensões reflexivas, como apresentado a seguir:

Como poderíamos supor, a pesquisa-ação não se reduz a uma simples metodologia de pesquisa ponto implicada em tantas

dimensões reflexivas de ativas, pessoais e coletivas, singulares e objetivas, ela não se restringe a uma única linha metodológica. Além de nos confrontar com nossos marcos epistemológico de objetividade, a placa da pesquisa-ação nos confronta com suas próprias finalidades nome com as possibilidades endógenas de desenvolvimento. Ela é, ao mesmo tempo, ferramenta de mudança e de forma ação (DIONNE, 2007, p. 21).

O estudo e a prática da pesquisa-ação são usados pelos pesquisadores como objeto de estudo e prática, colocando como objetivo inicial da pesquisa a ação, que é mudar uma situação, levando em consideração a experiência de quem vive a realidade, dando assim uma maior consistência aos dados coletados e aos resultados da pesquisa.

A pesquisa-ação é um processo em que os pesquisadores e os atores, conjuntamente, investigam sistematicamente os dados e fazem perguntas com o intuito de solucionar um problema imediato vivido pelos atores e de enriquecer o saber cognitivo, o saber-fazer e o saber-ser dentro de um quadro ético mutuamente aceito (DIONNE, 2007, p. 44 e 45).

A escolha pela utilização da metodologia utilizando a pesquisa-ação se dá pelo envolvimento mais direto entre os atores da pesquisa e os interventores, buscando soluções que possibilitem a aplicação de possíveis soluções encontradas no percurso, assim como uma continuidade no processo do estudo.

Com o intuito de averiguar melhor os dados, utilizamos a pesquisa-ação para um melhor aperfeiçoamento da pesquisa, e vimos que o uso de questionários ajuda na coleta de dados, fazendo com que a pesquisa seja alcançada de forma significativa para que sejam solucionados possíveis problemas que venham a ocorrer, além de vivenciar de perto a realidade das pessoas entrevistadas.

REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT, 1991), a atividade turística é definida como uma atividade desenvolvida por pessoas ao longo de viagens e estadias em locais situados fora do seu enquadramento habitual, por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, para fins recreativos, de negócios, ou outros. Sendo assim, o Turismo pode ser denominado como um fenômeno complexo e abrangente que envolve não só viagens, mas toda uma cadeia de bens e serviços, se tornando responsável pelo movimento de mais de cinquenta segmentos da economia e é um dos principais geradores de divisas para os países (MAIA, 2019, p. 06).

Na segunda metade do século XX, surge a Revolução Técnico-científica. Com uma grande inserção da enorme quantidade de tecnologia e informação, a mão de obra nas indústrias é trocada por máquinas; assim sendo, percebe-se um empobrecimento nas relações humanas, pois deixamos de conviver e com o avanço da tecnologia as pessoas deixam de se comunicar e passam a se isolar em suas casas, deixando de lado a sociabilidade com o espaço e com as pessoas.

As relações humanas estão sendo perdidas, ficando limitadas muito mais ao meio digital do que ao meio real, e é nisso que esse novo Turismo vai se sustentar: na preservação de grupos de pessoas que ainda não foram tão impactadas pelas novas tecnologias, sendo aquelas que ainda preservam no seu dia-a-dia as riquezas culturais e patrimoniais da sociedade, por meio de costumes e hábitos.

É nesse contexto que surge o Turismo nas comunidades, que preservam até os dias atuais os mesmos elementos fundadores da cultura local. Essas comunidades perpassaram no decorrer de anos, conseguindo preservar modelos mais antigos de vida, formando assim uma sociedade mais humana, mais recíproca e mais preocupada com o meio e, principalmente, com as pessoas que a compõem.

Turismo de Base Comunitária (TBC) é um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos dos recursos da Unidade de Conservação (ICMBio, 2018, p. 10).

Para o Ministério do Turismo, o Turismo de Base Comunitária “busca a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação por parte destas, dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística” (MTUR, 2008).

“O Turismo de Base Comunitária (TBC) é uma prática de Turismo que posiciona o morador da localidade turística no protagonismo do fenômeno. Além da mudança no modo de planejamento, o Turismo Comunitário tem adotado as chamadas Redes de Colaboração que é a estratégia que visa fortalecer estes empreendimentos geridos por comunitários” (URANO, 2016 *apud* MAIA, 2019, p. 04).

Muito se tem falado sobre a atuação do morador local das comunidades como sendo o protagonista no bem receber, já que ele é o principal responsável por apresentar a comunidade ao turista; por isso, se faz necessário fortalecer as comunidades que tomam a frente de seus

empreendimentos, pois trará benefícios para a própria comunidade e para todos os seus moradores, pois só eles sabem, de fato, a sua cultura e a sua história.

Turismo de Base Comunitária é um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos dos recursos da Unidade de Conservação (ICMBIO, 2018).

O Turismo de Base Comunitária, de acordo com Mielke e Pegas (2013) *apud* Maia (2019, p. 07) apresenta-se para além de uma segmentação de fato, como uma metodologia de planejamento. Isto se deve ao seu caráter participativo, que requer a cooperação e união das comunidades envolvidas no decorrer do seu desenvolvimento.

“O Turismo de Base Comunitária tem se configurado para muitos como uma forma de gestão de Turismo, porém mais que uma “modalidade”, ele também vem sendo designado como um “modelo” de desenvolvimento do Turismo” (MTUR, 2008).

É importante ressaltar também que o TBC não deve ser considerado uma prática homogênea, reconhecendo que cada comunidade e iniciativa tem sua história, suas características territoriais e sociais específicas. Neste sentido, Ferreira (2014) *apud* Maia (2019) afirma:

“Não é possível tratar o Turismo de Base Comunitária como um fenômeno homogêneo, devido à enorme diversidade de formas em que se estrutura, na tentativa de aproveitar os recursos locais e resolver problemas sociais específicos. No entanto, o que se mostra patente é a amplitude e a multiplicidade das ações que se classificam nesta categoria em diversos locais em todo o mundo” (p. 364).

O Turismo de Base Comunitária não é um segmento, é um modo de fazer Turismo, em que os moradores das comunidades são os protagonistas desde a implementação até a execução das atividades, levando em consideração a sustentabilidade e o ambiente das comunidades.

Assim, surge a necessidade da tomada de consciência, questionando e impondo limites aos modelos empresariais essencialmente capitalistas. Quanto ao crescimento econômico, esse já não se trata apenas de virtude, mas também causa de profunda inquietação e incertezas, remetendo a uma transformação dos ideais “socioeconômicos em ideais socioambientais, norteados pelo paradigma da sustentabilidade, em substituição ao paradigma de crescimento econômico como solução de todos os problemas” (SAMPAIO, 2010, p.5 *apud* GRIMM, 2016 p. 45), especialmente nas comunidades cuja sobrevivência depende, em grande parte, dos recursos naturais.

Como resposta a essa situação, surgem novas alternativas ecologicamente mais benéficas em relação ao modelo de Turismo de Massa. Destaca-se o Turismo de Base Comunitária, que de acordo com Vasconcelos e Coriolano (2008, p. 271), faz contraposição ao turismo global ou de massa:

Como o turismo globalizado, voltado para os megaempreendimentos, chegou aos países ditos em desenvolvimento, mas não ofereceu oportunidades e vantagens às comunidades receptoras por não incluí-las em seus projetos, muitas comunidades, especialmente no Nordeste e Norte do Brasil, inventaram uma forma diferente de organizar a atividade – o turismo comunitário. Programaram outro tipo de turismo de base local, que busca a sustentabilidade socioambiental, prioriza os valores humanos e culturais, e descobre formas inteligentes de participação na cadeia produtiva do turismo, com produtos

diferenciados, e com uma nova visão do lugar e de turismo; um turismo que não é só do consumo, mas de troca de experiências, de laços de amizade e de valorização cultural (*apud* ISABEL JUREMA GRIMM, 2016, p. 53).

Existem duas vertentes em relação aos tipos de Turismo que estamos refletindo: o Turismo de Massa, o que é voltado para um grande número de pessoas, pacotes mais em conta, grande fluxo de pessoas, mas que tem uma maior degradação ambiental, e não há esse cuidado com o meio ambiente; e o Turismo de Base Local, que é feito em comunidades que já têm uma preocupação com o meio ambiente, voltado para a sustentabilidade desses locais, prioriza a cultura local, totalmente inverso ao Turismo de massa e é diferenciado, mais organizado e planejado para que as comunidades não sofram grandes alterações.

A partir desses contextos, surgem a diferença entre o Turismo Comunitário e o Turismo de Base Comunitária; os dois são voltados para uma comunidade. O primeiro é administrado pelos próprios moradores, sendo eles os protagonistas, fazem o controle produtivo das atividades desenvolvidas, fazem seu próprio planejamento e seu lucro é voltado para a comunidade em geral, todos são beneficiados. Os comunitários recebem os viajantes em suas casas e organizam atividades para mostrar o dia-a-dia e a cultura dos moradores. Já o segundo é gerido pelos moradores, mas não é administrado e planejado por eles, outras pessoas que levam os turistas para conhecer a comunidade. Em suma, são feitos por ong's ou agências de Turismo, deixando a comunidade para segundo plano.

O Turismo Comunitário é uma modalidade de Turismo que é desenvolvida pelos próprios moradores de um lugar, passando a articular atividades, operações e empreendimentos em uma comunidade

que recebe visitantes de vários níveis. É desenvolvido dentro das comunidades, dentro da visão do desenvolvimento sustentável, pensa na preservação da comunidade, entende a sua importância, mas por conta da sua gestão não ser a própria comunidade, acaba deixando-a em segundo plano e esta passa a ocupar somente a ideia do atrativo turístico. Segundo Coriolano (2009, p.283):

No Turismo Comunitário os residentes possuem o controle produtivo da atividade desde o planejamento até o desenvolvimento e gestão dos arranjos produtivos. Assim, conseguem melhorar suas economias, as oportunidades para o lugar, e se preocupam com o envolvimento participativo, não de forma individualista; daí o avanço para as gestões integradas dos arranjos produtivos que passam a ser comunitários, e facilitam os enfrentamentos (*apud* AGUIAR;CRUZ;SIMÕES, 2019, p. 04).

Tudo que é feito na comunidade é em prol da própria comunidade, a participação deles nesse processo ajuda no desenvolvimento da localidade, eles conseguem tirar da própria comunidade seu sustento, não precisando sair do seu lugar para buscar oportunidades fora. Nesse sentido, surgem várias discussões sobre o tema proposto pelo Ministério do Turismo (MTur), como no caso dos autores Urano *et al.* (2015), que entendem o Turismo Comunitário como:

[..] o Turismo Comunitário propõe-se a ser um modelo de organização da atividade turística que coloca a comunidade como centro do processo de planejamento e organização do turismo. Nele, a população local é proprietária e gestora dos equipamentos turísticos, participando efetivamente das decisões sobre o desenvolvimento da atividade na comunidade (*apud* AGUIAR;CRUZ;SIMÕES, 2019, p. 03).

Em sintonia, Coriolano (2009, p. 282) afirma que:

o Turismo Comunitário é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. Nele o turista é levado a interagir com o lugar e com as famílias residentes, seja de pescadores, ribeirinhos, pantaneiros ou de índios.

Carvalho (2007, p. 05) afirma que “o Turismo Comunitário destaca-se pela mobilização da comunidade na luta por seus direitos contra grandes empreendedores da indústria do turismo de massa que pretendem ocupar seu território ameaçando a qualidade de vida e as tradições da população local”.

Já o Turismo de Base Comunitária são os produtos e serviços ofertados por uma comunidade local, caracterizando-se como um segmento do Turismo que se apropria de outros segmentos, como o turismo étnico/indígena ou ecoturismo, por serem convenientes ao controle da comunidade. O Turismo de Base Comunitária é uma alternativa ao modelo de turismo convencional que atende às necessidades de conservação dos modos de vida tradicionais e da biodiversidade de pequenas comunidades, além de estimular o desenvolvimento econômico local.

O Turismo de Base Comunitária é um processo complexo, como designa Carpentier (2011) que envolve a autenticidade cultural através de seus princípios, premissas, objetivos e componentes para servir como um mecanismo de luta e resistência ante um processo de desenvolvimento globalizado. Por isso, é importante a autonomia dos membros da comunidade através de um protagonismo de ações e estratégias coletivas, pois como defende Irving (2009): “o desenvolvimento do turismo comunitário (ou de base comunitária) só

poderá ocorrer se os protagonistas dos destinos forem sujeitos e não objetos do processo” (*apud* AGUIAR; CRUZ; SIMÕES, 2019, p. 04).

Nessa perspectiva, o Turismo de Base Comunitária está mais associado ao desenvolvimento sustentável das comunidades, pois busca a autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, fazendo um Turismo mais voltado para a preservação das próprias comunidades, da sua cultura, mobiliza recursos próprios e valoriza o patrimônio comum com finalidade de gerar ocupação e meios de vida para seus membros e seus visitantes, que são orientados a respeitar esse modo de vida.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Com as diversas catástrofes ocorrendo no mundo todo, como o aquecimento global, que tem gerado diversas discussões acerca do desenvolvimento sustentável que vem a melhorar o meio ambiente e a vida da população mundial, precisamos ter consciência que o meio ambiente precisa de ajuda e se não buscarmos maneiras de melhorar, a sociedade poderá sofrer os danos.

Pensando nessa temática, a Organização das Nações Unidas estudou as mudanças climáticas que vêm ocorrendo no mundo todo e buscou maneiras que possam melhorar a situação mundial e passando a falar em Desenvolvimento Sustentável e formas de conscientização da população acerca dos recursos naturais e desenvolvimento econômico.

Barbosa (2008) relata que o termo “Desenvolvimento Sustentável” surgiu por meio de estudos direcionados pela Organização das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, como resposta para a humanidade perante a crise social e ambiental que estavam presente na segunda metade do século XX (*apud* CARVALHO, 2019, p. 782 e 783).

Desde 2015, surgiram muitas discussões nacionais e internacionais que têm girado em torno dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs). Em setembro de 2015, percebendo que os indicadores econômicos, sociais e ambientais dos últimos anos eram pessimistas quanto ao futuro das próximas gerações, a Organização das Nações Unidas (ONU) propôs que os seus 193 países membros assinassem a Agenda 2030, um plano global composto por 17 objetivos (ODSs) e 169 metas para que esses países alcancem o desenvolvimento sustentável em todos os âmbitos até 2030. “Buscam assegurar os direitos humanos, acabar com a pobreza, lutar contra a desigualdade e a injustiça, alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas, bem como enfrentar os maiores desafios de nossos tempos” (AQUINO, 2020, p. 02).

Os objetivos do desenvolvimento sustentável vieram para amenizar as desigualdades sociais entre a classe alta e a classe baixa, principalmente para pessoas menos favorecidas, assegurando os direitos humanos a essas pessoas. Essas metas estabelecidas têm o intuito de acabar com diversas desigualdades. O território brasileiro faz parte dessa Agenda e é visível à grande desigualdade existente aqui, e precisam buscar formas de alcançar esses objetivos para o bem comum da população.

“O Brasil está entre os 193 países que aderiram à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O território brasileiro possui o total de 5.570 municípios, que são unidades federativas dotadas de autonomia administrativa, política e econômica” (AQUINO, 2020, p. 02).

O conceito de desenvolvimento sustentável, segundo Barbosa (2008), veio ser firmado na Agenda 21, documento desenvolvido na

Conferência “Rio 92” e incorporado em outras agendas mundiais de desenvolvimento e de direitos humanos. Esta, por sua vez, evidencia que os países desenvolvidos são responsáveis pela crise ambiental mundial, mas também convida a todas as nações a participarem de forma conjunta e igualitária de um mutirão comum, co-responsabilizando a todos em esfera política e social (CARVALHO, 2019, p. 783).

O desenvolvimento sustentável citado pelos autores deve ser visto de maneira mais abrangente pelas organizações mundiais e direitos humanos, para que estes tomem ciência da crise ambiental no mundo para assim organizarem mutirões abordando temas ligados à sustentabilidade, mostrando para a população que todos são responsáveis pelo desenvolvimento sustentável do planeta.

Tal agenda 21, como relata Brasil (2000), busca abordar temas como a agricultura sustentável, cidades sustentáveis, infraestrutura e integração regional, gestão dos recursos naturais, redução das desigualdades sociais e a ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável. De forma global, Ramos (2008) enfatiza que todos os povos da Terra devem se sentir responsáveis pelo futuro sustentável do nosso planeta (CARVALHO, 2019, p. 783)

Stoffel (2015), ainda defende que o conceito de Desenvolvimento Sustentável tornou-se um tipo de paradigma para a sociedade contemporânea e que se difundiu para todos os âmbitos sociais. Com isso, o que se preocupa é a questão que os diversos segmentos da sociedade estabelecem em relação ao crescimento econômico e a preservação dos recursos naturais e a equidade social com o ambiente institucional. Com isso, o desenvolvimento sustentável deve ser além de um discurso para as próximas gerações, mas que seja uma tarefa para ser executada no presente (ARRUDA, 2008 apud CARVALHO, 2019, p. 784).

Deste modo, fica em evidência que os objetivos que derivam do conceito de desenvolvimento sustentável, segundo a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (2012), estão relacionados ao processo de crescimento de cidades e conservação dos recursos naturais incorporados às atividades produtivas.

O Turismo é um dos grandes segmentos econômicos do mundo, que gera empregos e faz o intercâmbio entre diferentes culturas e estilos de vida. Independente do local visitado, é importante que, em cada um deles, a responsabilidade e o bom senso andem de mãos dadas. Quando falamos em viagem sustentável, não significa apenas fazer um turismo ecológico e cheio de trilhas. É muito além disso. Trata-se de uma viagem que valoriza a cultura local e a natureza. Dessa forma, é possível desfrutar com consciência as melhores paisagens, peculiaridades locais e as belezas naturais. Antes de saber como agir em cada uma dessas viagens, entenda a diferença entre turismo de aventura, ecoturismo e turismo sustentável (LEÃO, 2012, p. 05).

O autor acima cita a importância do Turismo para a economia mundial, estabelecendo relações sociais entre diversas etnias e culturas e fazer turismo de forma sustentável vai muito além de turismo feito na natureza, vai além disso, é vivenciar de perto a sustentabilidade. Para se fazer turismo de forma sustentável, é necessário levar em conta questões como recursos econômicos, sociais e estéticos para poder manter a sustentabilidade da cultura e da biodiversidade do lugar visitado.

O turismo Sustentável trata-se de um conceito que engloba todos os tipos de Turismo. Segundo a Organização Mundial do Turismo e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, os princípios do Turismo Sustentável “são aplicáveis

e devem servir de premissa para todos os tipos de turismo em quaisquer destinos”. Dessa forma, a viagem sustentável leva em conta questões como a gestão dos recursos econômicos, sociais e estéticos, e mantém a diversidade biológica e particularidades culturais. O Turismo é um dos grandes segmentos econômicos do mundo, que gera empregos e faz o intercâmbio entre diferentes culturas e estilos de vida. Independente do local visitado, é importante que, em cada um deles, a responsabilidade e o bom senso andem de mãos dadas (LEÃO, 2012, p. 06 e 07).

Cada objetivo e suas respectivas metas, abordam aspectos diferentes que convergem pelo fato de serem essenciais para a viabilidade de uma sociedade sustentável. Todos os países membros da ONU assinaram a agenda 2030 e agora têm que arcar com o compromisso de alcançar as metas dos 17 objetivos.

Carvalho (2019, p. 784 e 785) diz que, de acordo com a UNRIC (Centro Regional de Informação das Nações Unidas) (2017), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são 17, sendo eles: 1) Erradicar a pobreza; 2) Erradicar a fome; 3) Saúde de qualidade; 4) Educação de qualidade; 5) Igualdade de gênero; 6) Água potável e saneamento; 7) Energias renováveis e acessíveis; 8) Trabalho digno e crescimento econômico; 9) Indústria, inovação e infraestruturas; 10) Reduzir as desigualdades; 11) Cidades e comunidades sustentáveis; 12) Produção e consumo sustentáveis; 13) Ação climática; 14) Proteger a vida marinha; 15) Proteger a vida terrestre; 16) Paz, justiça e instituições eficazes; e 17) Parcerias para a implantação dos objetivos, como mostra na Figura 1 abaixo.

Figura 1 – 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Plan Internacional (2017).

Esses objetivos tratam-se da Agenda 2030, fruto do trabalho em conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo, com intuito de construir um modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar, bem como proteger o meio ambiente e combater as alterações climáticas (UNRIC, 2019 *apud* CARVALHO, 2019, p. 785).

Os objetivos que o Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável trazem são: 1) Erradicar a pobreza; 2) Erradicar a fome; 3) Saúde de qualidade; 5) Igualdade de gênero; 9) Indústria, inovação e infraestruturas; 14) Proteger a vida marinha; e 17) Parcerias para a implantação dos objetivos (CARVALHO, 2019, p. 785).

Na questão social, o desenvolvimento sustentável é caracterizado na necessidade de se manter um patamar de homogeneidade

social, com uma distribuição justa de renda, geração de empregos, como também uma melhor qualidade de vida e igualdade no acesso de recursos e de serviços. Visto desse modo, o desenvolvimento sustentável pode ser considerado como um projeto que visa erradicar qualquer vestígio de pobreza, satisfazer as necessidades básicas, melhorar a qualidade de vida dos indivíduos e promover a conservação ambiental. O mesmo, também pode ser constituído num projeto social e político que estabelece um ordenamento ecológico e a descentralização territorial da produção, como também a diversificação dos tipos de desenvolvimento e dos modos de vida das populações que habitam o planeta (MENEGUZZO, 2009 *apud* CARVALHO, 2019, p. 786).

Nesse sentido, para esta pesquisa, serão analisados dois objetivos que estão relacionados à pesquisa na Comunidade do Caruaru: Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (2 - Fome zero e agricultura sustentável); e o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (8 - Trabalho Digno e Crescimento Econômico).

OBJETIVO 2 - FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 do Desenvolvimento Sustentável tem como foco acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável, e sua principal meta é desenvolver programas e políticas que possam dobrar a produtividade dos pequenos agricultores, incluindo mulheres e povos indígenas, de modo a aumentar a renda de suas famílias.

Esse objetivo foi escolhido porque vimos que a comunidade do Caruaru trabalha e sobrevive basicamente da agricultura. Temos o intuito de analisar nesse objetivo se a comunidade exerce a agricultura

sustentável no seu dia a dia. Vimos ainda que muitas comunidades da região amazônica, por dependerem, em grande parte, da agricultura, passam grandes necessidades, pois a venda desses produtos não é suficiente para a subsistência de uma família, sendo necessário ter uma outra renda.

Assim, em muitas pequenas e médias cidades amazônicas, é notória a diminuição da dinâmica econômica, a reprodução dos padrões de pobreza e problemas sociais, sobretudo os conflitos fundiários, com amplo grau de degradação ambiental. São as marcas das políticas públicas que modificaram a realidade socioambiental da região. O artesão, o pescador, o agricultor, o caboclo estão de fora da lógica ou da dinâmica do planejamento econômico destinado à região (GONÇALVES, 2001; BENCHIMOL, 1995 *apud* FERNANDES; SOUZA, 2011, p. 86).

Fernandes e Souza (2011, p. 86 e 87) dizem que a sustentabilidade como tema central é de fundamental importância no papel socioeconômico e cultural da comunidade local, pois representa um conjunto de ações necessárias para o planejamento e gestão participativa. Logo, percebe-se que a sustentabilidade local exige uma visão a longo prazo da atividade econômica e das necessidades locais, pois são muito frequentes os empreendimentos não sustentáveis que ignoram não só o meio ambiente, mas principalmente a cultura tradicional das comunidades.

OBJETIVO 8 – TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Já o Objetivo 8 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável tem como foco principal promover o crescimento econômico

sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, trabalho decente para todos e como principal meta apoiar o empreendedor com criatividade e inovação, incentivando a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio de acesso a serviços financeiros.

Escolhemos esse objetivo, pois entendemos que as comunidades também precisam que as pessoas trabalhem com dignidade e que o fruto do seu trabalho tenha um crescimento econômico voltado para a própria comunidade, onde as pessoas que moram nelas não precisem sair de suas casas em busca de trabalho para manter a si e as suas famílias. É importante promover esse crescimento econômico dentro da comunidade para que a localidade se autossustente.

Vimos na Comunidade do Caruaru que a maioria dos moradores precisa ir a outros lugares, como no centro de Mosqueiro, para vender seus produtos, ou até mesmo à capital, pois na própria comunidade a venda não garante retorno financeiro para quem vende. Vimos ainda que muitos de seus moradores vão em busca de emprego fora da comunidade. Buscamos analisar se apesar dessa saída da comunidade, a busca pelo crescimento econômico é viável e sustentável para esses moradores que precisam se locomover.

IMPACTOS DA COVID-19 NA CONSTRUÇÃO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Sabemos que cada objetivo do Desenvolvimento Sustentável possui uma meta a ser alcançada, porém, não esperávamos que uma pandemia pudesse atrapalhar na construção dessas metas que impactou diretamente no progresso delas. A pandemia de COVID-19 impactou

diretamente o mundo todo, afetando negativamente na vida das pessoas. Muitas pessoas perderam seus empregos, começaram a passar fome, perderam pessoas próximas, e tudo isso contribui diretamente nos ODS, porque com o surgimento da pandemia, as metas dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável passaram a andar em passos lentos. Com tudo isso, constata-se que a COVID-19 tornou-se rapidamente a pior crise humana e econômica dos dias atuais.

Segundo o Relatório dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, elaborado pelo Departamento Econômico e Social da ONU (2020), as interrupções nos serviços de saúde, de modo geral, podem reverter décadas de avanços no acesso e na qualidade da saúde da população mundial. Isso porque o nível de preparo contra surtos epidêmicos e emergenciais irá retroceder, com menores índices de imunização e falta de equipamentos médicos e leitos (HILAB, 2021, p. 03).

De acordo com o Relatório dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável feito pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (2020), o mundo está progredindo de forma irregular e insuficiente em áreas como a melhora da saúde materna e infantil, aumento da representação das mulheres no governo e expansão do acesso à eletricidade. A má notícia é que também houve aumento da insegurança alimentar, das persistentes e generalizadas desigualdades e da deterioração do meio ambiente rural.

Desta forma, a COVID-19 também afetou diretamente em cada objetivo. No objetivo 2, a Covid-19 afetou mais de 250 milhões de pessoas, causando uma crise alimentar sem precedentes em países da África e do Oriente Médio, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2020). A crise afetou a disponibilidade de alimentos, bem como o funcionamento das cadeias de abastecimento ou dinâmicas comerciais (SANTOS, 2020, p. 02).

“Já no Objetivo 8, o impacto é especialmente notável neste objetivo com efeitos piores do que na crise de 2008. Não haverá criação de empregos de qualidade, estáveis e produtivos em mercados de trabalho menos equitativos e justos” (SANTOS, 2020, p. 04).

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO – COMUNIDADE CARUARU/DISTRITO DE MOSQUEIRO/ MUNICÍPIO DE BELÉM

MUNICÍPIO DE BELÉM

Belém, capital do estado de Pará, está localizada na confluência do Rio Guamá com a Baía do Guajará. E sua posição foi estrategicamente escolhida com objetivos militares em meados do século XVII, favorecendo suas atividades portuárias e servindo como entreposto comercial para concentração de fluxos econômicos de uma rede urbana com as outras cidades e vilarejos ao longo da bacia fluvial do Amazonas.

É uma cidade portuária e é a porta de entrada para a região do Baixo Amazonas do Brasil. Conta com uma população de aproximadamente 2,08 milhões segundo o IBGE (2012). Belém possui uma área de 1 059,458 km² a uma altitude de dez metros a nível médio do mar, sendo a décima terceira maior capital brasileira em área territorial, que se divide em duas partes: área Continental, com 176,5658 km²; e área Insular, com 329,9361 km². É composta de quarenta e duas ilhas (que formam 65% de todo o território) situadas na Baía do Guajará (Paraná-Guaçu), Baía do Marajó e no Rio Guamá com destaque para: Mosqueiro (211 792,340 km²) - a mais extensa destas; Caratateua (31 449,082 km²); Cotijuba (15 807,107 km²); e Combu (14 936,018 km²).

Belém limita-se com os municípios de Ananindeua, Marituba, Santa Bárbara do Pará e Barcarena, além das baías do Marajó e Guajará. De acordo com a divisão regional vigente desde 2017, instituída pelo IBGE, o município pertence às Regiões Geográficas Intermediária e Imediata de Belém. Até então, com a vigência das divisões em microrregiões e mesorregiões, fazia parte da microrregião de Belém, que por sua vez estava incluída na mesorregião Metropolitana de Belém.

A ilha do Mosqueiro é um distrito administrativo do município de Belém. Mosqueiro é uma ilha fluvial localizada na costa oriental do rio Pará, circundada ao norte pela baía do Sol, ao leste pelo furo das Marinhas, no braço sul do rio Amazonas, em frente à baía do Guajará. Possui uma área de aproximadamente 212 km² e está localizada a 70 km de distância do centro da capital Belém e tem uma população de aproximadamente 30.000 habitantes (IBGE, 2010). A melhor maneira de visitar a ilha é ir de carro. Possui 17 km de praias de água doce com movimento de maré.

O nome Mosqueiro é originário da antiga prática do moqueio do peixe pelos indígenas tupinambás que habitavam a ilha. É o balneário mais frequentado do Pará, com estimativa de quase 300.000 veranistas em cada fim de semana de julho (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 2014).

A ponte Sebastião R. de Oliveira é a principal via de acesso para o Distrito de Mosqueiro. Com seus 1.457,35 metros, encurtou a distância de Mosqueiro com a capital, deixando-a muito mais acessível à população e atraindo um número cada vez maior de visitantes. Antes da construção da ponte, o deslocamento até a ilha era realizado somente por navios. Esse tipo de transporte garantiu a travessia para o outro lado do continente por quase meio século. Com a conclusão da ponte, Mosqueiro ganhou ares de cidade grande, belas mansões e prédios.

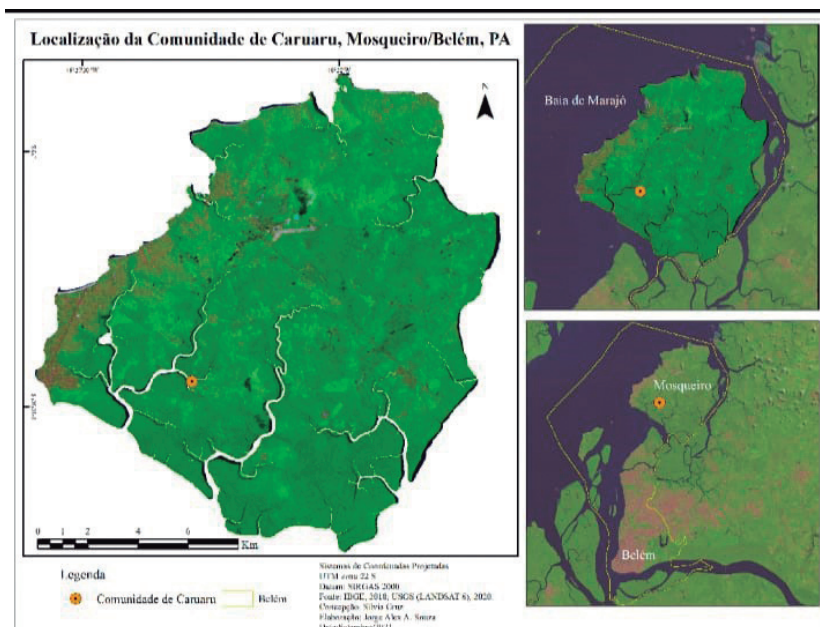
A ilha de Mosqueiro, centro do maior arquipélago do município de Belém, capital do estado do Pará, está inserida na microrregião guajarina, em um típico ambiente estuarino com influências do oceano Atlântico. É banhada pelo rio Pará, que forma as baías de Santo Antônio, do Marajó e do Sol. Os principais rios que nascem no interior da ilha são o Murubira, o Pratiquera e o Mari-Mari, os quais seguem o regime das marés. Esse complexo sistema de drenagem permite identificar três ecossistemas distintos na ilha: a região litorânea, caracterizada pela presença de uma faixa de areia com aproximadamente 18 km, que forma praias; a região de terra firme, formada pelas áreas mais altas, mais afastadas dos rios e outros cursos d'água, portanto não sujeitas a alagamentos; e a região de áreas baixas, podendo ser de igapó e várzea, com pequenas ilhas anexas, cuja dinâmica ambiental está baseada nos rios e diversos cursos d'água. De acordo com a Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (2006), a ilha de Mosqueiro ocupa uma área aproximada de 212.547 km, com altitude média de 15 metros acima do nível do mar (FERNANDES, 2015, p.02).

COMUNIDADE DE CARUARU

A população da Comunidade do Caruaru caracteriza-se como sendo de base rural. A comunidade dista cerca de 35 minutos de barco a motor, saindo da Vila de Mosqueiro, e compreende uma das seis comunidades rurais da área: Santa Cruz, Mari-Mari, Murubira, Pratiquera e Baía de Santo Antônio, em frente à Ilha de Caratateua. A Comunidade de Caruaru está situada ao Leste, às margens da Baía de Santo Antônio e a Oeste de frente do rio Furo das Marinhas (Redação Integrada, Site O Liberal.com, 2020, p. 02).

O trajeto até a Comunidade inicia-se no Porto do Pelé, localizado no final da rua Siqueira Mendes, no bairro do Maracajá - Mosqueiro. O caminho passa pelo Rio Tamanduaquara, Rio Pratiquera, Rio Murubira, finalizando no Rio Caruaru, no trapiche da comunidade. Atualmente, também existe um ramal com aproximadamente 10 km com acesso pela PA 391 que leva até a Comunidade do Caruaru. Apresenta-se o mapa da comunidade a seguir, na Figura 2 (Redação Integrada, Site O Liberal.com, 2020, p. 02 e 03).

Figura 2 – Localização da Comunidade de Caruaru, Mosqueiro



Fonte: Elaborado por Souza e Cruz (2021).

Segundo a Redação Integrada do Site O Liberal.com (2020, p. 03), o nome da Comunidade derivou de um dialeto indígena cariri, no qual

“caru” significa alimento e “aru” uma repetição que significa abundância. Nesse sentido, Caruaru pode ser entendido como terra de alimento em abundância e as espécies existentes no local, sobretudo a mandioca.

A seguir, o mapa da rota da comunidade disponível no website do “O liberal”, na Figura 3.

Figura 3 – Rota da Comunidade de Caruaru



Fonte/Site: O liberal.com (2020).

“A comunidade já existe há mais de cem anos, criada pelo Sr. Manoel Bartolomeu Froés, a partir do termo de posse datado de 1894, tendo como famílias tradicionais os Froés e os Araújo, que iniciam uma relação de parentesco por afinidade” (FERNANDES, *et al.*; SOUZA, *et al.*; BRITO, *et al.*; FLECK, *et al.*; MENEZES, *et al.*; SANTOS, *et al.*, 2014, p. 02).

Possui como centro um campo de futebol, em cujas cercanias existem uma Escola de Ensino Fundamental (E. M. Prof.^a Maria Clemildes), um salão de festas e uma capela dedicada à Santa Rosa de Lima, padroeira do lugar, festejada em agosto, inclusive com procissão fluvial (FERNANDES, *et al.*; SOUZA, *et al.*; BRITO, *et al.*; FLECK, *et al.*; MENEZES, *et al.*; SANTOS, *et al.*, 2014, p. 03).

A comunidade de ribeirinhos, cuja economia local ainda é essencialmente extrativista, mantém uma intensa ligação com um território ancestral e uma lógica de sistema de produção principalmente voltada para a subsistência. Podemos observar ainda uma relação íntima do morador de Caruaru com o fluvial que, em sua visão, é, ao mesmo tempo, uma área a ser conservada e um espaço de onde eles tiram sua subsistência. A comunidade constrói uma dinâmica social ratificando que “essas populações tradicionais não indígenas (caiçaras, ribeirinhos amazônicos, sertanejos etc.) receberam forte influência indígena, que se revela não só nos termos regionais, como nas diversas tecnologias patrimoniais de preparação de alimento, cerâmica, técnicas de construção de instrumentos de caça e pesca etc.” (FERNANDES, 2015, p. 02).

Caruaru, apesar da proximidade com a sede do distrito da região, Mosqueiro, mantém um processo lento de hibridação cultural. A construção dos saberes locais não está totalmente deslocada do cotidiano. Existe o ensino formal, porém, no dia a dia, existe a complementação por meio de práticas e costumes relacionados ao ambiental, em um modelo de interação ecológica contemporâneo, adaptado do modelo de seus ancestrais (FERNANDES, 2015, p.02).

Fernandes (2015, p. 03) diz que no caso de Caruaru, as relações de parentesco mais profundas surgem a partir de 1894, com a passagem da posse das terras do Caruaru para Manoel Batholomeo Froés. A família Froés inicia uma longa relação de parentesco com a família Araújo, iniciando uma descendência única, o que ratifica Augé sobre o domínio do parentesco nas construções sociais.

A produção é, em geral, a familiar, incluindo na tripulação conhecidos e parentes mais longínquos. Apesar de grande parte deles viver em comunidades litorâneas não-urbanas, alguns moram em bairros urbanos ou periurbanos, construindo aí uma solidariedade baseada na atividade pesqueira. Cultivam, fabricam farinha, caçam etc., criando estratégias, artefatos para sobrevivência e subsistência a partir de um conjunto de saberes sobre os recursos aquáticos e terrestres. Esses artefatos são fabricados a partir de materiais locais, o que intensifica essa dependência com o meio em que vivem, fazendo com que “a noção de lugar também se expresse nos valores diferenciados que um grupo social atribui aos diferentes aspectos de seu ambiente”. Essa valorização é uma função direta do sistema de conhecimento ambiental do grupo e suas respectivas tecnologias. Um exemplo é a pesca do camarão de rio com matapi, um artefato feito de talas, de algum tipo de palmeira, as quais são amarradas em corda (FERNANDES, 2015, p. 02 e 03).

Na comunidade de Caruaru é onde termina a Trilha Ecológica Olhos D'Água. Os moradores capturam peixe e camarões através de apetrechos e armadilhas tradicionais, e se dedicam ao plantio de mandioca – para a produção de farinha, goma e tucupi –, plantio do cupuaçu e de açaí. A comunidade se destaca pelo artesanato com materiais tirados da natureza; eles produzem as suas próprias canoas e montarias com madeira retiradas da mata (LEÃO, 2012, p. 03).

“A comunidade do Caruaru se notabilizou por ambientar o curta-metragem Matinta, que tem a paraense Dira Paes no elenco. Territorialmente, Caruaru apresenta uma significativa área de terra com solos de terra firme. Segundo seus moradores, está dividida em duas áreas: Caruaru de baixo e Caruaru de cima (Tucumandeu)” (LEÃO, 2012, p. 03 e 04).

O TURISMO NA COMUNIDADE DO CARUARU

Fernandes (2015, p. 02) menciona que uma das primeiras investidas na comunidade de Caruaru aconteceu em 1998, com a implantação, sem critérios que respeitassem o *modus vivendi* das populações locais, de uma trilha ecológica. O objetivo era solucionar parte dos problemas de geração de emprego e renda da comunidade. Denominada 1ª Trilha Ecológica de Mosqueiro, cortava duas comunidades: Castanhal do Mari-Mari e Caruaru, e foi idealizada pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB) em parceria com a Agência Distrital de Mosqueiro (ADMO). Posteriormente, através de outra parceria entre Coordenadoria Municipal de Turismo de Belém (Belemtur), Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Semma) e Fundação Parques e Áreas Verdes de Belém (Funverde), essa trilha passou a chamar-se Trilha Olhos D'água. Apesar de iniciar levantamento de fauna e flora, o projeto turístico não aprofundou a relação com as comunidades envolvidas, o que acabou resultando na criação de alguns contatos comunitários que não representam uma parcela local significativa. O resultado é a geração de cisões locais.

O autor cita a implantação de uma trilha ecológica com o interesse de levar turistas para conhecer as comunidades ribeirinhas de Mosqueiro, englobando duas comunidades de início e, posteriormente, outras seguintes, gerando emprego e renda. De antemão, o projeto foi idealizado pela prefeitura de Belém e a Agência Distrital de Mosqueiro e outros órgãos, só que não havia uma parceria direta com a própria comunidade. Poucas pessoas faziam parte do projeto, o que acabou dificultando nas relações e acabando com o projeto de fato. Hoje em dia não existe mais o roteiro nessa trilha.

Figura 4 – Trilha Ecológica Olhos D'Água



Fonte: Blog Mosqueirando (2014).

A Trilha (figura 4), que faz parte dos movimentos turísticos da ilha desde 1998, quando ainda era denominada “I Trilha Ecológica de Mosqueiro” e tinha um percurso que durava apenas três horas, abarca uma área que compreende solo de terra-firme do tipo areno-argiloso, cuja composição arbórea é predominantemente de mata de capoeira, mas que resguarda espécies vegetais da floresta primitiva (FUNDAÇÃO, 2002). Localizada no entorno do Parque Ambiental de Mosqueiro, com o qual compartilha semelhanças físicas e onde estão assentadas seis comunidades – Castanhal do Mari-Mari, Caruaru, Espírito Santo, Itapiapanema, Tucumandeua, Tabatinga –, a trilha capta peculiaridades

sociais e ambientais das duas primeiras comunidades e conta com um ponto de apoio (restaurante) na comunidade do Espírito Santo. Essas comunidades, como seus moradores as denominam, de acordo com a Universidade Federal do Pará (2002), têm seus fundamentos nos trabalhos pastorais da igreja católica que agregam a população em função de um santo ou santa (TAVARES; GOMES; COSTA; RIBEIRO, 2007, p. 08 e 09).

“Segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur, 1996 *apud* TAVARES; GOMES; COSTA; RIBEIRO, 2007, p. 12).

Outro meio de Turismo que ocorre na comunidade é a visita de moradores de Mosqueiro e turistas aos finais de semana; muitos vão até a localidade para aproveitar um pouco da calmaria e aproveitar o balneário no rio Caruaru bem em frente à comunidade que possui um trapiche e um restaurante para consumo de alimentos e bebidas. O trajeto até a comunidade dura aproximadamente 35 minutos, tanto por via fluvial como por via terrestre. Existe também um igarapé no trajeto do ramal que dá acesso à comunidade, chamado “Olho Vivo”, que tem chamado muito a atenção dos visitantes.

Segundo relatos dos moradores da comunidade, existe mais um meio de atrair turistas para o local, tanto de Mosqueiro como de fora: a Festividade de Santa Rosa de Lima (figuras 5 e 6), padroeira da comunidade, que acontece no mês de agosto, mas por conta da pandemia, não acontece há dois anos. A festividade contava com a presença de turistas nacionais e estrangeiros; havia uma programação cheia de

shows, com presença de cantores regionais como: Viviane Batidão, Nelsinho Rodrigues, Banda Fruto Sensual e outros. A festividade é vista como um evento de lazer para os moradores locais, como veremos nas figuras a seguir.

Figuras 5 e 6 – Festividade de Santa Rosa de Lima



Fonte: Blog Mosqueirando Foto: Wanzeller (2010).

ANÁLISE DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL A PARTIR DA COLETA DE DADOS

Para a análise da pesquisa, foram feitas algumas entrevistas através de questionários com perguntas semiestruturadas com os moradores da Comunidade, para saber um pouco da vivência deles, fazendo uma associação com os objetivos do desenvolvimento sustentável, analisando as metas de Fome Zero, Agricultura Sustentável, Trabalho Digno e Crescimento Econômico.

Como o objetivo é identificar a inserção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com base na organização social, cooperação e geração de renda pelo Turismo de Base Comunitária, foi utilizado o uso de perguntas voltadas para os ODS, a fim de identificar na comunidade esses objetivos e se a comunidade pratica as metas dos ODS.

Foi realizado um levantamento de cunho qualitativo por meio de um questionário (cf. apêndice A) contendo perguntas referentes a informações de vivências diárias em comunidades para saber como a população lida com as questões de Desenvolvimento Sustentável e como eles estão sobrevivendo em meio a uma pandemia de COVID - 19.

A pesquisa foi realizada com moradores da Comunidade de Caruaru, localizada na Ilha de Mosqueiro, Distrito de Belém - Pará, que fica distante uma hora por via terrestre e a trinta e cinco minutos por via fluvial, com saída do centro de Mosqueiro.

Os moradores entrevistados na pesquisa tinham idade entre 18 e 65 anos, em sua maioria mulheres; todos aceitaram participar da pesquisa. As entrevistas tiveram como modelo uma conversa informal, feita em uma única entrevista com cada um deles. Em todos os casos, as entrevistas foram gravadas na íntegra (em áudio) com o consentimento deles. Todos os entrevistados são moradores da comunidade há bastante tempo, alguns nascidos e criados na localidade, e outros com 30 a 40 anos morando no local. A maioria tira seu sustento da própria comunidade. Entre os entrevistados, havia estudantes, artesãs, proprietárias de restaurantes, comércio e plantação de roça.

Na pesquisa, foram entrevistados ao todo 13 pessoas. A escolha dos entrevistados foi aleatória; como as visitas técnicas eram especificamente pela parte da manhã, poucos moradores estavam na comunidade nesse período e somente alguns aceitaram fazer a entrevista, outros não quiserem se comprometer ou estavam envergonhados.

Todas as perguntas realizadas aos moradores da Comunidade do Caruaru foram referentes aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, mais especificamente ao objetivo 2, que é “Erradicar a Fome” e o objetivo 8 que é “Trabalho Digno e Crescimento Econômico”.

Foram feitas ao total 16 perguntas que serão percorridas ao logo desde trabalho.

A primeira pergunta feita aos moradores foi referente à questão da fome. Eles responderam que a grande maioria das pessoas vive da roça e de recursos sociais como: Bolsa família, Auxílio Emergencial, doação de cestas básicas, e também há as pessoas que são aposentadas. Apesar desse apoio do governo, a pobreza ainda é muito presente na comunidade, por conta da falta de trabalho dentro da localidade e as dificuldades enfrentadas na venda da produção da roça e da pesca. Algumas famílias são cadastradas em um projeto social de uma “ong” localizada no Bairro do Maracajá em Mosqueiro chamada “Jardim do Sol”; essas famílias recebem cestas básicas todos os meses desse projeto externo, que não tem vínculo Governamental. Outro tipo de ajuda que foi recebida pela comunidade é a doação de cestas básicas doadas pelo governo do Estado diretamente nas escolas aos alunos no período da pandemia e atualmente os alunos recebem o valor de R\$50,00 reais no cartão social todos os meses, para a compra de alimentos.

A maioria dos entrevistados obtém sustento familiar através do extrativismo. “Isso se deve à influência dos cursos d’água, da herança indígena e da tradição nordestina no trabalho da agricultura. São práticas que atendem às necessidades internas das famílias sem grandes produções externas, isto é, escoamento a mercados externos” (FERNANDES, *et al.*; SOUZA, *et al.*; BRITO, *et al.*; FLECK, *et al.*; MENEZES, *et al.*; SANTOS, *et al.*, 2014, p. 06).

Foi perguntado sobre a questão de trabalho e renda. Eles responderam que muitos dos moradores, principalmente jovens, procuram oportunidades de emprego fora da comunidade em virtude da falta de oportunidades, pois há empresas, fábricas, ou outros que

forneçam trabalho; os que não conseguem emprego fora, seguem em atividades de roça, pesca e carvão. Muitos desses jovens não conseguem terminar os estudos, muito menos fazem cursos profissionalizantes. Durante as entrevistas, não foram encontradas pessoas na comunidade que trabalham de forma direta ou indireta com atividades ligadas ao Turismo.

Pode-se inferir que a comunidade pouco participou de propostas vinculadas ao Turismo e tampouco se beneficiaram dos efeitos do Turismo à época do Programa de Ecoturismo para a Amazônia Legal (âmbito federal) e das políticas executadas pela Prefeitura de Belém tendo em vista a Trilha Olhos d'Água. (FERNANDES, *et al.*; SOUZA, *et al.*; BRITO, *et al.*; FLECK, *et al.*; MENEZES, *et al.*; SANTOS, *et al.*, 2014, p. 07).

A outra parte dos moradores, em sua maioria, trabalha na própria comunidade com a venda de hortaliças, frutas e verduras, que são colhidas na plantação. Algumas pessoas da comunidade com mais condições financeiras usam da plantação para garantir uma renda extra e vendem seus produtos fora da comunidade, em supermercados de Mosqueiro, um desses produtos que tem mais saída é o açaí. Outro produto vendido fora é o carvão, porém essa é uma atividade que está se perdendo, diante das fiscalizações. Um ponto importante a se falar ainda referente a trabalho é que antigamente os empregos oferecidos na escola eram repassados para os próprios moradores, mas com a mudança de governo, todos eles foram demitidos e hoje em dia só trabalham pessoas de fora da comunidade.

Foi perguntado sobre a questão do abastecimento de energia elétrica, rede de internet, wi-fi e Tv a cabo e os moradores responderam que a comunidade utiliza a energia comum da região, fornecida pela

empresa Equatorial. Disseram que a comunidade não utiliza geradores e nem formas secundárias de energia elétrica; algumas casas têm conexão de WI-FI, a maioria das pessoas usa planos de dados de internet, algumas casas na comunidade têm TV a cabo, as casas precisam de antena parabólica para receber sinal e que eles têm dificuldades de acesso, principalmente em dias de chuva.

A próxima pergunta foi sobre a questão do cultivo da plantação. Eles responderam que a comunidade faz a utilização de agrotóxicos, pesticidas e outros produtos para acelerar o processo de crescimento da colheita e também para contribuir na qualidade dos produtos, principalmente aqueles moradores que vendem o açaí para empresas externas, pois devido à cobrança por um padrão de qualidade do açaí, cuja safra é de janeiro a março, utilizam ainda adubo químico, calcário, esterco da galinha, veneno de formiga, impecável para fruto, crescimento e Botox. A saca do adubo custa por volta de R\$260,00 reais, em média, e eles usam cerca de 40 sacas por safra.

A maioria das pessoas que trabalha com plantação desenvolve a atividade com o intuito de algum fim lucrativo e não somente para a sua subsistência. Os produtos predominantes da plantação são o açaí (Figura 7), hortaliças e a mandioca (Figura 8), da qual é retirado o tucupi, a goma e a folha da maniva que é utilizada para fazer a maniçoba. Após a colheita, os produtores vão comercializar em feiras e comércio na vila de Mosqueiro. Na comunidade, ainda há a produção de farinha, plantação de abacaxi (Figura 9), plantação de plantas medicinais, por conta da grande procura das pessoas da própria comunidade. Vale salientar que a comunidade inicialmente se consolidou por meio da pesca e da roça, porém, atualmente, essas atividades não têm sido tão lucrativas.

Figura 7 – Plantação de Açaí



Fonte: Silva e Sousa (2021).

Figura 8 – Plantação de mandioca



Fonte: Silva e Sousa (2021).

Figura 9 – Plantação de Abacaxi



Fonte: Silva e Sousa (2021).

“A agricultura é berço da energia vital das sociedades. Sua importância é incontestável, pois supre a primeira necessidade humana: a alimentação. A agricultura é fonte de produtos alimentícios, reprodução de complexos culturais e sociais, oferta de emprego no meio rural e segurança alimentar” (GRISA & SCHNEIDER, 2015 *apud* AGUIAR;CRUZ;SIMÕES, 2019, p. 04).

Foi perguntado sobre a questão da pesca, eles responderam que alguns moradores pescam para vender em feiras de Mosqueiro, na própria comunidade do Caruaru e em outras comunidades próximas. Há uma intensa atividade de pesca de camarões realizada, principalmente, pelos ribeirinhos que são os mais propícios de viverem em situações de extrema pobreza, principalmente no período em que reduz a produção de camarão.

A próxima pergunta foi sobre a questão da alimentação e eles responderam que a alimentação da comunidade é uma alimentação comum, com carne, ovos, frangos, peixes, enlatados, produtos provenientes da roça e outros; são poucos os moradores que ainda comem da pesca, eles têm o hábito de pescar, mas é mais por costume ou por hobbie.

A próxima pergunta foi quanto à questão da renda familiar. Eles responderam que os moradores precisam, em média, de uma renda necessária de um salário mínimo para manter uma casa, alimentação, energia etc., e que para conseguir essa renda, desenvolvem atividades como plantação, produção de artesanato, venda de hortaliças e pesca para complementar a renda.

Foi perguntado sobre a questão de utilização da água e eles responderam que todas as casas possuem poço em forma de cisterna, aqueles poços simples e abertos que a água é retirada com balde, cavado atrás das casas. Em sua maioria, a água não é tratada e é utilizada para consumo. Foi mencionado que os agentes de saúde que visitam a comunidade costumam distribuir Hidrocloro para o tratamento da água. Esses poços abertos são reféns de animais, de folhas, mosquitos e outras vulnerabilidades, por isso a importância de se utilizar o Hidrocloro. Poucas casas já possuem poço artesiano, em que a água é puxada por bomba d'água elétrica do poço para as casas, precisando

assim de um investimento na estrutura necessária para construção desse percurso da água; e que nem todos os moradores têm condições para construir essa estrutura.

Essa questão da água na comunidade traz diversos fatores que não advêm somente da comunidade; muitas famílias passam por problemas de tratamento relacionados à água e ao esgoto, até mesmo antes da pandemia de COVID-19.

No mundo, mais de 3 bilhões de pessoas não possuem saneamento básico; 2,2 bilhões não têm acesso à água potável e 4,2 bilhões não dispunham de sistema de esgoto canalizado e tratado. No Brasil, os números também são bastante expressivos, quase 35 milhões de pessoas não possuem acesso à água tratada, 14,3% das crianças e adolescentes não tem acesso à água tratada, somente 27 municípios das 100 maiores cidades brasileiras possuem 100% da população atendida com água potável, 100 milhões de brasileiros não tem acesso a serviços de esgoto, somente 49,1% do esgoto do país é tratado (HILAB, 2021, p 04).

A questão da água potável no Brasil ainda é um problema recorrente, pois está diretamente ligado ao saneamento básico. Sendo assim, a Amazônia, como um dos territórios que mais carece em políticas públicas que promovam saneamento básico, ainda vivencia uma realidade bem precária sobre a água potável.

78,2% é o índice de abastecimento de água no Amazonas e apenas 7,3% é o percentual da população que tem acesso à coleta de esgoto, o Amazonas é o terceiro pior Estado quando se observa o índice de coleta de esgoto no Brasil, ficando à frente apenas de Rondônia e do Amapá. O levantamento da CNI (Confederação Nacional da Indústria), com dados colhidos pelo IBGE (2018), apontou ainda que somente 15 das 62 cidades amazonenses apresentam política de saneamento básico, que corresponde a apenas 20% da média nacional.

Foi perguntado sobre a questão das doenças, da saúde e da Pandemia de COVID - 19 e eles responderam que na comunidade não se tem a frequência de doenças relacionadas às crianças e aos idosos e que a comunidade recebe mensalmente a visita de médicos, dentistas, e outros profissionais da saúde por meio de ações e mutirões sociais e dificilmente se tem a presença de doenças relacionadas à questão da alimentação e água.

Foi perguntado sobre a presença da doença de COVID - 19 na comunidade e eles responderam que apenas um casal contraiu a doença, mas que se isolaram e não repassaram para os demais moradores e no período do lockdown, a comunidade foi informada sobre as medidas preventivas e as atividades na comunidade foram imediatamente suspensas. O acesso à comunidade não foi fechado, mas as próprias pessoas se conscientizaram e, conseqüentemente, o número de visitantes na comunidade zerou. Os estabelecimentos foram fechados e só podiam funcionar pequenos comércios, pois houve fiscalização no período do lockdown por parte da polícia militar, para a confirmação de que os estabelecimentos realmente não estavam funcionando.

De acordo com um estudo feito pelo Laboratório de Análises Clínicas (HILAB), é evidente o enorme impacto da pandemia de COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus, sobre a saúde e o bem-estar, tema retratado no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº3. Suas metas e objetivos foram os mais afetados, gerando uma crise sanitária sem precedentes com efeitos sobre a expectativa de vida e as taxas de mortalidade da população de quase todos os países. A logística e a aquisição de remédios, equipamentos médicos e vacinas e os profissionais da área também foram prejudicados. Ou seja, o vírus afetou mundialmente a saúde (HILAB, 2021, p. 02).

Mesmo com os efeitos da pandemia, a comunidade do Caruaru não sofreu grandes impactos nesse período, pois não recebeu visitas de turistas durante o período de quarentena e poucos moradores se contaminaram com a doença e foram logo se isolando para não repassar aos outros moradores.

Foi perguntado sobre a questão do lixo e do esgoto e eles responderam que o lixo é queimado por eles mesmos, pois a comunidade não tem coleta de lixo e nem coleta de entulhos. Recentemente, criou-se um projeto de coleta do lixo, para diminuir a poluição do rio, mas ele ainda não está em atividade. Observou-se que os banheiros das casas ficam do lado de fora, com encanação e sistema de esgoto próprio, os entrevistados não souberam informar sobre despejo dos dejetos nos rios. Vale salientar que a comunidade não possui nenhuma estação de esgoto, muito menos tratamento de esgoto.

Segundo Frésca (2007) *et al.*, Nascimento (2009) *apud* Gusmão (2014, p.05):

o lixo é a forma de disposição final de resíduos sólidos, que é caracterizado pela descarga sobre o solo sem medida de proteção ao meio ambiente ou a saúde pública. Nesse caso, infelizmente é bastante comum na comunidade a produção de lixo sem o devido recolhimento do mesmo por parte da prefeitura, eles não possuem coleta seletiva, por isso eles mesmo dão uma finalidade a esse lixo. Em relação a esgoto a comunidade não possui nenhuma infraestrutura de esgoto sanitário.

A próxima pergunta foi sobre a questão do transporte público e eles responderam que a comunidade tem uma van (Figuras 10 e 11) que faz o transporte para o centro de Mosqueiro e que funciona em três horários: 06:00 da manhã, 12:00 e 17:00 da tarde. Para sair

da comunidade, os moradores que não possuem transporte próprio dependem desse transporte. Ainda é comum o uso de canoa (Figuras 12 e 13), barco e rabeta como uma segunda opção para chegar à vila de Mosqueiro, escolas, outras comunidades e regiões próximas, mas são poucos os moradores que possuem barco próprio. Relataram que antigamente as pessoas iam para a escola de canoa e em grupos, mas hoje em dia a prefeitura oferece o transporte fluvial próprio para o transporte de alunos que estudam no centro de Mosqueiro.

Figura 10 – Transporte Alternativo Figura 11 – Lateral Transporte Alternativo

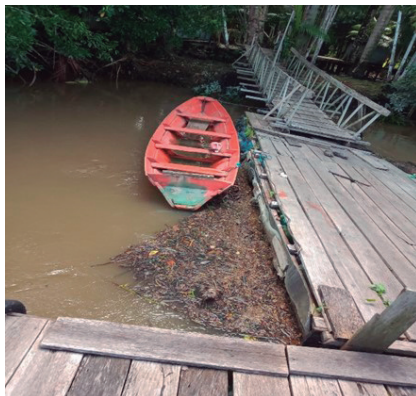


Fonte: Silva e Sousa (2021).



Fonte: Silva e Sousa (2021).

Figura 12 – Canoa



Fonte: Silva e Sousa (2021).

Figura 13 – Transporte de pessoas em canoas



Fonte: Blog Mosqueirando (2014).

Foi perguntado sobre a questão da educação e eles responderam que a comunidade tem uma única escola, como mostram as próximas. Anexa à escola, existe uma quadra de esporte, como mostra a figura 15, que atende somente até o 5º ano do ensino fundamental. Essa escola tem uma estrutura significativa para o desenvolvimento de atividades escolares com salas, banheiros, secretaria e quadra de esporte. Após o 5º ano, os alunos são transferidos para outra escola que fica no bairro do Maracajá, em Mosqueiro, onde seguem até o fim do ensino médio. O governo dispõe de um barco que vai buscar e levar as crianças da comunidade para a escola. Ainda em relação à educação, há uma troca entre a comunidade do Caruaru e as comunidades próximas, onde os alunos que precisam do ensino fundamental até o 5º ano o barco traz para a Comunidade, e já os alunos da comunidade do Caruaru que precisam do ensino do 6º ano até o 3º ano do ensino médio, se deslocam para a outra comunidade.

Figura 14 – Escola da Comunidade Figura 15 – Quadra da Escola



Fonte: Silva e Sousa (2021).

Fonte: Silva e Sousa (2021).

A escola da comunidade, por estar localizada em uma zona rural para a área da educação, é caracterizada como uma escola de campo. A escola, denominada Unidade Pedagógica Maria Clemildes dos Santos, está sob a jurisdição da Secretaria Municipal de Educação - SEMEC, ligada à Prefeitura de Belém. A Unidade Pedagógica oferta o ensino fundamental organizado de forma multisseriada. Esse tipo de organização escolar está previsto pelo art. 23, do capítulo II, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96. A educação multisseriada é uma solução adotada em diferentes países para permitir que a população das áreas rurais tenha acesso à educação. (FERNANDES, *et al.*; SOUZA, *et al.*; BRITO, *et al.*; FLECK, *et al.*; MENEZES, *et al.*; SANTOS, *et al.*, 2014, p. 05).

Uma escola de campo não é, afinal, um tipo diferente de escola, mas sim a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, suas histórias, seus trabalhos, seus saberes, sua cultura, seu jeito (ARROYO, 2009, p. 110).

Faz-se necessário observar a importância das escolas nas comunidades, assim como a aprendizagem do Turismo de Base Comunitária para que os visitantes sejam recebidos por todos da comunidade, conhecer um pouco dos patrimônios existentes na comunidade; isso faz toda a diferença tanto para a comunidade como para o visitante.

O TBC deve ser concebido enquanto processo educativo para todos os envolvidos. As atividades oferecidas devem buscar proporcionar, tanto para o visitante quanto para as comunidades, experiências que estimulem os sentidos e a reflexão, contribuindo para o aprendizado e para o conhecimento do patrimônio das UC e influenciando positivamente experiências futuras (ICMBio, 2019, p. 11).

Figura 16 – Placa da Associação Figura 17 – Associação dos Moradores
AMAPACC



Fonte: Silva e Sousa (2021).



Fonte: Silva e Sousa (2021).

Foi perguntado sobre a questão da associação dos moradores e eles responderam que a Comunidade possui duas Associações: uma é a Associação dos Moradores do Caruaru (Asmoca), que faz vendas de terras da comunidade e esse processo desencadeou a chegada de novos moradores que não tinham vínculo com a comunidade, e isso

interferiu na produção da roça, por conta da falta de terra, ocasionando algumas intrigas entre os próprios moradores; a outra associação é a AMAPACC- Associação dos Ribeirinhos do Caruaru (Figuras 16 e 17), como podemos ver nas figuras acima. Ela atende somente os ribeirinhos e a maioria dos moradores da comunidade não é associada, por conta de ela visar somente o desejo dos ribeirinhos.

Grupos organizados informais já existiam na comunidade de Caruaru desde a implantação da 1ª Trilha Ecológica do Mosqueiro, em 1998. Todavia, essa proposta, que deveria ter membros da comunidade como atores de uma gestão comunitária, não estimulou o suficiente a ponto de aparecerem organizações comunitárias formais. O resultado foi uma experiência desastrosa para a comunidade, pois um número bem reduzido de pessoas conseguiu aumentar sua qualidade de vida com a implantação da trilha. É somente a partir dessa junção de fatos que surge na comunidade a ideia de união comunitária como possibilidade de operacionalizar demandas advindas realmente dessas populações. Assim, em 2006, cria-se a Associação dos Moradores do Caruaru (Asmoca) e a diretoria conta com forte presença da família Froés (FERNANDES, 2015, p. 03).

Foi perguntado sobre a questão do balneário e eles responderam que antes da pandemia era comum, aos fins de semana, um forte fluxo de visitantes, que um fim de semana era mais cheio e o outro mais vazio, por conta do fluxo do rio, que em um fim de semana está cheio e no outro está seco e isso impossibilitava o banho, as embarcações atacam no trapiche da comunidade (Figura 18), que serve também para pulo no rio.

O balneário recebia uma média 100 pessoas por fim de semana, antes da pandemia. O balneário possui um bar (Figura 19) e um

restaurante (Figura 20 e 21) com pequenas malocas e aceita cartão de crédito e débito. Os banheiros (Figura 22) são separados do restaurante.

Figura 18 – Trapiche de Caruaru



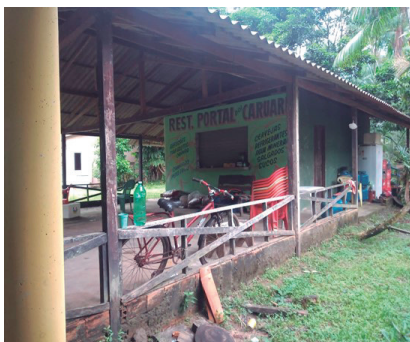
Fonte: Silva e Sousa (2021).

Figura 19 – Bar e Restaurante
Comercial do Porto



Fonte: Silva e Sousa (2021).

Figura 20 – Restaurante
Portal do Caruaru



Fonte: Silva e Sousa (2021).

Figura 21 – Anexo do Restaurante Figura 22 – Banheiros do
Restaurante



Fonte: Silva e Sousa (2021).



Fonte: Silva e Sousa (2021).

A partir do século XIX, com o ciclo da borracha na Amazônia, Mosqueiro começou a se valorizar devido à proximidade com Belém, que naquele período passava por um intenso desenvolvimento econômico, contribuindo para a chegada da eletricidade, meios de transporte interno e edificações de residências no início do século XX (NASCIMENTO, 2009). Nos anos 1960, era o principal destino de férias da classe média e alta da capital (FURTADO, 2008 *apud* GUSMÃO, 2014, p. 02).

Quem não queria estar nas badalações e nas praias da ilha ia para as comunidades a beira dos rios para aproveitar a calmaria, por isso a comunidade do Caruaru também passou a receber esses visitantes aos finais de semana.

Foi perguntado um pouco da história da Festividade de Santa Rosa de Lima, padroeira da comunidade, e eles responderam que o período de alta de visitantes é o período do mês de agosto, por conta da festividade, que contava com a presença de turistas nacionais e estrangeiros e

contava com uma programação cheia de shows, com presença de cantores regionais como Viviane Batidão, Nelsinho Rodrigues, Banda Fruto Sensual e outros. A festividade é vista como um evento de lazer para os moradores e por isso eles não participam do evento com vendas. A festividade não aconteceu em 2020 e não acontecerá em 2021, por conta da pandemia. A maioria dos vendedores ambulantes não é da comunidade, e sim de outras comunidades e regiões de Mosqueiro. No período da festividade, a organização da festa cobra um determinado valor para os vendedores que pretendem comercializar, mas a maioria é ambulante. Esses valores não nos foram repassados.

A próxima e última pergunta foi sobre os eventos que fizeram parte da história da comunidade. Eles informaram que ocorreu a gravação de um curta metragem chamado “Matinta Pereira” na comunidade do Caruaru, e teve a participação da atriz Dira Paes. Houve também a participação de alguns moradores, como atores coadjuvantes na filmagem do curta.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Para o início da análise dos resultados, utilizaram-se os dezessete objetivos do Desenvolvimento Sustentável como norteadores das discussões, e teve-se como principal objetivo a viabilidade da comunidade em relação ao Turismo de Base comunitária, junto aos ODS 2 e 8, que serão trabalhados nessa pesquisa.

Propor possibilidades de turismo para uma comunidade localizada no norte do Brasil, onde os indicadores de saúde, educação, saneamento básico já são muito baixos, em um distrito de uma capital com muitos desafios para além da ausência de políticas públicas básicas,

é um verdadeiro desafio, sendo essa a principal motivação que levou ao avanço da pesquisa, pois o Turismo de Base Comunitária surge como uma alternativa de solução para muitos problemas sociais, políticos, ambientais, dentre outros.

O Turismo tem uma função importante na luta contra a pobreza. Existem meios para dar ao turismo, mais previsibilidade e mais capacidade de contribuição ao desenvolvimento dos países. As Nações Unidas têm que desempenhar funções para este fim, sensibilizando e estabelecendo programas que chamem a atenção pública internacional para o turismo como redução de pobreza. Do mesmo modo como a Organização modificou a concepção tradicional do desenvolvimento, pode fazer entender melhor em todo o mundo, o potencial que tem o turismo para mitigar a pobreza. Os governos, as comunidades locais e o próprio setor do turismo têm que compreender a complexidade dessa tarefa que se terá que enfrentar e a importância da associação de todos como garantia da redução sustentável da pobreza. As Nações Unidas possuem organismos especializados que se ocupam de uma série de questões: econômicas, sociais e políticas. Este sistema pode ajudar os governos a estabelecerem estratégias que garantam o máximo de benefícios do turismo ao mesmo tempo em que evitem as consequências prejudiciais para a sociedade, para a economia e o meio ambiente (OMT, Natal, 2001, *apud* CORIOLANO, 2006, p. 175).

Dessa forma, com o que foi visto na Comunidade do Caruaru com as visitas de campo e também com a aplicação dos questionários, achou-se viável analisar os dados coletados e tabulados abaixo, pois cada objetivo e suas respectivas metas são essenciais para a construção de uma sociedade sustentável que visa à igualdade social, sustentabilidade, dentre outras questões que irão consolidar o conceito de Turismo de Base Comunitária na comunidade do Caruaru. Dessa forma, destacou-

se a importância de abordar esse assunto que é tão significativo para a nossa sociedade atual e futuras sociedades que ainda estão por vir.

Temos consciência que o turismo representa uma atividade com forte intensidade de absorção de mão de obra, que proporciona aberturas para as pequenas empresas e as iniciativas locais. Sua capacidade de criar emprego para os pobres é enorme, inserindo jovens, mulheres, várias comunidades, mesmo para as pessoas sem qualificação oferecendo-lhes empregos nos centros de balneários e nas zonas rurais pelo ecoturismo e o turismo cultural (OMT, Natal, 2001 *apud* CORIOLANO, 2006, p. 176).

O turismo é apresentado como o melhor negócio do mundo, podendo transformar tudo em mercadoria e em riqueza. Os discursos dos governos e dos órgãos de turismo mostram essa possibilidade e acrescentaram a nova abordagem de inclusão social (CORIOLANO, 2006, p. 177).

O quadro abaixo mostra essa comparação entre os objetivos e o que foi visto na comunidade durante a pesquisa.

Quadro 1: Comparação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Coleta de Dados

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ODS NA COMUNIDADE CARUARU

1 – Erradicação da Pobreza

População vive em pobreza por viver em sua maior parte da roça e de auxílios sociais e também por falta de intervenções do poder público, tanto em fornecer uma estrutura digna para o local, quanto para instruir os moradores, sobre outras possibilidades de empreendedorismo, como: turismo, venda de produtos orgânicos, agricultura sustentável e outros.

2 – Erradicação da Fome

Alguns moradores passam fome, sendo a fome atrelada a todo um contexto social, em que as pessoas não veem soluções para suas demandas.

3 – Saúde de Qualidade

A comunidade não tem posto de saúde e UPA. A comunidade mantém-se por meio de Ações e Mutirões Sociais de Saúde, por meio de grupos que visitam a comunidade mensalmente.

4 – Educação de Qualidade

A comunidade só possui uma escola de ensino fundamental até o 5º Ano.

5 – Igualdade de Gênero

As pessoas entrevistadas foram em maioria mulheres, que se mostraram bastante empoderadas, e as pessoas que buscam sair da comunidade, crescer profissionalmente, ou que empreendem e têm empreendimentos de sucesso na comunidade são, em maioria, mulheres. Também foi mencionado pelas entrevistadas que aquela visão antiga da mulher como dona de casa já está fora de moda, e que atualmente as mulheres têm saído da comunidade, assim como os homens, em buscas de melhorias, tanto em qualificações, quanto em melhores condições de emprego.

6 – Água Limpa e Saneamento

A comunidade possui poços artesianos e poços abertos, não há tratamento adequado da água por conta da COSANPA. Entretanto, a água é tratada com hidrocloreto, que é doado por agentes de saúde. A comunidade também não tem saneamento básico adequado.

7 – Energia Renovável

Não há energia renovável na comunidade.

8 – Emprego Digno e Desenvolvimento Econômico

Os moradores têm que se deslocar para fora da comunidade para garantir renda, a comunidade não é desenvolvida economicamente.

9 – Inovação e Infraestrutura

A comunidade não passa por inovação e a infraestrutura é precária.

10 – Redução de Desigualdades

A comunidade é um reflexo da desigualdade social, tanto internamente, quanto externamente. Internamente, algumas pessoas conseguiram emergir financeiramente e conquistar novas possibilidades e confortos, como transporte, wi-fi, TV a cabo e outros, enquanto outras famílias lutam para ter o que comer e sobreviver.

Externamente, os moradores da comunidade sentem-se excluídos em meio às políticas públicas de inclusão social, por conta da precariedade em recursos para infraestrutura que a comunidade vive.

11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

A comunidade não é sustentável, poucos conhecem maneiras de sustentabilidade.

12 – Consumo Responsável

A comunidade desconhece o consumo responsável, porém pratica de forma involuntária e visando o lucro das produções do açaí, para não perder a produção do solo, pratica o período de “descanso do solo”, entre uma safra e outra; porém acabam usando produtos para acelerar o processo de recuperação do solo.

13 – Combate às Mudanças Climáticas

A comunidade não enfrenta problemas associados ao clima, por estar em uma região tropical. Entretanto, o período de chuvas intensas, acaba por atrapalhar atividades comuns, como plantação e pesca.

14 – Vida Debaixo da Água

A comunidade não tem contato com o oceano. Porém, é cercado por um rio e o poder público tem medidas de conscientização sobre a importância dos rios para a comunidade e sobre não jogar o lixo. O lixo é predominantemente queimado.

15 – Vida sobre a Terra

A comunidade não compreende a importância da vida sobre a terra e também da preservação da flora. Mediante esse processo, os moradores dividem-se: os que preservam são os que tiram sustento, ou os que plantam para a comercialização; já aqueles que não desenvolvem essas atividades, vêm destruindo a vegetação para venderem parte dos seus terrenos.

16 – Paz e Justiça

Não foi mencionado sobre outros problemas sociais, somente a questão da criminalidade que é praticada por meio de “piratas”, que estavam saqueando barcos e casas; e que essas pessoas geralmente eram ribeirinhas. Porém, não se tem nenhuma medida, nem políticas públicas assistenciais e nem polícia local.

17 – Parcerias pelas Metas

A comunidade carece de recursos políticos e públicos. Isso é o reflexo de “sociedades isoladas”, que vivem fora do seu tempo, carecem de recursos mínimos de saneamento básico, infraestrutura, educação de qualidade, trabalho digno, dentre outras medidas assistenciais.

Fonte: Pesquisa de Campo (Maio/2020).

Na comparação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, percebe-se que a comunidade não segue nenhuma das metas organizadas pela ONU na Agenda 2030, pois muitos que moram na comunidade desconhecem tal Agenda, não possuem nenhuma prática de sustentabilidade, mas lutam a cada dia para conseguir o seu próprio sustento e de suas famílias, seja pela agricultura, pela ajuda governamental ou pela busca de outros meios fora da comunidade. Eles lutam a cada dia por reconhecimento, por melhorias para a comunidade; muitos são exemplos de crescimento econômico, principalmente os que, com um pouco que tinham, construíram um pequeno negócio e estão crescendo. Outros necessitam sair da comunidade em busca de novas oportunidades.

Para a segunda parte da análise, focamos mais especificamente nos dois Objetivos que tomamos como base e que são mais relacionados com a prática de vivência da Comunidade que vive, em sua maior parte, da Agricultura. O outro objetivo está relacionado ao fato de que através da Agricultura os moradores possam ter um trabalho decente e, por consequência, crescer economicamente.

Inúmeros fatores levaram à pluriatividade dos agricultores, tais como: a modernização técnico-produtiva da agricultura, a desvalorização das rendas agrícolas, políticas de incentivos às atividades não-agrícolas e contenção das migrações, mudanças no mercado e valorização da agricultura familiar no meio rural com interação entre cidade e campo que proporcionou o desenvolvimento de conhecimentos específicos de ambos os lados e interesse de melhorias de vida (MACHADO & CAUME, 2008; SCHNEIDER & CONTERATO, 2006 *apud* AGUIAR, 2019, p. 06).

Diante das informações, fizemos uma análise entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2, que trata da “Fome Zero e Agricultura Sustentável”, e 8, que trata do “Trabalho Digno e Crescimento Econômico”, e das informações obtidas na pesquisa de campo à comunidade do Caruaru, objeto de pesquisa desse trabalho. Podemos chegar a algumas conclusões sobre a comunidade em relação aos ODS 2 e 8.

As primeiras perguntas feitas aos moradores foram segmentadas sobre o ODS 2, que visa a “Fome zero e Agricultura Sustentável”. Observa-se que a realidade da comunidade ainda é muito precária em relação a vencer a fome, pois, em sua maioria, as pessoas ainda dependem do solo e da pesca para a subsistência, que hoje em dia não traz muito lucro para quem vende, não é suficiente, e acabam passando fome. Vale salientar que muitos dos moradores não passam fome por causa da ajuda de auxílios governamentais.

Por meio das entrevistas, percebe-se que as atividades como pesca e agricultura familiar são consideradas pelos moradores como ultrapassadas e incapazes de promover o sustento do lar, e também são insuficientes para manter a subsistência das famílias, pois a maioria deles precisa lidar com outros fatores internos e externos à comunidade,

como, por exemplo, o aumento do fluxo de pessoas no local, o que desencadeou um processo de aumento populacional e de compra e venda de terrenos para pessoas de fora da comunidade, questão que desencadeou a falta de terreno para plantação (“roça”).

Um fator interno está na entressafra da plantação de açaí – considerado um alimento essencial nas principais refeições –, período em que o fruto está em crescimento e ainda não está maduro para a colheita e o consumo, com isso não é possível vender o produto.

Já no período reprodutivo dos peixes e camarões, quando não podem ser pescados nem para consumo e nem para comercialização, esse precisa ser respeitado, para a manutenção ecológica. Vale salientar nessa questão dos peixes e camarões que hoje em dia esses produtos não são mais o principal alimento dos moradores da comunidade, pois eles vivem de outras coisas, mas é importante para a comercialização. Esse fator interfere diretamente na alimentação, principalmente das famílias mais necessitadas, nas quais os membros não têm outras formas de se alimentar e/ou comercializar algo, para arrecadação de fundos que proporcionem a manutenção do lar.

A comunidade não pratica a agricultura sustentável e também desconhece o termo, não compreendendo os seus benefícios tanto para a comunidade e para o consumo próprio, quanto para a comercialização de produtos orgânicos, que é um segmento que está em visibilidade no mercado atual e está sendo bem valorizado por conta dos seus benefícios para a saúde; além disso, o retorno financeiro é bem maior e também há benefícios para a preservação e conservação do solo.

O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 8 trata sobre a questão do “Trabalho Decente e Crescimento Econômico”, que é outro objetivo que será analisado nessa pesquisa. Assim, chegamos a

algumas conclusões sobre a comunidade, sobre a educação escolar dos moradores, as qualificações profissionais alcançadas, as possíveis buscas por melhorias financeiras e trabalhistas e fatores externos, como a ausência de uma empresa fornecedora de empregos dignos e regulamentados pela CLT, próximos à comunidade.

No caso brasileiro, a maioria está excluída do acesso à modernidade, à participação política do direito social e urbano. Na óptica da produção da economia mundanizada, ocorre expressiva concentração de capital e renda nas mãos das corporações transnacionais, com poucas empresas de grupos empresariais, com a exclusão da maioria dos produtores. A inclusão limitada a poucos ocasiona exclusão exacerbada de muitos e isto se dá de forma planejada e não naturalmente, como pensam alguns (CORIOLANO, 2006, p. 178).

A comunidade do Caruaru possui uma escola que atende até o 5º ano do ensino fundamental, o que garante que os moradores dessa comunidade consigam chegar até a primeira fase do ensino fundamental.

Existe uma “parceria” entre a comunidade do Caruaru e as outras comunidades próximas, onde se obtém uma troca, onde a comunidade recebe estudantes de outras comunidades para estudarem a primeira fase do ensino fundamental na escola local. Por outro lado, outra comunidade tem uma escola na qual há a segunda parte do ensino fundamental, até o final do ensino médio, que também recebe os alunos de outras comunidades. O transporte entre as comunidades é feito por um barco, que é fornecido pela prefeitura de Belém.

Portanto, percebeu-se que fatores citados no ODS 2, como fome, trabalho na roça, trabalhos domésticos, pobreza, dentre outros, como falta de políticas públicas de saneamento básico, gravidez precoce e o desgaste de ter que se locomover até outro local, colaboram para que os

moradores dessas comunidades não se interessem em finalizar o ensino médio, por conta dessa realidade problemática, dessas limitações, que refletem diretamente na questão trabalhista dessas pessoas. Vale ainda ressaltar que os jovens dessa comunidade precisam, desde muito cedo, aprender serviços da roça e da pesca, para colaborarem na manutenção e subsistência do lar.

Já os moradores que conseguem concluir os estudos, apesar de tantas limitações, procuram por qualificações profissionais, por meio de cursos técnicos e outros cursos de qualificação, para conseguirem ingressar no mercado de trabalho, que é inexistente na comunidade, ou seja, essas pessoas costumam se mudar para Belém, que é a capital, ou precisam se locomover para o centro de Mosqueiro. Porém, a maioria dessas pessoas acaba precisando se mudar de forma definitiva, por questão de conforto e locomoção, pois mesmo que elas pretendessem ficar na comunidade, os problemas de locomoção são bem desafiadores, pois na comunidade do Caruaru há apenas uma van, que tem três horários diários para fazer o transporte dos moradores, sendo manhã, tarde e noite. O seja, se a pessoa perder um desses horários, ela fica isolada sem ter como retornar para a comunidade, a não ser pela ajuda de outros moradores com condições financeiras mais elevadas, que investem no veículo próprio e acabam por ajudar outros moradores no transporte, em caso de emergências.

A escola que fica localizada na comunidade do Caruaru era a única fonte e forma de emprego digno oferecido dentro da comunidade, visto que algumas moradoras mais velhas, que não são aposentadas e não tiveram oportunidades de estudar, ter melhores condições, que ficaram reféns da manutenção do lar, com experiências em cozinha, trabalhavam como copeiras. A escola ainda fornecia outros cargos, como

auxiliar de serviços gerais e porteiro (a) que também eram ocupados por moradores da comunidade. Com a eleição do atual governo, esses cargos foram direcionados para pessoas de fora da comunidade, já que são cargos eleitoreiros, tirando dos moradores a oportunidade de trabalho digno.

A inclusão dos que menos têm é “circunstancial, casuística, meritocrática e seletiva”. Nega os direitos sociais para fazer sobressair as concessões públicas e filantrópicas, omitindo a responsabilidade estatal. Trata-se de uma forma “truncada” ou “escolhida a dedo” de inclusão social (CORIOLANO, 2006, p. 179).

Mediante o cenário escasso da comunidade em relação a empregos dignos, alguns moradores mais antigos da comunidade e com outras rendas começaram a se planejar economicamente para investirem em plantação de açaí para venda em grande escala. Atualmente, a atividade de plantação, manutenção e venda do açaí para empresas privadas, como grandes supermercados que ficam localizados no centro de Mosqueiro, tem sido a alternativa mais viável, para os moradores da comunidade, que podem e têm condições de trabalhar com esse segmento, o que é uma realidade de poucos moradores.

Na comunidade, podemos perceber que o balneário funciona durante a semana, como um comércio de venda de alimentos e bebidas e aos fins de semana como um balneário comum, com venda de bebidas alcoólicas, alimentos etc. Ao lado do prédio do balneário, há um prédio anexo, que é o restaurante que geralmente só está aberto para funcionamento aos fins de semana, pois durante a semana, fica fechado. Esses dois estabelecimentos têm uma única dona, que trabalha há alguns anos e que recentemente conseguiu fazer a reforma do estabelecimento.

A proprietária dos estabelecimentos também é uma das agricultoras mais fortes na exportação do açaí na comunidade. Diante disso, podemos perceber que o empreendedorismo acabou sendo a única alternativa para aqueles que permaneceram na comunidade.

Os outros empreendedores entrevistados na comunidade trabalham na vila de Mosqueiro, em feiras, em barracas na estrada, com venda de farinha, tucupi, mandioca, maniva, peixes e camarões, ou trabalham com venda de plantas medicinais e remédios naturais ou com produção e venda de artesanatos feitos à mão, corte e costura e customização de peças para festas e aniversários, eventos e outros, como brindes, panos de prato, blusas, artigos religiosos e outros.

As pessoas que trabalham com artesanato não incluem e não se interessam por usar elementos da natureza, ou da própria comunidade, mas utilizam produtos reutilizáveis como garrafa pet.

O artesanato como ocupação familiar no campesinato brasileiro sempre esteve presente no cotidiano dos atores rurais, seja na condição de utensílios que promovessem a conservação e manutenção dos alimentos, roupas e condimentos em geral, tendo portanto, valor de uso interno ou como valor de troca no mercado (GARCIA JR., 1983; SILVA & WIZNIEWSKY, 2011 apud AGUIAR, 2019, p. 14).

Mediante as realidades apresentadas, podemos perceber que o empreendedorismo, a proatividade e a criatividade têm sido determinantes na vida profissional, econômica e social dessas pessoas, que estão buscando formas e se reinventando para manterem seu sustento e subsistência, dentro do cenário atual pandêmico e de crise econômica.

Por fim, uma das artesãs mencionou sobre a existência de um projeto que levava pessoas para viverem experiências na comunidade.

Essas atividades desenvolvem o senso dos moradores, tanto para o empreender, quanto para a potencialidade da comunidade em relação ao turismo. Os visitantes eram levados por uma espécie de agência de turismo para viverem experiências na comunidade. As atividades oferecidas eram visitas guiadas na produção de farinha, visitas guiadas na plantação de plantas e ervas medicinais, venda destas plantas, venda de produtos produzidos na comunidade e também de artesanatos. Foi no período desse projeto que os moradores voltaram a se interessar por atividades mais comuns que eles tinham aprendido e que faziam parte do contexto social deles, como produção de farinha, plantação, artesanato, dentre outros.

Em entrevista, os moradores ressaltaram a importância do turismo para aquele local, pois eles também puderam viver uma experiência turística, principalmente os mais velhos, que nunca trabalharam de carteira assinada, que conseqüentemente não eram aposentados e também já não tinham o costume de desenvolver essas atividades. Esse processo provocou um sentimento de pertencimento e também de utilidade naquilo que eles tinham aprendido durante a vida, sabiam fazer e podiam oferecer. Eles se sentiram valorizados, inclusive no processo de gestão pública, pois aquele foi o único momento em que a comunidade recebeu alguma intervenção política para tentar vencer os problemas sociais da comunidade.

Devido ao aumento do fluxo de pessoas no local, conseqüentemente, se estabeleceu um processo de cadeia de turismo, em que todos os setores (alimentício, comércio, transporte, a comunidade, os empreendimentos da comunidade etc.) que estivessem ali na comunidade poderiam ganhar e aumentar suas rendas, vencendo o estereótipo de que a comunidade do Caruaru era uma comunidade difícil de infraestrutura

pública e de subsistência. Entretanto, o projeto não permaneceu, por conta do fim do governo que estava em gestão naquele momento. As visitas eram particulares e os valores eram divididos entre a agência de turismo e os moradores que eram inscritos no projeto. Nesse período, os moradores também comercializavam outras coisas no momento da visita e também eram remunerados por atividades individuais, caso os visitantes quisessem viver alguma experiência específica que não tivesse no pacote, como trilha, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do trabalho foi analisar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, na comunidade do Caruaru em Mosqueiro (PA), se a comunidade segue algumas das metas planejadas pelos ODS através da Agenda 2030. Por meio dessa pesquisa, podemos concluir que a comunidade desconhece os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, os seus benefícios (sociais, econômicos, trabalhistas e sustentáveis) e quando os praticam, é sempre de forma involuntária, ou visando algum benefício pessoal e/ou financeiro. Portanto, analisou-se que é necessário que se inicie um processo de conscientização dessas comunidades e de outras comunidades ao redor, sobre a importância dos ODS 's, para que se consigam possíveis avanços nas comunidades.

Foi diante de todas essas questões urgentes que se inseriram os debates na disciplina de Abordagens Teóricas e Práticas do Desenvolvimento Local que, embora seja ministrada há mais de 15 anos na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, encontrou no último ano um cenário muito propício às discussões sobre sustentabilidade e desenvolvimento local (CARVALHO; FONSECA, 2021, p. 03).

Percebe-se também na comunidade do Caruaru a ausência de iniciativas do poder público, por meio de políticas públicas, tanto de infraestrutura básica, como saneamento, saúde pública e água tratada, como também, políticas públicas inclusivas, as quais permitam possibilidades de subsistência e emprego digno para os moradores da comunidade.

Assim, em muitas pequenas e médias cidades amazônicas, é notória a diminuição da dinâmica econômica, a reprodução dos padrões de pobreza e problemas sociais, sobretudo os conflitos fundiários, com amplo grau de degradação ambiental. São marcas das políticas públicas que modificaram a realidade socioambiental da região. O artesão, o pescador, o agricultor, o caboclo, estão de fora da lógica ou da dinâmica do planejamento econômico destinado à região (GONÇALVES, 2001; BECHIMOL, 1995 *apud* FERNANDES; SOUZA, 2011, p. 86).

Foi visto também que essa é uma realidade recorrente em todas as comunidades existentes no Distrito de Mosqueiro e de muitas outras regiões, que desenvolvem alguma vertente de Turismo, como é o caso do próprio centro de Mosqueiro, que acaba sendo o foco principal de atração turística da região, nos períodos de verão e férias escolares, fazendo com que as comunidades que têm sempre muito a oferecer, em termos de novas experiências e possibilidades, continuem na margem do esquecimento.

Luzia Coriolano (2006), em seu livro “O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza”, faz uma construção de todo o contexto do Turismo Regional, atrelado ao turismo de massa, políticas públicas, inclusão e exclusão social, dentro da realidade de Fortaleza, que é um foco até os dias atuais de investimento em Turismo e também um point do Turismo massificado de sol e praia. Em contrapartida,

as comunidades e populações que povoavam esses espaços e/ou que viviam em comunidades próximas, tinham com aquelas regiões relações de pertencimento. Sendo assim, pode-se concluir que em decorrência das desigualdades sociais, falta de políticas públicas e investimentos em saúde e educação, essas pessoas acabam abandonando esses lugares, pois precisam sair em busca de novas oportunidades, movimento que a autora chama no livro de “truncada” e “escolhida a dedo”, se referindo a um processo de inclusão social seletivo em que o sistema escolhe aqueles que irá ajudar.

Historicamente, as primeiras exclusões evidenciaram-se na apropriação/inclusão dos habitantes da Região Metropolitana de Fortaleza, na metrópole, que implica a expropriação/exclusão de população nativa, seguida de uma constante exploração de mão de obra, que se tornou um estigma de trabalho barato e submisso ao capital e a alocação dos recursos públicos em benefício dos grupos sociais com poder político econômico hegemônico. O processo de produção e distribuição continuado na exacerbada apropriação da mais-valia determinou elevados níveis de exclusão social e segregação espacial acentuando as contradições (CORIOLANO, 2006, p. 179).

Dessa forma, pode-se propor como possíveis saídas e soluções para os problemas citados neste trabalho a conscientização dos moradores sobre o que é uma comunidade sustentável, quais os problemas geralmente enfrentados para que esses moradores possam entender a realidade a qual estão inseridos e, principalmente, sobre os seus direitos como cidadãos, além de incentivar o desenvolvimento local da própria comunidade.

Para o desenvolvimento sustentável, o local passou a significar uma instância privilegiada de atuação que, por isso, deve possuir autonomia em relação aos Estados e Federação, embora

articulada com eles. O local é a dimensão mais importante quando se trata de desenvolvimento pois, conforme o paradigma do desenvolvimento sustentável, é na dimensão local que se estrutura a condição de vida das populações (BARBIERI, 2006 *apud* CARVALHO; FONSECA, 2021, p. 05).

Dentro do campo das potencialidades da comunidade, dentre as que ainda não são desenvolvidas, destacam-se: agricultura familiar sustentável; iniciativas de Turismo Comunitário, por meio de trilhas, roteiros gastronômicos, roteiros turísticos de barco e outras experiências; comercialização de produtos orgânicos; venda de farinha artesanal e açaí, com a matéria-prima orgânica da própria comunidade; venda de produtos medicinais, como ervas, plantas, semente e outros; customização e venda de artesanatos, feitos com matéria-prima retirada da própria natureza; venda de comidas, bebidas, lanches, guloseimas e outros.

Diante dessas inúmeras possibilidades de desenvolvimento de atividades turísticas, percebe-se a importância primeiramente da educação turística empreendedora e criativa, para que colaborasse primeiramente com o conhecimento técnico sobre as potencialidades e as formas de organizar e gestar esses elementos turísticos, para que dessa forma a comunidade, pudesse enxergar e entender mais sobre o turismo e o seu potencial, gerando assim a primeira fase do processo, que seria a conscientização.

O Turismo de Base Comunitária é uma nova forma de fazer turismo, pois além de todo o aparato do turismo convencional, requer muito conhecimento sobre as medidas que devem ou não ser adotadas para que aconteça de forma integral. Sendo assim, a comunidade do Caruaru, após o processo da conscientização sobre as potencialidades turística e o potencial do Turismo de Base Comunitária, precisaria de

uma imersão em cursos de qualificação sobre o funcionamento do TBC, associado aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, para que de fato a comunidade entendesse o efeito multiplicador do Turismo, mas de forma saudável, respeitando o meio, o espaço, as pessoas, os animais, os rios, a cultura, o conhecimento popular e todos os elementos que a comunidade tem a oferecer.

O poder público também pode ajudar nesse processo, por meio de iniciativas ou parcerias com entidades públicas e/ou privadas, como o SEBRAE, que vem ao longo dos anos desenvolvendo trabalhos no campo do Turismo Regional e do empreendedorismo, qualificando e capacitando pessoas, empreendedores e pequenas empresas, para que essas possam expandir seus negócios. Dessa forma, entende-se que se pode melhorar essas potencialidades da comunidade, assim dispondo de novas possibilidades de subsistência, para além da pesca e da agricultura.

Pela ideia de cooperativismo e desenvolvimento, Barbieri (2006) conclui que:

Não há um único caminho para iniciar um processo de desenvolvimento sustentável local. A Constituição Federal, a Agenda 21 e o Plano de Ação elaborado na Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável e a Agenda Habitat são referências importantes, assim como os diversos indicadores de sustentabilidade que funcionam como mapas de situação local, como o índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Esse processo deverá perseguir objetivos múltiplos e conflitantes, envolvendo questões políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais. Iniciar e dar continuidade a esse processo jamais será uma empreitada fácil. [...] Qualquer política de desenvolvimento sustentável local não pode perder de vista os problemas globais, isto é, ela deve ser formulada também com o objetivo de contribuir para a solução ou redução desses problemas

no seu nível de atuação espacial. Esse é o sentido da expressão pensar globalmente e agir localmente, que se tornou uma espécie de axioma do desenvolvimento sustentável. Independentemente dos objetivos de desenvolvimento local, é importante que a população local perceba que estão contribuindo para a solução de problemas globais, mesmo que represente uma gota no oceano. As ações locais devem ser vistas como instrumento de ampliação da solidariedade em termos planetários, para que seja possível tornar efetivos os pactos geracionais comentados no início deste texto. São esses os pactos que permitirão criar o que Morin (2001) denomina de “cidadania planetária” (BARBIERI, 2006 *apud* CARVALHO; FONSECA, 2021, p.06).

Acredita-se que as organizações comunitárias no Caruaru estão em processo de construção de relações democráticas. Viu-se que a comunidade possui duas associações, uma somente para fins de assuntos da pesca e a Associação de Moradores que não conversam entre si. Muitos dos moradores desconhecem o trabalho de ambas, falta essa troca de relações visando o bem comum, até para possibilitar a chegada mais próxima de um desenvolvimento sustentável para a comunidade. Nesse processo, a construção de estratégias que não excluam nenhum segmento de liderança, formal ou informal, é muito importante. Assim, Gorenstein (2019) menciona acerca do desenvolvimento sustentável, que:

Muitas das condições necessárias para gerar ou recriar processos de produção sustentáveis, repensaria a liderança em termos de capacidades de investimentos e desenvolvimento tecnológicos, desencadeando ou intensificando conflitos em diferentes escalas (global, nacional, local) e reforçando ainda mais o posicionamento da periferia dos países sob este novo paradigma mundial (GORENSTEIN, 2019 *apud* CARVALHO; FONSECA, 2021, p. 05).

A comunidade do Caruaru tem grande potencial para desenvolver um Turismo de Base Comunitária, pois além de ter muitos elementos culturais e gastronômicos, também produz uma diversidade de produtos da agricultura orgânica familiar e ainda é uma das comunidades mais famosas por conta do seu balneário, que atrai muitos turistas aos finais de semana, feriados e férias escolares. Sendo assim, a comunidade só precisa de ações políticas e estratégias comunitárias que visem potencializar o local, não com interesses político-econômicos, mas com interesses sociais atrelados à sustentabilidade do local.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Amália Gabriela Rocha; CRUZ, Silvia Helena Ribeiro; SIMÕES, Aquiles Vasconcelos. Pluriatividade da Agricultura Familiar e Turismo de Base Comunitária na Amazônia: As potencialidades da colônia Chicano, Pará, Brasil. **Artigo** TBC 1, 2019.

AQUINO, Rafael. **Artigo: A importância do desenvolvimento sustentável para o futuro do Brasil**. Brasil de Fato | Belo Horizonte (MG). Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/12/artigo-a-importancia-do-desenvolvimento-sustentavel-para-o-futuro-do-brasil>. Acesso em: 12 ago. 2020 às 16:53.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: Princípios e Diretrizes 2018**. ICMBIO – MMA. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/turismo_de_base_comunitaria_em_uc_2017.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2021.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Turismo de base comunitária em unidades de conservação Federais (recursos eletrônicos): caderno de experiências** / organizadores: Marília Falcone Guerra, Carolina Mattosinho de Carvalho Altiave, Bruna de Vita Silva Santos; autores: Ana Gabriela da Cruz Fontoura... (et. Al.); ilustrador: Daniel Dias Moreira. – Dados eletrônicos. – 1. Ed. – Brasília, DF: ICMBio – MMA, 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. Chamada Pública MTur n. 001/2008 – **Apoio às iniciativas de turismo de base comunitária**. Brasília, 2008. Disponível em: <https://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/convênios_contratos/seleção_projetos/Edital_Chamada_Pxblica_de_Projetos_0012008.pdf> Acesso em: 03 nov. 2021.

CARVALHO, Beatriz Leal de; FONSECA, Sergio Azevedo. ODS e Desenvolvimento Local: Caminho para a Prática de uma Agenda Global. **Artigo**, 2021. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://doity.com.br/media/doity/submissoes/artigo-615e5d7743b002e0c54873ef479a5edd7153b28b-segundo_arquivopdf&ved=2ahUKewiUtIqvk71AhVyrZUCHU4bA2sQFnoECCEQAQ&usq=AOvVaw2O1L9nXHwbHrBh1rSUu_WW. Acesso em: 12 jan. 2022.

CARVALHO, Gláucia Oliveira de. Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável: Uma Visão Contemporânea. RG&SA Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental. **Artigo**, 2019. DOI: 10.19177/rgsa.v8e12019779-792. Disponível em: file:///C:/Users/walla/Downloads/admin,+SUSTENTABILIDADE+E+DESENVOLVIMENTO+SUSTENT%C3%81VEL_+UMA+VIS%C3%83O+CONTEMPOR%C3%82NEA.pdf. Acesso em: 03 de Novembro de 2021.

CARVALHO, Viviane Fernandes de. **O Turismo Comunitário como instrumento de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: [<http://www.revistaecotour.com.br/novo/home/default.asp?tipo=noticia&id=1759>]. Acesso em: 19 de abril de 2019.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

DIONNE, Hugues. **A pesquisa-ação para o Desenvolvimento Local**. Tradução: Michel Thiollent. Série Pesquisa, v. 16. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

FABRINO, Nathalia Hallack; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; COSTA, Helena Araújo. **Turismo de Base comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas: Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p.172-190, dez. 2016.

FERNANDES, Daniel dos Santos. **Em busca do desenvolvimento sustentável: a construção de relações sociais em comunidades ribeirinhas da Amazônia**. Ciência e Cultura. Cienc. Cult. vol.67 no.2 São Paulo Apr./June2015. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252015000200017. Acesso em: 22 jun. 2021.

FERNANDES, Daniel dos Santos; SOUZA, Jorge Alex de Almeida. Entre trapiches, trilhas e vilas: organização comunitária e práticas sustentáveis no Distrito de Mosqueiro, PA, Brasil. Pasos, **Revista de Turismo e Patrimônio Cultural**. Vol. 9, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.25145/j.pasos.2011.09.048>>. Acesso em: 22 de Junho de 2021.

FERNANDES, Daniel dos Santos; SOUZA, Jorge Alex de Almeida; BRITO, Márcia Bittencourt; FLECK, Raianne dos Santos; MENEZES, Gerlei Agrassar; SANTOS, Shirlene Machado. **Na rota do Turismo: Iakuaru na Trilha da Terra Fértil**. Blog Mosqueirando, 4 de Agosto de 2014. Disponível em: <<http://mosqueirando.blogspot.com/2014/08/na-rota-do-turismo-iakuaru-na-trilha.html?m=1>>. Acesso em: 08 de Dezembro de 2021.

GRIMM, Isabel Jurema. Mudanças Climáticas e Turismo: Estratégias de Adaptação e Mitigação. **Tese** (Doutorado) em Meio Ambiente e Desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016

GRUPO LIBERAL. **Ação Social vai beneficiar famílias da Comunidade Caruaru, em Mosqueiro**. Redação Integrada Site OLIBERAL.com. Publicado em: 14/10/2020. Disponível em: <https://www.oliberal.com/belem/acao-social-vai-beneficiar-familias-da-comunidade-caruaru-em-mosqueiro-1.316246>. Acesso em: 22 jun. 2021.

GUSMÃO, Luiz Henrique Almeida. **Cartografia e Impactos Ambientais na Ilha de Mosqueiro em Belém/PA**, de 26 de Agosto de 2014. Disponível em: <<http://geocartografiadigital.blogspot.com/2014/08/Impactos-ambientais-na-ilha-de.html?m=1>>. Acesso em: 09 de Dezembro de 2021.

IRVING, Marta de Azevedo; RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira; RABINOVICI, Andrea; COSTA, Helena Araújo (Organização). **Turismo, áreas protegidas e inclusão social: diálogos entre saberes e fazeres**. Rio de Janeiro: Ed. Folio Digital; Letra e Imagem, 2015, 292p.

Laboratório de Análises Clínicas Hilab. **Os Impactos da pandemia da COVID-19 nos ODS da ONU**. Publicado em 24 de Maio de 2021. Disponível em: <https://hilab.com.br/blog/os-impactos-da-pandemia->

nos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/. Acesso em: 09 de Dezembro de 2021.

LEÃO, Pedro. **Comunidades Rurais de Mosqueiro**. Blog Mosqueiro Ambiental: Notícias, estudos e protagonismo socioambiental em práticas sustentáveis na ilha amazônica de Mosqueiro, Belém do Pará, Brasil. Julho, 2012. Disponível em: <http://mosqueiroambiental.blogspot.com/2012/07/comunidades-rurais-de-mosqueiro.html?m=1>. Acesso em: 11 nov. 2021.

MAIA, Arcanjo Miguel Garcia; GOMES, Eduardo Lima dos Santos; MENDES, Fabricio Lemos de Siqueira; CRUZ, Silvia Helena Ribeiro. Turismo de Base Comunitária, Redes de Colaboração e Inclusão Social na Ilha de Cotijuba em Belém/PA: a Rede Açai e o roteiro Vem Viver Cotijuba, 2019. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Turismo), Universidade Federal do Pará.

MENDES, André Luiz Rodrigues. **O aquecimento global: teorias e atores**. Publicado em 27 de janeiro de 2015. Qualis, Capes Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/15/2/o-aquecimento-global-teorias-e-atores>. Acesso em: 22 de Setembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 2014. Disponível em <http://www.belem.pa.gov.br/>

ONG PLAN INTERNACIONAL. **Conheça os 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Publicado em 02 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://plan.org.br/conheca-os-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 22 set. 2021.

Organização do Turismo (1991). **Turismo internacional – Uma perspectiva global 2**. Porto Alegre: Bookmann.

REDE TUCUM. **Caderno de Normas e Procedimentos Internos da Rede Tucum – Rede Cearense de Turismo Comunitário.** Rosa Martins (organização). Fortaleza: Instituto Terramar, 2013.

SANTOS, Juliana Grazini dos. **O Impacto da COVID-19 nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Instituição Francesa Verakis. 18 de Novembro de 2020. disponível em: <<http://verakis.com/o-impacto-da-covi-19-nos-objetivos-sustentavel-parte-1-2/>>. Acesso em: 11 de Novembro de 2021.

Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, Departamento de Direitos Humanos e Cidadania - DEDIHC. **Povos e Comunidades Tradicionais.** Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=156>. Acesso em: 06 de Outubro de 2020 (Fonte: <http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/o-que-sao-comunidades-tradicionais>).

SILVA, Cricyla Silva da; BATISTA, Daniele Cruz; OLIVEIRA, Dariany Aguiar; JESUS, Elizandra Queiroz de. Urbanização de Belém do Pará: Uma análise do Projeto de Urbanização e Habitação da Vila da Barca. ENPESS. **XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras/ES em Serviço Social**, 2 a 7 de dezembro de 2018.

TAVARES, Maria Goretti da Costa; GOMES, Kleber dos Santos; COSTA, Maria Augusta Freitas; RIBEIRO Willame de Oliveira. Turismo e Desenvolvimento Sócio-Espacial na Amazônia Brasileira: O Caso da Ilha de Mosqueiro, Belém,Pará, Brasil. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.** Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaturistica/25.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação** (ed. 18). São Paulo: Cortez, 2011.

TOLEDO, Renata Ferraz de; GIATTI, Leandro Luiz, & JACOBI, Pedro Roberto (2014). **A pesquisa-ação em estudos interdisciplinares: análise de critérios que só a prática pode revelar**. *Interface (Botucatu)*, 18(51), 633-646.

URANO, Débora Goes . Turismo e rede de participação comunitária: Análise das relações dos atores sociais da Rede Tucum, estado do Ceará, no período de 2008 a 2016. **Dissertação** (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil, 2017.

OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS PRÁTICAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM UMA RESERVA DA VIDA SILVESTRE: análise do roteiro em Santo Amaro/Benevides/Pará

Silvia Helena Ribeiro Cruz

Milene de Cássia Santos de Castro

Gleiciane de Melo Alves

INTRODUÇÃO

O turismo é considerado um fenômeno recente, mas teve seu início no século XX, com a grande expansão da revolução industrial, tendo como importante marco de crescimento a segunda metade do mesmo século, sendo considerado um grande vetor da economia mundial (SILVA, 2013). De acordo com Barretto (2000), Ignarra (1999) e Pires (1998), há diversos tipos de turistas e para cada um há uma segmentação. Essas segmentações são criadas a partir de motivações e necessidades dos turistas. Por conseguinte, Andrade (1976) destaca também os segmentos de Turismo cultural, religioso, de saúde, negócios, aventura e ecoturismo. Neste sentido, destaca-se a busca crescente por espaços naturais, que Boo (1992) classifica como a junção do turismo e dos preservacionistas.

O TBC é conduzido para as aspirações da comunidade, tendo por direcionamento o desenvolvimento local, dos empreendimentos locais, da valoração e manutenção da identidade local (CORIOLANO,

2003). Deste modo, nas últimas décadas, com o crescimento das cidades e da atividade turística, aumentou a necessidade de ações para o lazer visando possibilitar a qualidade de vida da população, buscando um desenvolvimento ambiental equilibrado, economicamente viável e justo socialmente. E dentre as premissas desse estudo, está a de que o desenvolvimento do turismo de base comunitária pode contribuir para o desenvolvimento local mais sustentável, socialmente justo e mantenedor das culturas locais aliadas ao prazer de fazer turismo (GRIMM e SAMPAIO, 2011).

O objeto de estudo escolhido para guiar esta pesquisa foi a Comunidade de Santo Amaro, localizada às margens do Igarapé Taiassuí, no município de Benevides/PA. A comunidade está localizada na zona de amortecimento de uma Unidade de Conservação (UC) de proteção integral, chamada Refúgio de Vida Silvestre MetrÓpole da Amazônia. A comunidade e o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará (IDEFLOR BIO), por meio do Projeto Agrovárzea, fomentaram um roteiro intitulado “Vem viver Santo Amaro”. Neste sentido, este estudo objetiva verificar se tal roteiro está em consonância com dois dos dezessete ODSs, sendo estes: o ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico; e o 12 – Consumo e produção responsável.

Todavia, o presente estudo foi realizado a partir da análise do roteiro, elaborado como uma atividade paralela ao “8º Encontro de Turismo Comunitário na Amazônia: protagonismos das populações tradicionais e povos indígenas”, realizado pela Faculdade de Turismo, da Universidade Federal do Pará, no período de 12 a 14 de agosto de 2019.

Posteriormente, os métodos realizados para a obtenção de dados para este estudo se deram a partir: da revisão de literatura; do

levantamento e caracterização da Comunidade de Santo Amaro; da pesquisa de campo amparada pela observação direta; e da aplicação de uma matriz, por meio de uma entrevista com perguntas fechadas aos operadores e residentes.

Assim, o turismo relaciona-se com os ODSs por meio dos recursos naturais e geração de emprego, e também por ser uma atividade do setor terciário. Desse modo, os recursos naturais geralmente são os atrativos dos destinos turísticos. Por conseguinte, estima-se que a atividade turística venha a ser uma possibilidade para alcançar os preceitos econômicos, ambientais e sociais presentes na agenda 2030.

BREVE HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS E CRIAÇÃO DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE METRÓPOLE DA AMAZÔNIA

A preservação do mundo natural, ou “mundo selvagem”, teria surgido muito antes, no continente europeu como as mudanças de pensamento no que se refere ao mundo natural (Diegues, 1993). Até então, o pensamento principal era de desvalorização do mundo “selvagem”, no que se relaciona à sua preservação. No entanto, influenciado pela evolução da História Natural, que deu importante contribuição no sentido de se firmar um olhar atencioso para com essas áreas naturais, a visão sobre as mesmas teria começado a se alterar no sentido de sua valorização (THOMAS, 1983 *apud* DIEGUES, 2001).

Diegues (2001 p. 23) aponta que essa valorização do mundo selvagem esteve enquadrada dentro da realidade de um contexto social, visto que “no começo da revolução industrial, a vida nas cidades, antes valorizada como sinal de civilização em oposição à rusticidade da vida

no campo, passou a ser criticada, pois o ambiente fabril tornava o ar irrespirável”. Sendo assim, a vida campestre passou a ser sonhada pelas diversas classes sociais, dentre elas a agrícola.

Diversos autores como Diegues (2001) e Quintão (1993) afirmam que no início do século XIX, teria chegado aos Estados Unidos esta ideia, até sua evolução, criando deste modo o primeiro Parque Nacional Yellowstone. Entende-se que depois dos Estados Unidos, quem teria criado o primeiro Parque Nacional, diversos países começaram a adotar o mesmo sistema como Canadá (1885), Nova Zelândia e México (1894), África do Sul e Austrália (1898), Argentina (1903), Chile (1926) e o Brasil (1937).

No Brasil, os parques nacionais tinham como modelo a realidade norte-americana, não levando em consideração os aspectos da realidade nacional. Deste modo, a população que residia em convertidas áreas protegidas, principalmente as de populações tradicionais, foram banidas da possível moradia ou exploração sustentável dessas áreas e de seu processo de administração (AGUIAR, 2017). O advento dos Parques Nacionais no Brasil foi o de Itatiaia, criado em 1937, no governo de Getúlio Vargas. Já em 1939, foram criados os parques de Nova Iguaçu, no estado do Paraná, e o da Serra dos Órgãos, no Rio Grande do Sul (BRITO e CÂMARA, 2001).

Após um período de 20 anos, em 1959 foi repensada a criação de novos parques. Já na década de 1960, foram criadas diversas tipologias de Unidades de Conservação, a exemplo dos Parques Nacionais (PARNA), Reservas Biológicas (RESEX), Estação Biológica, Área de Proteção Ambiental (APA) e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). Contudo, em 1973, houve a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), com uma estrutura independente

para questões ambientais. Esta criação deu-se através das diretrizes da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, também conhecida como Conferência de Estocolmo, ocorrida em 1972.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi criado através da Lei 9.985/2000, caracterizando-se como um conjunto de unidades de conservação (UC) federais, estaduais e municipais. Composto por doze categorias, seu objetivo é específico e se diferencia quanto às formas de proteção e usos permitidos, maiores cuidados e pela sua fragilidade e particularidades, sendo distribuídas como áreas de proteção integral, áreas que podem ser utilizadas de forma sustentável e conservadas ao mesmo tempo, e as de uso sustentável (BRASIL, 2000).

A visão estratégica do SNUC possibilita aos tomadores de decisão que as UC's, além de conservar os ecossistemas e a biodiversidade, gerem renda, emprego, desenvolvimento e propiciem uma efetiva melhora na qualidade de vida das populações locais e do Brasil como um todo (VALLEJO, 2009).

No Estado do Pará, onde encontra-se localizada a área de pesquisa deste estudo, o REVIS Metrópole da Amazônia foi criado a partir do decreto nº 2.211, de 30 de março de 2010, pelo então Governo do Estado do Pará. Até o ano de 2014, a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) foi responsável pela administração da UC e presidência do Conselho Consultivo. A partir do ano de 2015, a gestão e atividades correlatas foram atribuídas ao Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio), (IDEFLOR-Bio, 2015). O REVIS Metrópole da Amazônia foi criado também com a finalidade de minimizar os impactos ambientais causados pelo crescimento populacional da Região Metropolitana de Belém. Com relação aos instrumentos de gestão previstos no SNUC:

Plano de Gestão é conferido o poder de planejar o zoneamento da UC, as normas de uso das áreas e de manejo dos recursos naturais, os programas de gestão e a indicação das estruturas físicas necessárias ao adequado gerenciamento da mesma. Esse papel abrange ainda a Zona de Amortecimento e os corredores ecológicos da Unidade, visando a promoção de sua integração à realidade econômica, política, ambiental e social existente em seu entorno (PLANO DE MANEJO, 2018, p. 42).

O nome escolhido para a UC ainda não se popularizou, sendo a área até o momento conhecida como “Fazenda Pirelli”. Essa denominação decorre da compra desta área, em 1954, pela Empresa Pirelli AS. Neste período, foi nomeada como Fazenda Guamá. A empresa de pneus Pirelli, que iniciou o processo de cultivo de Seringueiras (*Hevea brasiliensis*), na década de 1950, teve por finalidade suprir a produção de matéria-prima para os pneus produzidos em Merlo, Argentina (ALMEIDA, 2013; CASTRO, 2013).

O REVIS está localizado a 23 km de Belém, por via terrestre pela BR 316, continuando o trajeto por 4 km pela estrada da Pirelli. Ao norte, a UC faz limite com os municípios de Ananindeua e Marituba; ao Sul dispõe de 18 km de margens em relação ao Rio Guamá, a meio caminho da foz do Rio Caraparu e da foz do Igarapé Oriboquinha; a Oeste, novamente com o Igarapé Oriboquinha e a Área de Proteção Ambiental da Região Metropolitana de Belém (APA Belém), onde encontra-se o Parque Estadual do Utinga, distante a 15,7 km da UC (CASTRO, 2013).

A partir da criação do Refúgio de Vida Silvestre Metrôpole da Amazônia, verificou-se a necessidade de inserir as comunidades locais que estão localizadas dentro da Unidade e também em sua área de amortecimento, por meio do Projeto Agrovárzea. Por conseguinte,

o projeto objetivou proporcionar atividades em sinergia com a preservação do REVIS e também geradora de renda, sem excluir as atividades agroflorestais das comunidades.

PREMISSAS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE DE SANTO AMARO/PA

O turismo tem apresentado uma grande expansão global, chegando a ser considerado a maior indústria da economia mundial. Embora o seu papel na economia de todo o mundo seja considerável, não se pode deixar de ressaltar que o turismo não dinamizou a economia em áreas pobres, tampouco distribuiu riqueza. Ao contrário, transformou o espaço local em mercadoria global, servindo de estratégia de acumulação monetária em detrimento das necessidades da população local, estando associado à exclusão socioeconômica e à geração de impactos sociais e ambientais negativos (CORIOLANO, 2003; MOLINA, 2003; ARAÚJO e GELBCKER, 2008).

Para Walkowski *et.al* (2021) o fomento de atividades turísticas, incluindo o TBC, a partir do final do século XX e início do século XXI, ocorreram com maior frequência por meio de iniciativas endógenas locais e/ou regionais. Estima-se que tal fato aconteça no Brasil devido às diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Regionalização do Turismo, cujo enfoque incentiva a promoção do turismo através da cooperação entre atores locais e instituições públicas e privadas. Para corroborar, Walkowski *et.al* (2021) indicam que na América Latina o TBC também tem raízes endógenas, neste caso fundamentado a partir da Rede de Turismo Comunitário da América Latina (REDTURS), que tem por

objetivo facilitar iniciativas comunitárias em uma escala local e nacional, desde 2001. Entende-se que as associações locais são articuladoras intermediárias entre o empreendedor e as políticas do Estado.

Ademais, as atividades turísticas de cunho comunitário apresentam-se como uma possibilidade diferenciada ao estilo de atividades do Turismo de massa, direcionada para os objetivos e necessidades da população local, da valorização e manutenção da identidade cultural do local, conduzido por grupos de pequenos empreendedores que se organizam para a elaboração e venda de diferentes produtos turísticos, deixados de lado pelo capital global (CORIOLANO, 2005).

Segundo Sampaio (2005), Turismo Comunitário é definido como:

Uma estratégia de comunicação social que possibilita que experiências de planejamento para o desenvolvimento de base comunitária em curso, na qual a população autóctone se torna a principal protagonista, resgatando ou conservando seus modos de vida que lhe são próprios, possam ser vivenciadas através da atividade turística (SAMPAIO, 2005, p. 113).

As principais características do turismo de base comunitária são as mobilizações da sociedade por seus direitos em detrimento dos grandes empreendedores, sendo capaz de melhorar a renda e a qualidade de vida dos moradores locais, preservando os valores culturais e naturais de cada localidade receptora (CARVALHO, 2007). Os benefícios de se promover o turismo comunitário não são apenas para as comunidades receptoras, mas também para os turistas, que, ao interagirem com a comunidade e com formas de vida diferentes das suas, realizam o que é chamado de experiência autêntica. Outro benefício dessa forma de turismo é o contato com a natureza pouco explorada, atendendo aos princípios de conservação ambiental (GRIMM & SAMPAIO, 2011).

A comunidade de Santo Amaro é composta por nove famílias, o acesso principal se dá pelo Igarapé Taiassuí. De acordo com relatos dos moradores mais antigos, a localidade era conhecida como Taiassuí. Posteriormente, com a construção da Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Maria Flora, que foi solicitada pelos próprios moradores, a comunidade muda o seu nome. Deste modo, ocorreu a chegada de novos alunos de outras comunidades próximas, então a comunidade de Santo Amaro torna-se uma área de interesse para novos moradores. Por conseguinte, a fundação da localidade data de 1984 por moradores ribeirinhos, que mantêm relação de conservação do seu modo de vida com o Rio Guamá e Igarapé Taiassuí (IDEFLOR-BIO, 2018).

Com o intuito de ilustrar a formação das famílias pertencentes à Comunidade de Santo Amaro, foram utilizadas informações disponibilizadas pelo IDEFLOR BIO. Em geral, estas localidades são compostas por integrantes de uma mesma família que, ao estabelecerem relações de matrimônio com pessoas de outras comunidades, foram aumentando a rede familiar (IDEFLOR-BIO, 2018, p.).

Observou-se por meio das premissas do Turismo de Base Comunitária o modo de ordenamento da comunidade de Santo Amaro. Posteriormente, na seção de procedimentos metodológicos, serão apresentados os meios pelos quais o roteiro “Vem Viver Santo Amaro” foi analisado.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A estratégia metodológica escolhida que guiou este estudo foi a pesquisa ação. De acordo com Thiollent (2011), a pesquisa ação é uma pesquisa feita de base empírica, que busca a resolução de um problema

prático “no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação e do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (p. 20). Desse modo, a pesquisa ação utiliza-se da teoria para implementar as ações necessárias no ambiente da pesquisa, para não ser mera razão instrumentalista.

Em tal sentido, destaca-se a importância do uso e adequação de ambos os procedimentos metodológicos de abordagem: qualitativo e quantitativo. A abordagem qualitativa, segundo Oliveira (2012), se define como “processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação” (p. 37). Dessa forma, a abordagem qualitativa preza o contexto do pesquisado, e a compreensão da complexidade subjetiva do mesmo, adequado para os estudos de ciências sociais ao qual este trabalho está inserido.

A referida pesquisa tem objetivo exploratório – coletando dados e levantando informações sobre uma determinada área – e explicativo, que se trata de analisar tais dados à luz dos resultados das pesquisas qualitativas, como relata Severino (2016). Desse modo, na fase exploratória, fez-se levantamento bibliográfico sobre as variáveis que abrangem o tema, a fim de se construir um referencial teórico comum. É importante que se ressalte o caráter interdisciplinar de tal bibliografia, algo comum nas ciências sociais no tocante à pesquisa de turismo, pois se tratando de uma pesquisa pautada na construção humana e abrangência do tema, é fundamental que se articule diferentes tipos de saberes para um melhor aproveitamento teórico.

Houve o levantamento documental em relação à unidade específica estudada, na percepção de que esta contextualizará o local

como território, que se dá em um campo concreto e que é sujeito de políticas públicas. Após isso, foi feita pesquisa de campo, na qual foi usada a técnica de observação direta. Também será usada a técnica de questionários e entrevistas fechadas, a fim de que se saibam as observações dos próprios sujeitos participantes da pesquisa.

A observação direta é importante na pesquisa-ação, que parte de dados empíricos (THIOLLENT, 2011). É imprescindível que se use observação direta em trabalhos de campo relacionado a turismo, que usa, em geral, de experiências e recursos sensoriais (atrelados à visão, audição, paladar, tato ou olfato) para vender ou diferenciar seu produto.

Ainda, este estudou utilizou a pesquisa qualitativa por meio de pesquisa bibliográfica, matriz de Observação ODS, análise de conteúdo a partir dos dados coletados em campo e a aplicação de entrevistas, com perguntas semiestruturadas. Em relação à utilização da análise de conteúdo, segundo Bardin (1977, p. 102), “é a utilização dos resultados de análise com fins teóricos ou pragmáticos”. Estima-se que a análise de conteúdo forneça métodos de entendimento da comunicação feita por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens advindas das entrevistas (BARDIN, 1977).

Houve a realização de entrevistas com dois moradores, nos dias 15 de agosto e 22 de outubro de 2019. Os questionamentos direcionados aos entrevistados foram os seguintes: 1. Como ocorreu o contato com a Comunidade de Santo Amaro? 2. Como o roteiro “Vem Viver Santo Amaro” foi elaborado? 3. Em qual período foi elaborado? 4. Quantos roteiros já foram realizados? 5. Quem são os responsáveis pelo roteiro na comunidade?

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM SANTO AMARO COMO PROMOTOR DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NA PERSPECTIVA DA AGENDA 2030

A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável “é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU)” (ONU, 2015, p. 1). Por conseguinte, entre os objetivos propostos pela agenda estão: a busca pela diminuição de conflitos; e a erradicação da pobreza, o que inclui principalmente, a pobreza extrema, um dos maiores desafios para a prática do desenvolvimento sustentável. Com este intuito, foram elaborados 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas. Tais objetivos e metas estão em sinergia com a tríade de dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental (ONU, 2015).

Este estudo optou por utilizar os ODS 8 e ODS 12. Entre outros objetivos, o ODS 8 almeja até 2020 diminuir a proporção de jovens desempregados, sem acesso à educação e formação. No tocante a atividade turística: “Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais” (ONU, 2015, p. 1); e, ainda, para a ONU estimular políticas que fomentem o empreendedorismo, criatividade e inovação. Estas são características que estão presentes no Roteiro Vem Viver Santo Amaro. A figura 1 apresenta o cartaz de divulgação do roteiro, seguido pelas informações pertinentes à realização do mesmo.

Figura 1 – Divulgação do Roteiro “Vem Viver Santo Amaro”

Seminário Pré-Conexões

8º ENCONTRO DE TURISMO COMUNITÁRIO NA AMAZÔNIA: Protagonistas das Populações Tradicionais e Povos Indígenas

vivência na comunidade de **SANTO AMARO**

REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE METROPOLE DA AMAZÔNIA - BENEVIDES



TRANSPORTE TERRESTRE E AQUÁTICO • CAFÉ DA MANHÃ • ALMOÇO REGIONAL • TRILHAS • OFICINA DE CHOCOLATE ARTESANALMENTE E MUITO MAIS.

14 DE AGOSTO

vagas limitadas

contatos:
Júlio Raiol
91 985593205
Hygo Palheta
91 989295357

RS
130,00

REALIZAÇÃO:

GUAJARA AMAZONITA TURISMO

APOIO:

Ideflor-bio

VISA MasterCard Elo Hipercard

Fonte: Escritório Modelo de Práticas Acadêmicas em Turismo (2019).

O roteiro teve início às 07:30, com saída de Belém, por meio terrestre, com chegada na Comunidade de Ponta Negra às 08:20, localizada no município de Marituba e às margens do Rio Guamá. O trajeto entre a Comunidade de Ponta negra até a Comunidade de Santo Amaro é realizado de lancha. A chegada à Comunidade de Santo Amaro foi às 08:45, o retorno se deu às 16:30. Na comunidade, foi servido um café da manhã. Seguindo pela trilha, observa-se que é uma região de várzea, e a caminhada dura em torno de uma hora. Posteriormente, um almoço, já incluso no pacote. O almoço é composto por Peixe Frito com açaí, Galinha caipira, camarão e guarnições de arroz, feijão e farofa.

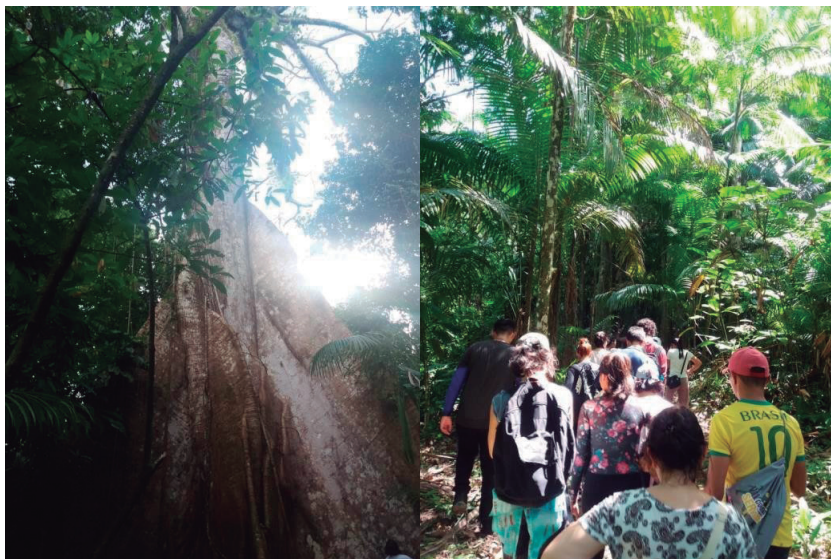
Figuras 2 e 3 – Transporte e alimentação no Roteiro “Vem Viver Santo Amaro”



Fonte: Cruz (2019).

Segundo o relato da Proprietária da Guajará Turismo, o contato com a Comunidade de Santo Amaro aconteceu por meio do IDEFLOR BiO. Posteriormente, a empresária teve a oportunidade de comercializar o roteiro. Em relação à construção do roteiro, a elaboração foi direcionada pelo Projeto Agrovárzea, que já objetivava inserir o Turismo de Base Comunitária. O primeiro grupo de visitantes esteve na comunidade no dia 05 de maio de 2019. Desde o início da operação do roteiro, já foram realizadas duas visitas. A comunidade ainda não tem uma associação dos moradores (Informação verbal, 2019).

Figuras 4 e 5 – Ponto de visitação da Samaumeira e realização da trilha



Fonte: Cruz (2019).

A comunidade de Santo Amaro está a apenas 20 minutos de lancha da Alça Viária, na Região Metropolitana de Belém; ela guarda belezas naturais ainda pouco conhecidas dos paraenses. Às margens de um braço

do Rio Guamá, a comunidade formada por oito casas é cercada por mata fechada, onde é possível encontrar belos exemplares da flora e da fauna regional. Santo Amaro integra o Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia, Unidade de Conservação estadual sob a responsabilidade do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará. É possível encontrar na trilha espécies como: cedro, que está vulnerável à extinção; murumuru (*Astrocaryum murumuru*), base para fazer óleos, manteiga e sabonetes; paxiúba (*socratea exorrhiza*), que dá nome à trilha e tem a madeira utilizada para fazer casas; e sororoca (*Phenakospermum guianense*), utilizada na cobertura das residências, além das árvores frutíferas banana (*Musa*), cacau (*Theobroma cacao*), açaí (*Euterpe oleracea*) e cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), que são cultivadas para subsistência e comercialização em pequena escala. A trilha conta ainda com um canal de rio e alguns obstáculos naturais, como troncos de árvore. Após a trilha, o almoço fica por conta da cozinha de Eliane, que prepara galinha caipira, feijão, arroz, macarrão, peixe frito e açaí batido na hora. Tudo é servido à beira do rio, onde é possível tomar um banho refrescante (IDEFLOR-BIO, 2019).

De acordo com as entrevistas e observações realizadas na comunidade, há preocupações quanto à sustentabilidade dos recursos aproveitados para a realização do roteiro, com práticas de turismo que têm princípios calcados no ODS 12: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis. O ODS 12 está presente na trilha da Paxiúba quando o condutor apresenta os recursos aproveitados e que estão no contexto da produção agroflorestal da comunidade, preconizando a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental. Ainda, a produção dos alimentos ofertados aos turistas também possui valores do ODS 12, pois os insumos utilizados na gastronomia são os produzidos na própria

comunidade, de forma orgânica, e manejo sustentável, além do processo de elaboração dos alimentos que é artesanal.

Quanto ao ODS 08 – Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável –, observou-se que na prática laboral da atividade turística, os condutores desenvolvem suas atividades com segurança, responsabilidade e compromisso, e estabelecem regras quanto ao envolvimento dos jovens na atividade turística: devem estar matriculados no sistema de ensino formal. A proposta é aumentar as oportunidades, criar alternativas de engajamento no mercado de trabalho, diminuindo a proporção dos jovens desempregados.

Portanto, observou-se que o roteiro analisado cumpriu as perspectivas dos Objetivos do desenvolvimento Sustentável, especificamente no que tange aos ODSs 8 e 12. A partir das observações realizadas no roteiro, estima-se o fomento da comunidade, no tocante ao cumprimento dos ODSs e também à manutenção de seus atrativos naturais, além de refletir diretamente no planejamento de atividades com cunho econômico sustentado na localidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Organização das Nações Unidas e a Organização Mundial de Turismo, ao propor o estabelecimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável nas práticas turísticas, objetivou que essa atividade econômica pudesse engajar a cadeia produtiva do turismo ao alcance da sustentabilidade dos recursos. Esse é um desafio mundial para os continentes, os países e as comunidades que estão engajados.

Ao propor a análise desse processo para a Amazônia, o estudo objetivou entender se o roteiro de Turismo de Base Comunitária, na

Comunidade de Santo Amaro/Benevides/PA, localizado na zona de amortecimento da Unidade de Conservação, Refúgio da Vida Silvestre da Amazônia, ao operacionalizar sua prática turística estaria adequado aos ODSs 8 e 12. Assim, optou-se pela pesquisa-ação, que permitiu ao observador analisar, de forma mais acurada, o roteiro, vivenciando e analisando os aspectos inerentes aos ODSs 08 e 12.

Assim, as práticas turísticas no roteiro de Turismo de Base Comunitária em Santo Amaro/Benevides/PA estão adequadas aos ODSs 8 e 12, na medida em que estão promovendo o crescimento econômico, sendo mais uma atividade econômica agregando valor às práticas tradicionais. Ao mesmo tempo, observou-se que as práticas turísticas de TBC estabelecem a inclusão e participação comunitária, na medida em que as atividades são desenvolvidas e manejadas pela própria comunidade. Entende-se que elas são práticas sustentáveis, pois a trilha aproveitada para o TBC é a mesma manejada para as atividades agroflorestais; dessa forma, esses recursos – os agroflorestais e os fluviais – tornam-se os atrativos turísticos para os visitantes. A trilha demonstra o princípio sustentável do manejo e aproveitamento dos recursos agroflorestais, tanto no que concerne à produção quanto ao consumo.

Faz-se importante destacar a participação da comunidade em todo o processo do Turismo de Base Comunitária, desde o planejamento à operacionalização dos roteiros, demonstrando a inclusão social e a valorização do capital social da comunidade, incluindo os jovens em processo de formação escolar. Reafirma-se o uso sustentável dos recursos naturais e culturais, com destaque para o sistema agroflorestal tradicional e familiar, assim como os recursos fluviais, rios e igarapés, visto que, ao mesmo tempo que a comunidade utiliza para as atividades de pesca e lazer, com o roteiro de turismo passa a ser agregado como atrativo turístico aos visitantes.

Desse modo, o estudo contribuiu para elucidar que na Amazônia existem contradições quanto às práticas de desenvolvimento econômico, como o de grandes empreendimentos, que causam impactos, por não se apropriarem de práticas sustentáveis. Porém, o TBC desenvolvido na Comunidade de Santo Amaro/PA apresenta elementos que condizem com os ODSs 8 e 12, principalmente quanto ao crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, assegurando padrões de produção e consumo sustentáveis que, inclusive, propugnam os princípios conceituais do Turismo de Base Comunitária.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, H. J. P. de. (2017). Ecoturismo e tradição cultural quilombola: análise sobre as influências do turismo no Parque Estadual Caverna do Diabo nas comunidades de Ivaporunduva e Sapatu. São Paulo: Eldorado.
- ANDRADE, J. V. (1976). Fundamentos e dimensões do turismo. Belo Horizonte: Ática.
- ARAÚJO, G. P.; Gelbcker, D. L. (2008). Turismo comunitário uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento. Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica, v.10, nº 03. DOI: <http://dx.doi.org/10.14210/rtva.v10n3.p358-377>.
- BARDIN, L. (1977). Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70 Barreto, M. Turismo e legado cultural. 2000.
- BRASIL. Lei 9985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de
- BRITO, F. A.; Câmara, J. B. D. (1999). Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável. Editora Vozes.

BOO, E. (1992). O boom do ecoturismo: planejamento para desenvolvimento e gerenciamento. Wildlands and Human Needs Program.

Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União. 2000.

BRASIL (2019). Ministério do Turismo. Turismo como objetivo para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável. Acesso em: 10 out. 2019, em

http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/11700-turismo-como_instrumento-para-alcan%C3%A7ar-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel.html.

CARVALHO, V. F. (2007). O Turismo Comunitário como instrumento de desenvolvimento sustentável. Acedido em 18 de outubro de 2019, em http://www.revistaecotour.com.br/pagina/MTc1OQ==/O_turismo_comunitario_como_instrumento_de_desenvolvimento_sustentavel.

CASTRO, M. C. S. Turismo em Unidades de Conservação: Uma Proposta para o Refúgio de Vida Silvestre Metr pole da Amazônia. 2013. 105 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Belém: Universidade Federal do Pará (UFPA). Curso de Bacharelado em Turismo.

CORIOIANO, L. N. (2005). A exclusão e a inclusão social e o turismo. Revista de Turismo e Patrimônio Cultural. V. 3, n  2, p. 295-304.

DIEGUES, A. C. S. (2001). Popula es tradicionais em unidades de conserva o: o mito moderno da natureza intocada. In: Popula es tradicionais em unidades de conserva o: o mito moderno da natureza intocada. CEMAR/USP/NUPAUB, 3  edic o.

GRIMM, I. J.; SAMPAIO, C. A. C. (2011). Turismo de base comunitária: convivencialidade e conservação ambiental. Revista Brasileira de Ciências Ambientais, nº 19, p. 57-68, em http://abes-dn.org.br/publicacoes/rbciamb/PDFs/19-09_Materia_geral_7_artigos273.pdf.

IGNARRA, L. R. (2003). Fundamentos do Turismo. rev. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

ONU (2013). Organizações das Nações Unidas. Agenda 2030. Acesso em: 12 out. 2019, em <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>.

OLIVEIRA, M. M. (2012). Como fazer pesquisa qualitativa. 4.ed. Petrópolis: Vozes.

PARÁ (2018). Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará. Turismo ecológico e Alternativa de renda para a Comunidade Santo Amaro. Acesso em: 15 out. 2019, em <https://ideflorbio.pa.gov.br/2018/11/turismo-ecologico-e-alternativa-de-renda-para-a-comunidade-santo-amaro/>.

PARÁ (2018). Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará. Plano de Gestão do Refúgio de Vida Silvestre Metrôpole da Amazônia. Acedido em 18 de outubro de 2019, em <https://ideflorbio.pa.gov.br/wp-content/uploads/2018/07/Plano-de-Manejo-1.pdf>.

PIRES, B. C. C. (1998). Gestão em agências de ecoturismo e sua inserção no contexto da sustentabilidade. Turismo-Visão e Ação, v. 1, n. 2, p. 45.

QUINTÃO, A. T. B. (1983). Evolução do conceito de Parques Nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento. Brasil Florestal, v. 54, n. 2, p. 13-28.

SAMPAIO, C. A. C. (2005). Turismo como fenômeno humano: princípios para pensar a socioeconômica e sua prática sob a denominação turismo comunitário. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

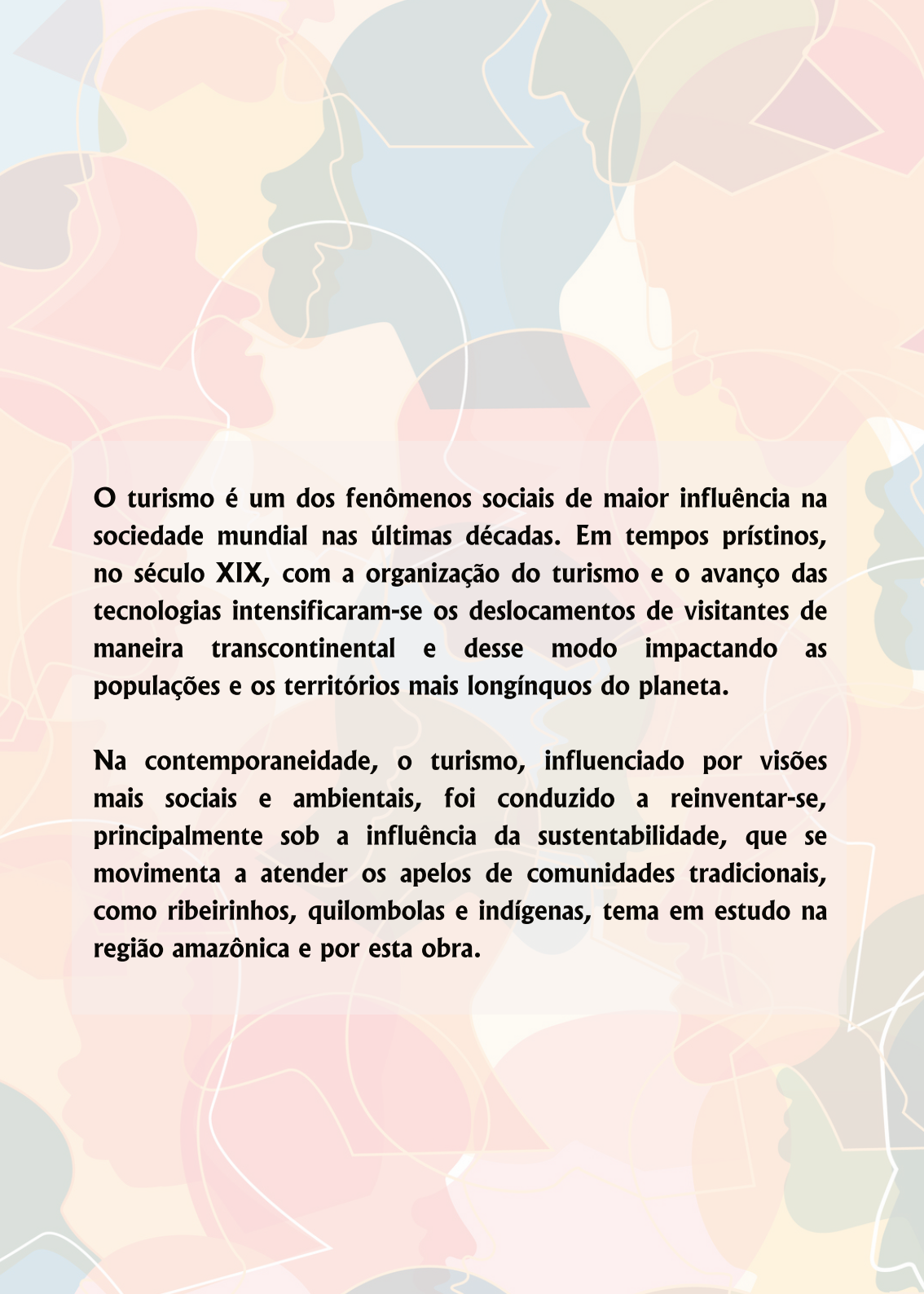
SEVERINO, A. J. (2016). A Filosofia da Educação como hermenêutica da contemporaneidade. *Filosofia e Educação*, 8(2), 7-26. <https://doi.org/10.20396/rfe.v8i2.8647062>.

SILVA, J. M. (2013). Política de turismo e representações da Amazônia: o turismo ecológico e cultural no estado do Amazonas. *Novos Cadernos NAEA*, v. 16, n. 1.

THIOLENT, M. (2011). *Metodologia da pesquisa-ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez.

VALLEJO, L. R. (2009). Unidade de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e políticas públicas. *Geographia*, v. 4, n. 8, p. 57-78.

WALKOWSKI, M. da C.; PIRES, P. dos S.; LOPES, C. V.; ASSING, L. Memórias alimentares no Turismo de Base Comunitária da Acolhida na Colônia, Santa Catarina, Brasil. **Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, 13(1), pp. 156-176, janeiro, 2021. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v13i1p156>. Acesso em: 06 jan. 2021.



O turismo é um dos fenômenos sociais de maior influência na sociedade mundial nas últimas décadas. Em tempos prístinos, no século XIX, com a organização do turismo e o avanço das tecnologias intensificaram-se os deslocamentos de visitantes de maneira transcontinental e desse modo impactando as populações e os territórios mais longínquos do planeta.

Na contemporaneidade, o turismo, influenciado por visões mais sociais e ambientais, foi conduzido a reinventar-se, principalmente sob a influência da sustentabilidade, que se movimenta a atender os apelos de comunidades tradicionais, como ribeirinhos, quilombolas e indígenas, tema em estudo na região amazônica e por esta obra.